



MÁRCIO FRANÇA

GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

FRANCISCO SERGIO FERREIRA JARDIM

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

OMAR CASSIM NETO

CHEFE DE GABINETE DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

JOSÉ VALVERDE MACHADO FILHO

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS

Ficha catalográfica

CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DE
SÃO PAULO - CAISAN/SP

PRESIDENTE

FRANCISCO SERGIO FERREIRA JARDIM
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

JOSÉ VALVERDE MACHADO FILHO
SECRETÁRIO EXECUTIVO CAISAN/SP

PLENO SECRETARIAL

ALDO REBELO
Secretário da Casa Civil

MAURICIO PINTO PEREIRA JUVENAL
Secretário de Planejamento e Gestão

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

GILBERTO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário de Desenvolvimento Social

CÍCERO FIRMINO DA SILVA
Secretário do Emprego e Relações do Trabalho

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO
Secretário de Governo

LOURIVAL GOMES
Secretário da Administração Penitenciária

LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário da Fazenda

LINAMARA RIZZO BATTISTELLA
Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

JOÃO CURY NETO
Secretário da Educação

MARCO ANTÔNIO ZAGO
Secretário da Saúde

MÁRIO MONDOLFO
Secretário de Logística e Transportes

ROMILDO CAMPELLO
Secretário da Cultura

VINICIUS CAMARINHA
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

CARLOS RENATO CARDOSO PIRES DE CAMARGO
Secretário de Esporte, Lazer e Juventude

PAULO CESAR MATHEUS DA SILVA
Secretário da Habitação

EDUARDO TRANI
Secretário do Meio Ambiente

JUNIOR APRILLANTI
Secretária de Turismo

RICARDO DARUIZ BORSARI
Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos

COMITÊ TÉCNICO NO ÂMBITO DA CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN/SP, COM A FINALIDADE DE ESTUDAR E PROPOR DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PAULISTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

José Valverde Machado Filho, Michel Martins da Silva, Suzely de Miranda, Renata Prado de Lima Lopes, Giorgia Castilho Russo Tavares, Jiane Penha Caldeira, Araci Kamiyama, Cassiana Montesião de Souza, Leonardo Rossatto Queiroz, Thaís da Cunha Gomes, Carla Maria Vieira, José Giacomo Baccarin, Karina Rúbia Nunes, Maria Rita Marques de Oliveira, Rodrigo Machado Moreira.

**CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE
SÃO PAULO - CONSEA/SP**

PRESIDENTE

Shirley Maria da Silva

SECRETÁRIO EXECUTIVO

José Valverde Machado Filho

Equipe Técnica:

Jaciara Aparecida Bertasi – Diretora Técnica

Paulo César Ferreira de Oliveira - Diretor Técnico

Regiane da Silva Elias – Assessora Técnica

Suzely de Miranda - Diretora Técnica

Vanuzia Teixeira de Souza Batista - Diretora Técnica

Conselheiros da Sociedade Civil CONSEA/SP (Biênio 2017-2019)**Titulares:**

Ana Cláudia Castilho de Almeida, Ana Nilce Ribeiro de Oliveira, Andrea Cristina da Silva Mardegan Bianchi, Angelo Petto Neto, Carlos Eduardo de Lima, Cinira Regina da Silva Penasforte, Claudio Silvério de Carvalho, Durval Ribas Filho, Edson Luiz Pinto, Ernane Silveira Rosas, Flávia Toqueti, Gabriela Caetano, Gislaine Oliveira dos Santos Gomes, Heloísa França Dias, Karim Regina Frohmut, Leandra Alvarez de Paiva, Luís Fernando de Freitas Penteado, Paulo Henrique de Assis Meneguucci, Pedro Rodrigues Alves Silveira, Rosana Emília Gaspar, Rosemeire Aparecida Simone Dejavitte, Shirley Maria da Silva, Sonia Maria Martins Vitagliano, Terezinha Pinto de Arruda.

Suplentes:

Adriana Borges de Queiroz, Ana Patrícia de Oliveira, Carolina Pamplona Guimarães, Celso Augusto Nigro Mazzo, Cláudia Santoni, Claudinei Natal Bernardino, Elisângela Pereira Moraes, Emiko Okamura, Franciela Trevisan, Heriton Dias dos Santos, José de Vilmar Ferreira Leite, José Oliveira Ribas, Maria da Conceição Caé Silva, Maria Elizabete Berdú Cintra, Mercedes Bueno de Moraes, Nelson de Oliveira Matheus Junior, Paulo César de Andrade, Ricardo de Saboya Rocha Miranda, Sandra Brunelli Prada, Sérgio Yoshimi Nishimoto, Sônia Maria Athaydes Vieira Carmona, Vanderlei Aparecido Rocha, Zeni de França da Rosa.

Conselheiros do Poder Público CONSEA/SP (Biênio 2017-2019)**Titulares:**

Araci Kamiyama, Betzabeth Slater Villar, Cinthia Baú Betim Cazarin, Dênis Henrique Silva, Giorgia Castilho Russo Tavares, Isabel de Lelis Andrade de Moraes, Jiane da Penha Caldeira, Marco Antônio Silva, Maria Rita Marques de Oliveira, Milene Gonçalves Massaro Raimundo, Rita de Cássia Dalmaso, Telma Tânia Vendramini Ferreira de Carvalho.

Suplentes:

Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani, Cintia de Campos Batista Vieira, Luana Gimenez Lopes, Luciane Cristina Nogueira Lucas, Maria Rosely da Silva Araújo, Mônica Inêz Elias Jorge, Renata Prado de Lima Lopes, Renata Vieira de Miranda Cunha, Renato Nunes, Rosana Goldbek, Salete Cordeiro dos Santos, Vanuzia Teixeira de Souza Batista.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

5ª CESANSP+2 - Encontro Paulista da 5ª Conferência + 2 anos

AF - Agricultura familiar

APTA - Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

ATER - Assistência Técnica Rural

CadÚnico - Cadastro Único de Informações Sociais

CAE - Conselho de alimentação escolar

CAISAN/SP - Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional

CASA CIVIL - Casa Civil

CASA MILITAR - Casa Militar

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar

CDS - Compra com Doação Simultânea

CEDAF - Conselho de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

CESANS - Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CMCN - Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CODEAGRO - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA/SP - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

CPR-ESTOQUE - Apoio à Formação de estoques

CRSANS - Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica

DCNT – Doença Crônica não Transmissível

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DRADS - Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social

DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

ESF - Estratégia de Saúde da Família

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo

FEAP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista

FECOP - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição

FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FUSSESP - Fundo Social de Solidariedade

GPTE's - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

GT - Grupo de trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA- Instituto de Cooperativismo e Associativismo

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEA - Instituto de Economia Agrícola

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

ISP- Instituto de Saúde Paulista

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006)

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MPE – Ministério Público Estadual

NASF-AB - Núcleo Ampliado de Saúde da Família

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OGM - Organismos Geneticamente Modificados

ONG - Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

P&A - Pesca e Aquicultura

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador

PBF – Programa Bolsa Família

PCT - Povos e Comunidades Tradicionais

PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PIB - Produto Interno Bruto

PIDESC - Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PLANSAN/SP – Plano Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PPA - Plano Plurianual

PPAIS - Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social

PROSAF - Programa de Sanidade em Agricultura Familiar

PSA – Pagamentos por Serviços Ambientais

PURA - Programa de Uso Racional da Água

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SAF - Sistema Agroflorestal

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAP – Secretaria da Administração Penitenciária

SC – Secretaria da Cultura

SDECTI – Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise dos dados

SEDPcD – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

SEDS – Secretaria do Desenvolvimento Social

SEE - Secretaria da Educação

SEFAZ - Secretaria da Fazenda

SEG - Secretaria de Governo

SELJ - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

SELT - Secretaria de Logística e Transportes

SEM - Secretaria de Energia e Mineração

SERT - Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho

SES - Secretaria da Saúde

SETUR - Secretaria do Turismo

SH - Secretaria da Habitação

SIM - Serviço de Inspeção Municipal

SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SJDC - Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania

SMA - Secretaria do Meio Ambiente

SPG - Secretaria de Planejamento e Gestão

SSP- Secretaria da Segurança Pública

SSRH - Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos

UC's - Unidades de conservação

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

VPA - Valor da Produção Agropecuária

VIGITEL – Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	12
1. INTRODUÇÃO	13
2. PERCURSO METODOLOGICO	15
3. CONTEXTUALIZAÇÃO	18
3.1. A trajetória do Estado de São Paulo rumo à SAN: Conquistas sociais, marcos históricos e institucionais relevantes	18
3.2. Diagnóstico Paulista sobre Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional: ações prioritárias na perspectiva econômica	21
3.3. As propostas da 5ª e do Encontro Paulistas da 5ª Conferência + 2 (5ª CESANSP+2)	22
3.4. Cenário das políticas de SAN executadas no estado de SP	30
3.4.1. <i>Programas de SAN</i>	30
3.4.2. <i>Ações de SAN</i>	32
3.4.3. <i>Plano Plurianual</i>	33
3.5. Indicadores de SAN	34
4. DESAFIOS	42
5. OBJETIVOS E METAS	44
DESAFIO 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	44
DESAFIO 2. Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.	47
DESAFIO 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.	52
DESAFIO 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.	61
DESAFIO 5. Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.	66
DESAFIO 6. Controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação.	70

DESAFIO 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural. **73**

DESAFIO 8. Consolidar a implementação do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social. **77**

DESAFIO 9. Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional. **81**

6. INDICADORES DE MONITORAMENTO _____ **92**

6.1 Indicadores de produto/processo a serem monitorados no SISPLANSAN. _____ **92**

6.2. Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN. _____ **97**

6.3. Estratégias de monitoramento _____ **105**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____ **107**

APÊNDICE _____ **109**

APRESENTAÇÃO

A elaboração e aprovação do primeiro Plano Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional 2019-2023 (PLANSAN/SP) representa um marco histórico para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do Estado de São Paulo e coroa com grande êxito esse ciclo da gestão pública. A Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/SP), em sintonia com as demandas das Conferências Estaduais (2015 e 2015+2) e apoiada pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEA/SP) disponibiliza esta importante ferramenta para a gestão das Políticas de SAN no Estado.

A CAISAN/SP conta com 20 Secretarias de Estado, criada em 2013, passou por um período de estruturação e internalização conceitual da Política de SAN e das diretrizes do SISAN, cuja operacionalização repousa da ação intersetorial, na participação social, na articulação da gestão com o orçamento, equidade das ações que priorizam o desenvolvimento humano sustentável. Essas diretrizes fundamentaram o trabalho de elaboração do PLANSAN/SP e deverão nortear a sua execução e monitoramento. Cabe à CAISAN/SP criar e mobilizar os mecanismos de articulação das Secretarias de Estado e outros setores para garantir a execução do Plano; o monitoramento das ações e; o fomento e assessoramento aos municípios paulistas para que implementem os componentes do SISAN, elaborem e executem os seus Planos de SAN.

A importância de um Plano de SAN para a gestão pública em todos os níveis de governo repousa na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme artigo 6º da Constituição Brasileira. O Plano é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (Comentário Geral n.º 12/1999 - Comitê PIDESC do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU). Cabe ao Estado respeitar, proteger, promover e prover o DHAA. A articulação intersetorial das Políticas de SAN num Plano estratégico representa uma potente ferramenta ao gestor na garantia deste direito constitucional aos cidadãos, os quais lhe delegaram o mandato público.

Apesar de todo avanço tecnológico, em pleno século XXI, a obtenção de alimentos de qualidade para toda a população continua sendo um grande desafio. A desnutrição persiste e, outras formas de má nutrição têm se agravado, como é o caso da obesidade e do câncer causados pelo consumo de alimentos impróprios, entre outros problemas alimentares. Os recursos naturais do planeta estão sob ameaça e não tarda uma exaustão dos sistemas alimentares para a manutenção da vida na terra, se antes disso nada for feito. O despertar do mundo para essa problemática que marcou a virada o século e se aprofunda nos últimos anos, levaram os governos do mundo inteiro ao compromisso político com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a agenda 2030. A agenda da SAN apresenta-se de forma transversal em quase todos os objetivos. Isso reforça a importância do PLANSAN/SP, com ele o Estado de São Paulo transformará compromisso em ação; impulsionando as ações que já vinham sendo executadas, mas que agora serão potencializadas pela articulação intersetorial e maior participação social.

Sem a ativa participação do CONSEA/SP, este plano não teria sido concretizado. Da mesma forma, sem a vontade política dos Secretários Estaduais de cada uma das pastas; dos Secretários de Agricultura e Abastecimento que presidiram os trabalhos (Arnaldo Jardim e Francisco Sergio Ferreira Jardim) e; dos Governadores que apoiaram sua realização (Geraldo Alckmin e Márcio França) este trabalho não seria realizado.

Considerando a importância de um Plano de SAN para o Estado de São Paulo que a CAISAN apresenta este documento. Nele, os anseios da população foram transformados em nove desafios, 60 objetivos, 147 metas e atividades relacionadas, associadas aos indicadores de avaliação. O PLANSAN/SP subsidiará a elaboração do Plano Plurianual (PPA) do Estado em 2019 e será retroalimentado pelo PPA elaborado, sofrendo ajustes e complementação.

Os desafios para implementação deste plano, na forma como ele foi concebido, não serão poucos, mas seu processo de construção fortaleceu a institucionalidade da CAISAN/SP e isso fortalece a Política de SAN no Estado de São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

O PLANSAN/SP 2019-2023, é composto por conjunto de ações e metas do governo estadual que tem como objetivo, garantir e efetivar a Política Pública de SAN para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito do Estado de São Paulo.

A construção deste documento está baseada no II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019, que estabelece o conjunto de ações do Governo Federal no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cumprindo um dever do Estado de direito, conforme preconiza a Constituição Federal (1988), após a Emenda Constitucional nº 64, de 2010, que traz:

*“Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a **ALIMENTAÇÃO**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.*

O PLANSAN/SP foi elaborado pela CAISAN/SP, com diretrizes emanadas pelo CONSEA/SP, a partir das deliberações da 5ª Conferência Estadual de SAN, realizada em 2015, e do Encontro Paulista da 5ª Conferência + 2 anos (5ª CESANSP +2), ocorrido em janeiro de 2018.

A CAISAN/SP, foi instituída pelo Decreto nº 59.385, de 26 de julho de 2013, como instância do poder executivo de caráter intersetorial, cuja presidência foi atribuída, pelo Governo do Estado, à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA). É composta por 20 secretarias e sua efetiva atuação, teve início em 2017, com uma agenda sistemática de reuniões, que culminaram na elaboração do presente Plano Paulista. Tem como objetivo, promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, ligados à área de SAN e elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA/SP e da Conferência Estadual de SAN, a **Política e o Plano Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado de São Paulo**.

A institucionalização de uma política pública de SAN passou a ser considerada no Brasil, com a instalação e aprovação da Lei Orgânica de SAN (LOSAN, Lei nº 11.346/2006). A LOSAN criou o SISAN, posteriormente regulamentado pela Política Nacional de SAN (Decreto nº 7.272, de 2010). O SISAN e os atos normativos que o regulamentam, buscam levar em conta os princípios constitucionais. O SISAN segue como diretrizes: a intersectorialidade, a participação social, a articulação entre orçamento e gestão, a descentralização, o monitoramento, o desenvolvimento e a pesquisa na área. Busca priorizar, ainda, as particularidades dos municípios, os povos e comunidades tradicionais e a ação sobre os determinantes da insegurança alimentar e nutricional, associadas na maioria das vezes à situação de pobreza e à dificuldade de acesso às políticas públicas, como saneamento, água de qualidade, saúde e educação.

Atualmente, com 645 municípios, o Estado de São Paulo apresenta-se como um dos Estados mais ricos do país, mas ainda com muitos desafios e obstáculos para a garantia universal do DHAA. Tem uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, em 45.094.866 milhões de habitantes e Índice de desenvolvimento humano (IDH), em 0,783. Os desafios postos ao Estado repousam na transformação dos sistemas de produção de alimentos em bases mais sustentáveis; o enfrentamento do crescente aumento do sobrepeso/obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis; a promoção da oferta aos alimentos saudáveis para toda a população; a insegurança alimentar e nutricional de povos e comunidades tradicionais e outros grupos específicos da população, como é o caso dos moradores de rua.

A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) divulga periodicamente, desde 1990, a situação da insegurança alimentar no mundo (Mapa da Fome), indicando em quais países há parte significativa da população ingerindo uma quantidade diária de calorias inferior ao recomendado. Para sair do mapa, o país deve ter menos de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendado. A fome voltou a aumentar no mundo, de 777

milhões em 2015 passou para 815 milhões. Há um ano eram 10,6%, agora (2018) são 11%. O Brasil, que em 2014 havia saído do mapa da fome, agora está de volta. Isso vale dizer para dar um panorama dos desafios da CAISAN/SP, CONSEA/SP e gestores públicos municipais, os quais precisam articular ações compartilhadas para que esses resultados negativos não permaneçam por muito tempo. Isso só será possível com ações concretas, não será uma tarefa fácil, manter as conquistas e enfrentar os novos desafios relativos à SAN.

Para o PLANSAN/SP 2019-2023 foram consideradas as análises críticas e propostas de delegados das Conferências Regionais organizadas pelas Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CRSANS do CONSEA/SP, que apresentaram os desafios vivenciados na execução das políticas públicas nos seus municípios e territórios (ou não executadas).

O Decreto nº 7.272/2010, que regulamenta a LOSAN e define os objetivos e diretrizes para a Política de SAN no Brasil é que orienta a elaboração dos Planos de SAN. Define os componentes do SISAN em todas as instâncias de governo; orienta a adesão ao sistema indicando o prazo de um ano após essa mesma que se elabore um Plano de SAN; trata do financiamento do SISAN indicando o caráter intersetorial da política, com orçamento distribuído, mas garantindo o financiamento da estrutura de articulação, planejamento e monitoramento do sistema (CAISAN/SP e CONSEA/SP) e; o plano de SAN como ferramenta de operacionalização e monitoramento do SISAN.

Conforme indica o Decreto nº 7.272, os Planos de SAN devem ser pautados em 8 diretrizes a saber: I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional (EAN), pesquisa e formação nas áreas de SAN e do direito humano à alimentação adequada; IV - promoção, universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária; V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de SAN; VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura; VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, SAN e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada. O Plano Nacional 2016-2019, apresenta um rearranjo para essas diretrizes, originando 9 desafios, como será explicado no capítulo específico.

A elaboração do plano prevê análise situacional da SAN e deve consolidar todos os programas e ações relacionados às nove diretrizes indicadas neste mesmo documento. O Plano deve ainda indicar as metas, os responsáveis e o orçamento, assim como a articulação das ações e da própria governança do sistema na construção da intersetorialidade entre os sistemas e políticas. A construção do plano deve envolver estratégias participativas, atentas às demandas das populações, em especial dos grupos vulneráveis e em situação de insegurança alimentar, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero. O Decreto prevê uma periodicidade quadrienal para o Plano, com revisões bianuais, de forma articulada com os planos plurianuais (PPA) e com a realização das conferências de SAN. Destaca ainda a necessidade de que se definam mecanismos de monitoramento e avaliação. Compete à CAISAN a tarefa de monitorar a execução do plano de SAN.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O referencial conceitual para a construção do PLANSAN-SP 2019-2023 foi a Política Nacional de SAN (Brasil, Decreto 7.272/2010), enquanto o referencial metodológico seguiu os procedimentos adotados para a construção do PLANSAN 2016-2019, com alguma adaptação. No âmbito do Estado de São Paulo, as orientações e apoio vieram da Secretaria do Planejamento e Gestão (SPG), seguindo os procedimentos operacionais do Estado, buscando orientar para o PPA a ser elaborado em 2019, bem como aos compromissos assumidos pelo Estado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).

A metodologia e estrutura do PLANSAN-SP foram propostas pelo Comitê Técnico do PLANSAN-SP e aprovadas pela CAISAN/SP. As fontes de informação para a construção deste documento vieram de registros e documentos do CONSEA-SP, em especial das 5ª Conferência de SAN e do 5ª CESANSP+2, das bases oficiais de dados, da literatura científica e de informações fornecidas e/ou validadas pelas secretarias da CAISAN-SP.

Pode-se considerar que o processo de construção do PLANSAN-SP teve início no processo preparatório e nas deliberações do Encontro Paulista: 5ª Conferência de SAN + 2 realizado em 23 de janeiro de 2018. O 5ª CESANSP+2 foi organizado a partir dos nove desafios do Plano Nacional (PLANSAN), oriundos das diretrizes da Política Nacional de SAN.

O PLANSAN-SP terá duração de **cinco anos**. Em 2019 sofrerá uma revisão para adequar-se ao PPA.

Etapas da construção do O PLANSAN-SP 2019-2023:

Etapas I – Levantamento de subsídios para a contextualização da SAN no Estado de São Paulo, com base nas demandas sociais, nas ações do poder público e no desempenho estadual frente indicadores disponíveis para as seguintes dimensões: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos; renda e condições de vida; acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; saúde, nutrição e acesso a serviços de relacionados; programas e ações relacionadas à SAN.

Identificação das demandas sociais: tomando-se como referência os documentos produzidos na 5ª Conferência Paulista de SAN em 2015 e nos encontros da 5ª Conferência + 2, em 2018. Todas as propostas emanadas das conferências serão organizadas conforme os nove desafios propostos no II PLANSAN da CAISAN Nacional, para posteriormente serem confrontadas com às ações desenvolvidas pelo Estado e/ou previstas no PPA, tendo em conta o perfil dos indicadores.

Ações do Poder Público: essas ações foram extraídas pelas próprias secretarias de seus respectivos planos, com indicativo do programa e ações PPA. Esse trabalho foi apoiado pela SPG e pela Secretaria-Executiva do CONSEA/SP. Todo material fornecido pelas secretarias foi organizado conforme os nove desafios e afinidades das ações, com base nas demandas sociais, no PPA, e nas oportunidades de construção intersetorial, para estabelecer as metas do PLANSAN/SP.

Indicadores de monitoramento do plano: Em primeiro lugar foi analisada a viabilidade dos indicadores propostos no PLANSAN 2016-2019, em termos de desagregação, disponibilidade, exequibilidade e sensibilidade. Em segundo, buscadas as fontes de dados específicas do Estado de São Paulo, sempre tomando como referência as dimensões de análise propostas pelo PLANSAN.

As informações levantadas nessa etapa foram sistematizadas para compor o capítulo de contextualização do PLANSAN/SP 2019-2023.

Etapa II – Foi construída a matriz lógica do PLANSAN/SP contendo os desafios, os objetivos, as metas, os responsáveis técnicos, o(s) responsável(is) orçamentário, as ações relacionadas, os parceiros e os programas e ações do PPA.

Desafios: do Plano Nacional 2016-2019

Objetivos: Construídos a partir das propostas das Conferências, acrescidas das ações do Estado.

Metas: Construídas a partir dos objetivos, considerando as possibilidades por cada Secretaria Estadual que compõem a CAISAN/SP, em desenvolvê-las de acordo com o orçamento. As metas correspondem a um resultado final (mensurável) a ser alcançado em cinco anos, podendo ser qualitativas ou quantitativas.

Já as ações relacionadas, conforme o PLANSAN 2016-2020, referem-se aos meios para alcance das metas.

Responsáveis técnicos – Os executores das ações previstas nas metas, preferencialmente mais de uma secretaria ou órgão público, buscando-se assim o trabalho intersetorial.

Responsável(is) orçamentário(s) – Secretaria Estadual a qual os recursos serão designados no PPA para as ações da determinada meta.

Ações relacionadas - Ações referem-se aos meios para alcance das metas.

Parceiros - Autarquias do Estado, organizações sociais e outras.

Programa e Ação do PPA - Identificados no PPA 2016-2019, as quais subsidiarão a execução do Plano em 2019 e serão revistas neste mesmo ano para atender integralmente o Plano.

Desta forma a construção da Matriz está baseada: 1) do agrupamento das propostas da Conferência de 2015 conforme os nove desafios; 2) depois disso foram realizados em 2017 os seminários por desafio contando com debatedores das Secretarias da CAISAN-SP, da Sociedade Civil e da Academia, os quais foram transmitidos online por streaming e Web conferência (essa última com possibilidade de interação em tempo real), disponibilização dos vídeos dos debates e fórum de participação do Site da Rede-SANS (os vídeos também foram divulgados pelo CONSEA-SP). Além disso, foram realizadas rodas de conversa com os povos e comunidades tradicionais, algumas nas próprias comunidades; 3) Transformação das propostas da 5ª Conferência em objetivos, acrescidos das discussões do 5ª CESANSP+2; 4) Proposição das metas e os outros itens da matriz pelo Comitê Técnico da CAISAN. Para tanto, foi consultado o PPA e documentos fornecidos pelas Secretarias Estaduais; 5) A responsabilidade técnica, orçamentária e os programas e ações do PPA foram arbitrados pelo Comitê para posterior discussão com as Secretarias. 5) Envio da matriz para contribuição das secretarias e realização de seminário para aprimoramento da Matriz.

Etapa III – Definição dos indicadores de monitoramento. Os indicadores propostos a partir de estudo da comissão foram submetidos a aprovação da CAISAN/SP.

Etapa IV - A construção da Matriz de Indicadores de Monitoramento para o atual Plano foi orientada pelo II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019. Organizada em nove desafios, a Matriz é apresenta em duas dimensões:

Indicadores de Produto/Processo: Esse conjunto de indicadores reflete medidas com as quais se verificam as metas vinculados aos resultados das ações (ex. Número de famílias que recebem PBF

e são acompanhadas pela AB, Número de hectares titulados em benefício de comunidades quilombolas, etc). São também conhecidos como indicadores de EFICIÊNCIA.

Indicadores de Contexto/Resultado: Esse conjunto de indicadores reflete o resultado efetivo das ações em SAN (ex: redução da obesidade, aumento do IDH, aumento dos pontos de venda de produtos orgânicos, etc). São também chamados de indicadores de EFETIVIDADE.

A partir da definição dos nove desafios e das duas dimensões, a equipe técnica da UNESP realizou a primeira tarefa. Os indicadores foram buscados em suas respectivas bases de dados, conforme orientação do PLANSAN 2016-2019. As bases de dados e link de acesso foram acrescentadas na planilha de indicadores, assim como sua respectiva possibilidade de desagregação para o nível estadual.

Ao final dessa tarefa, foram apresentados alguns desafios à equipe: indicadores que não apresentavam desagregação para o nível estadual; importantes pesquisas de base populacional, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que não apresentariam continuidade de coleta de dados como Antropometria, por exemplo. Como resultado dessa primeira tarefa foram excluídos os indicadores que não apresentam desagregação para o Estado de São Paulo. Foram procuradas fontes de dados secundários que pudessem suprir a ausência de informações das pesquisas de base populacional.

Em um segundo momento foi realizado um encontro entre os técnicos da UNESP, técnicos da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado e representante da Fundação SEADE. Nesse momento a equipe levantou os indicadores, refletiu sobre as principais fragilidades e potencialidades das bases de dados identificadas e realizou alguns acréscimos e exclusões. Foram adicionados indicadores que mensuravam o processo ou o resultado de programas estaduais (Programa Viva Leite, Número de refeições servidas no Bom Prato) e excluídos aqueles que mensuravam situações que não se configuravam como situação problema para o Estado de São Paulo. Esse último grupo não é interessante de ser monitorado, uma vez que já alcançou uma situação favorável para o contexto de SAN (exemplo: abastecimento de água tratada), e sua variação será pouco significativa no tempo.

A terceira tarefa foi associar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (desafios 1 e 2)/ONU, à Matriz de Indicadores. Essa demanda veio da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado, uma vez que a Secretaria Estadual tem a demanda para realizar esse monitoramento em razão de compromissos assumidos pelo Estado. Uma coluna para ODS foi acrescentada à matriz. Os indicadores foram lidos e distribuídos na matriz, guiados pela semelhança da dimensão proposta em cada um dos nove desafios (Acesso, Produção, Abastecimento, etc.).

A quarta etapa foi realizada pela equipe da Secretaria de Planejamento e Gestão com o acréscimo da coluna PPA, onde foram associados os indicadores previstos no PPA do estado.

A quinta e última tarefa foi o encaminhamento da versão preliminar do documento para todas as secretarias envolvidas, com a tarefa de validarem os indicadores selecionados pela equipe e proporem indicadores produzidos em âmbito estadual.

Etapa V – Elaboração do texto final e apreciação da CAISAN/SP. O texto final foi elaborado com base nos levantamentos e no próprio processo de construção do PLANSAN/SP.

Etapa VI – Aprovação do PLANSAN/SP 2019-2023 no CONSEA/SP.

Etapa VII – Consulta Pública

Etapa VIII - Publicação da Resolução que aprova o I Plano Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. A trajetória do Estado de São Paulo rumo à SAN: Conquistas sociais, marcos históricos e institucionais relevantes

As referências à SAN no Brasil datam da década de 1930, quando Josué de Castro denunciou o flagelo da fome, principalmente no Nordeste mas também em várias regiões brasileiras e da América Latina. Na década de 1970, o conceito prevalente voltava-se ao armazenamento estratégico de alimentos, contemplando apenas a garantia da disponibilidade de alimentos à população. Na década de 1980 a falta de acesso ao alimento decorrente da pobreza passou a incorporar as preocupações mundiais. O conceito de SAN adotado hoje no Brasil foi gestado a partir do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e tomou força na 2ª Conferência Nacional de SAN e culminou na Lei de criação do SISAN.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei 11.346/2006).

O CONSEA-SP foi criado em 2003, passou por um período de importante mobilização até a Conferência de 2007. Entre 2008 e 2013 ocorreu uma desmobilização ao redor do tema, embora, muitos conselhos municipais tenham permanecido atuantes. Em 2013, o trabalho do CONSEA/SP foi retomado e o Estado fez sua adesão ao SISAN. Entre 2014 e 2016, os trabalhos do CONSEA/SP voltaram ao seu ritmo, com investimentos nas articulações regionais, as quais foram intensificadas a partir de 2016. No período foram assinados dois convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para fortalecimento do SISAN, 1- entre Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 2- entre Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). No entanto, foi em 2018 que a CAISAN/SP, passou a atuar sistematicamente na elaboração do PLANASAN/SP. Uma tarefa posta para CAISAN/SP e que já se encontra em curso é a elaboração da Política Paulista de SAN.

Alguns fatos históricos que marcaram essa trajetória estão indicados na linha do tempo do quadro seguinte.

Linha do tempo da institucionalização da Política de SAN no Brasil e Estado de São Paulo		
Ano	Conjuntura brasileira e mundial	São Paulo
1993	Criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), pelo governo Itamar Franco motivado pelo Mapa da Fome (32 milhões de indigentes e famintos) e pelo compromisso assumido pelo governo em dezembro de 1992 em reunião da FAO, em Roma. Primeiro conselho não paritário da república. O Movimento Ação da Cidadania contra a fome, Miséria e pela Vida (MORELLI, 1997).	
1994	1ª Conferência Nacional de SAN, em Brasília.	Movimento da Cidadania Contra a Fome e a Miséria mobilizaram a promoção de 30 conferências regionais, seguidas de um grande evento e elaboração de propostas para a SAN

		em SP. Movimento reconhecido pela plenária do CONSEA/SP, como a 1ª Conferência Estadual de SAN. O Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) foi tema marcante (Criado pela portaria 1.156/90).
1995	Extinção do CONSEA Nacional em janeiro de 2015 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e com a criação do Programa Comunidade Solidária.	
1996	Cúpula Mundial da Alimentação. Compromisso de reduzir o número de famintos até 2015.	
1998	O FBSAN encaminha aos governadores eleitos a proposta de criação de Conselhos Estaduais de SAN (GADELHA, 2004).	São Paulo sinalizou positivamente à Proposta da FBSAN de criação do CONSEA/SP, mas isso não se concretizou naquele momento (GADELHA, 2004).
1999	Comentário Geral n. 12 do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, define o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Ministério da Saúde (BRASIL, 2012)	
2002	Nova reunião da Cúpula (Roma, 5 anos depois). Avaliação mostra que pouco se havia avançado. Jean Ziegler elabora um relatório sobre a realização do DHAA no Brasil.	
2003	Recriação do CONSEA Nacional pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	Decreto n.47.763 de 11 de abril de 2003 constituiu o Conselho Estadual de SAN (CONSEA/SP, 2007).
2004	2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Olinda-PE, que discute e recomenda a criação da LOSAN e do SISAN. Objetivo: "Propor políticas de Segurança Alimentar e Nutricional para o Brasil" (CONSEA, 2004)	Decreto 48.679 de 20 de maio de 2004 alterou a denominação do CONSEA/SP para Conselho Estadual de SAN. O CONSEA/SP passou a contar com uma comissão técnica institucional, integrada por técnicos conselheiros, representantes de cada um dos órgãos e autarquias estaduais. Janeiro de 2004, São Paulo contava com 47 Conselhos municipais em funcionamento (CONSEA/SP, 2007).
2005		Como um dos resultados da 2ª Conferência de SAN foram instituídas 30 Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS) e 5 subcomissões regionais na capital (CONSEA/SP, 2007).
2007	3ª Conferência Nacional de SAN. Tema: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. ⁵	3ª Conferência Estadual de SAN de São Paulo. Tema: Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada através da Política Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. O Conselho que estava na Casa Civil, ligado ao governador, passa então para a SAA, passando a ser paritário.
2008		Em abril de 2008, foram reestruturadas as CRSANS. O Estado passou a contar com 16 Comissões. O Conselho passa a SAA.
2011	4ª Conferência Nacional de SAN Tema: Alimentação Adequada e Saudável - Direito de todos	4ª Conferência Estadual de SAN, precedida de conferências regionais e municipais. Tema: Alimentação Adequada e Saudável - Direito de todos
2012		Seminário Estadual de SAN, em Águas de Lindóia, organizado pela Rede-SANS, com a participação da SAA e Abastecimento, cuja secretaria vincula-se o CONSEA/SP.
2013		Decreto nº 59.146/2013, reorganiza o CONSEA/SP. Composto por membros da

		sociedade civil e do poder público escolhidos mediante processo de seleção, 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 para membros do poder público. Em dezembro de 2013, concretiza-se a adesão do Estado de São Paulo ao SISAN.
2015	5ª Conferência Nacional de SAN Tema: Comida de Verdade no Campo e na Cidade	5ª Conferência Estadual de SAN, precedida de conferências regionais e municipais. Tema: Comida de Verdade no Campo e na Cidade.
2017		Ativação da CAISAN/SP Diagnóstico paulista sobre os Conselhos de SAN. Realização do Encontro Paulista da 5ª Conferência+2 (5ª CESANSP+2), já visando o PLANASAN-SP, cuja planária final ocorreu 23 de janeiro de 2018.
2018	5ª Conferência Nacional + 2 anos.	Elaboração do PLANASAN/SP 2019-2023.

O Conselho do Estado de São Paulo é um **Órgão de caráter consultivo e de assessoramento ao Governo do Estado, que tem como objetivo propor diretrizes gerais da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado**. Na sua composição, a sociedade civil tem um representante eleito por cada uma das comissões regionais e mais 8 membros que representam diferentes segmentos sociais.

A delimitação das 16 CRSANS e respectivos municípios, apresenta-se da seguinte forma:

A delimitação das 16 CRSANS e respectivos municípios, apresenta-se da seguinte forma:

1. Araçatuba (43 municípios)
2. Baixada Santista (9 municípios)
3. Barretos (19 municípios)
4. Bauru (39 municípios)
5. Campinas (90 municípios)
6. Capital (1 município)
7. Central (26 municípios)
8. Franca (23 municípios)
9. Grande São Paulo (38 municípios)
10. Marília (51 Municípios)
11. Presidente Prudente (53 municípios)
12. Registro (14 municípios)
13. Ribeirão Preto (25 municípios)
14. São José do Rio Preto (96 municípios)
15. São José dos Campos (39 municípios)
16. Sorocaba (79 municípios)

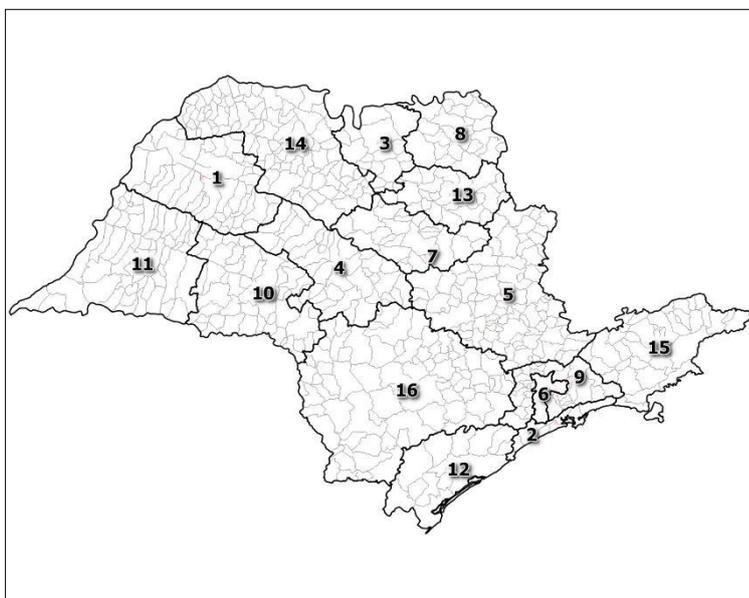


Figura 1. Mapa das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de São Paulo. Fonte: CONSEA-SP, 2018.

O CONSEA-SP conta com uma secretaria-executiva que tem trabalhado na mobilização e articulação das CRSANS e no assessoramento dos processos de criação dos Conselhos municipais de SAN e adesão ao SISAN. A secretaria-executiva do CONSEA-SP acumula o trabalho de secretaria da CAISAN-SP. As ações da Secretaria-executiva do CONSEA/CAISAN têm envolvido a realização de eventos e seminários nas regiões, visitas às prefeituras e divulgação do trabalho das comissões.

3.2. Diagnóstico Paulista sobre Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional: ações prioritárias na perspectiva econômica

A partir da 5ª Conferência, em 2015, houve uma intensificação das ações do CONSEA/SP. Nesse período, o Governo do Estado de São Paulo fortaleceu o seu compromisso com as políticas públicas de SAN. Durante os anos de 2016 e 2017, com a intenção de subsidiar futuros trabalhos no âmbito da Política de SAN do Estado e traçar diagnóstico sobre a existência dos conselhos municipais de SAN, a Secretaria Executiva CONSEA/SP realizou levantamento que abrange todo o território estadual paulista.

Com o apoio dos conselheiros; para auxiliar a elaboração do diagnóstico e coletar informações sobre a existência de CONSEA's ativos nas respectivas regionais de São Paulo; auxiliados pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e dos gestores públicos municipais, foram realizados levantamento de informações sobre a existência ativa dos conselhos municipais de SAN. Este trabalho culminou com a apresentação do **“Diagnóstico Paulista sobre Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional: ações prioritárias na perspectiva econômica”**.

O documento, elaborado pela SAA, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO), juntamente com o CONSEA/SP em parceria com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), sintetizou de forma inédita, o cenário atual em relação à existência de Conselhos de SAN nos municípios do Estado de São Paulo. A partir daí, foi feita uma caracterização territorial com base em dois indicadores: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o VPA (Valor da Produção Agropecuária).

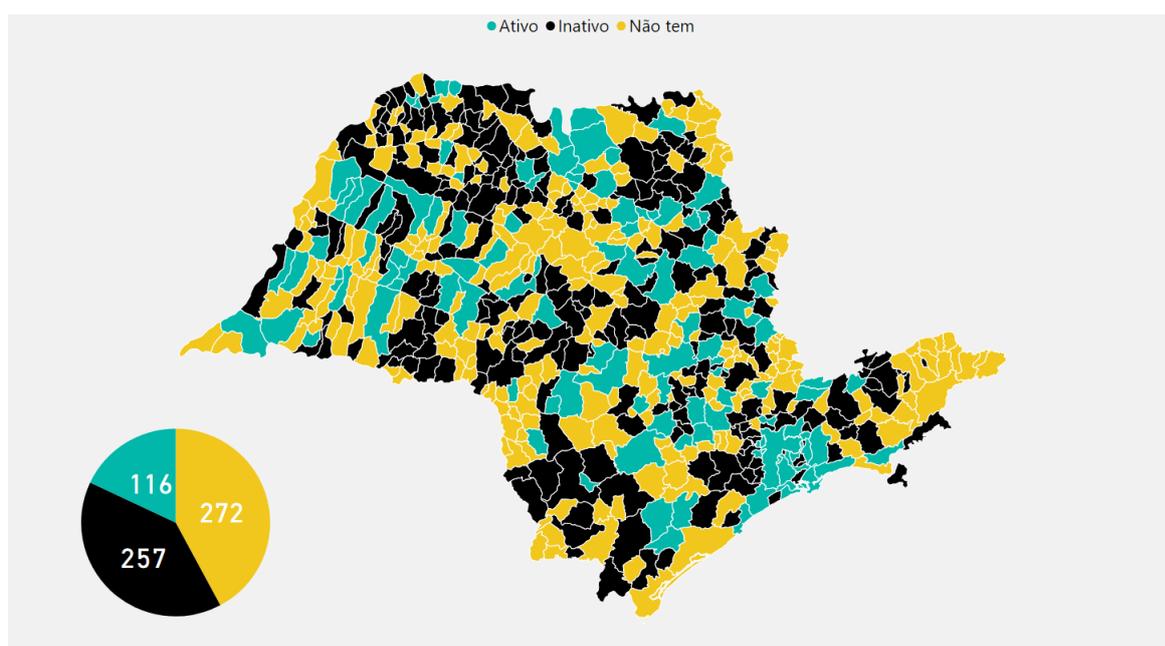


Figura 2. Distribuição dos Conselhos Municipais de SAN no Estado de São Paulo, 2018. Fonte: CONSEA-SP, 2018

O mapeamento dos Conselhos de SAN no Estado foi realizado em 2017 e em 2018. No ano de 2017, 252 (39%) dos municípios não responderam a pesquisa, mas em 2018 os dados existentes incluem todos os municípios do Estado. Em relação aos municípios que declararam as informações solicitadas no ano de 2017, 156 afirmaram não haver Conselhos Municipais de SAN; 86 indicaram a presença de Conselho ativo e um total de 151 municípios informaram que o Conselho estava inativo. Os números de 2018, embora ainda longe do esperado, o número de Conselhos ativos passou de 86 para 116 (Figura 2).

Nos municípios foram realizados diagnósticos locais com apoio da Secretaria-Executiva do CONSEA/SP. A adesão ao SISAN vem gradativamente se efetivando nos municípios de São Paulo. Até outubro de 2018, haviam aderido ao SISAN: Altinópolis, Araraquara, Bauru, Bernardino de Campos, Birugui, Botucatu, Guarujá, Osasco, São Bernardo do Campo, São Paulo-Capital, Ubatuba e Jaboticabal.

A parceria entre a UNESP e o CONSEA/SP, permitiu a realização de oficinas regionais com apoio das CRSANS, visando o fortalecimento do SISAN, em âmbito municipal, assim como a formação online por meio de cursos de extensão e especialização.

3.3. As propostas da 5ª e Encontro Paulista da 5ª Conferência + 2 (5ª CESANSP+2)

As deliberações da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2015, e do 5ª CESANSP+2 realizado na cidade de São Paulo, em janeiro de 2018 serviram como base para a elaboração do PLAN SAN-SP sob a responsabilidade da CAISAN/SP e com anuência do CONSEA/SP.

Todas as propostas da 5ª Conferência de SAN, cujo lema foi “Comida de Verdade no Campo e na Cidade” foram redistribuídas conforme os nove desafios do PLAN SAN e transformadas em objetivos e metas. Mediante as ações que o Estado de São Paulo já vem executando e que encontram consonância com o PPA e aquelas que, conforme avaliação das Secretarias Estaduais que compõem a CAISAN/SP, poderá ser incluídas no PPA de 2019.

O documento final da 5ª Conferência contemplou 49 propostas, assim distribuídas: Desafio 1 = 3 propostas; Desafio 2 = 1 proposta; Desafio 3 = 11 propostas; Desafio 4 = 13 propostas; Desafio 5 = 6 propostas; Desafio 6 = 3 propostas; Desafio 7 = 1 proposta; Desafio 8 = 11 propostas; Desafio 9, não houve propostas relacionadas. As propostas foram abrangentes, contemplando, muitas delas vários objetivos.

No **desafio 1**, o acesso à comida de qualidade para moradores de rua e para trabalhadores aparecem como destaque. Também aparece a preocupação com o preço dos alimentos e a necessidade de equipamentos sociais que garantam o direito humano à alimentação.

No **desafio 2**, o acesso à terra e as condições necessárias para a produção de alimentos nos modos tradicionais são enfatizados na preocupação, com os indígenas, quilombolas e outros agricultores tradicionais.

No **desafio 3**, a produção da agricultura familiar clama por assistência técnica, orientação sanitária, crédito e financiamento. A necessidade de um processo de transição agroecológica foi muito debatida, assim como a preservação das sementes criolas e a necessidade de investimentos em pesquisas.

No **desafio 4**, o abastecimento de alimentos foi o tema com maior número de propostas, as quais passaram pela diversificação dos pontos de venda, desenvolvimento de mercados alternativos, fortalecimento das compras institucionais, diversificação dos alimentos com a inclusão

de espécies nativas, mecanismos acessíveis de certificação, informação ao consumidor, formação de recursos humanos e pesquisas.

No **desafio 5**, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi demandada em programas que abrangem todos os segmentos da população, com ênfase nos escolares. Foi solicitado o fortalecimento dos programas de hortas educativas e que a EAN seja incluída em todos os equipamentos de políticas públicas. Os currículos de graduação deveram dar mais ênfase para a SAN e a agroecologia.

No **desafio 6**, para controlar e prevenir agravos decorrentes da má nutrição, foram enfatizadas ações junto a Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social e Sistema Público de Educação. O fortalecimento do SISAN no Estado também foi proposto.

No **desafio 7**, a proposta versou sobre uma série de medidas necessárias à preservação da água no Estado (lembrando que 2015 a crise do abastecimento estava no seu auge): proteção das nascentes, uso do solo urbano, fiscalização, regulação e educação para o consumo.

No **desafio 8**, a governança do SISAN passa necessariamente pelo fortalecimento dos processos de articulação da sociedade civil com o poder público, o fortalecimento da ação intersetorial na gestão pública e a comunicação efetiva. Será necessário criar mecanismos de monitoramento da SAN no Estado, promover a adesão ao SISAN, formar os gestores e os conselhos e garantir recursos para a gestão do sistema.

No **desafio 9**, “Apoiar iniciativas de promoção de soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação”, não surgiram propostas na 5ª Conferência.

O 5ª CESANSP+2 se desenvolveu com debates realizados em três dias inteiros, distribuídos em três semanas do mês de dezembro de 2017 e uma plenária final em janeiro de 2018, o que proporcionou a oportunidade de maior divulgação das atividades que estavam em andamento. A estratégia de transmissão ao vivo pela internet também ampliou o acompanhamento e participação nos debates da 5ª CESANSP+2.

A programação da referida Conferência também foi baseada organizada a partir dos nove desafios apontados no Plano Nacional 2016-2019. No primeiro dia da Conferência, seis de dezembro, foram debatidos os três primeiros desafios. Os desafios quatro, cinco e o desafio nove foram tratados no dia 14 de dezembro e finalmente, no dia 19 do mesmo mês os participantes se dedicaram a debater e analisar os desafios seis, sete e oito. No dia 23 de janeiro de 2018 foi realizada uma plenária ampliada do CONSEA para discussão e encaminhamentos.

Os quadros seguintes ilustram, de forma resumida, os relatos sobre condições identificadas nos municípios paulistas e proposições. Esse conteúdo foi utilizado pela equipe como subsídio para elaboração do PLANSA/SP, além das propostas da 5ª Conferência:

Desafio 1: Promover O acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Propostas do 5ª CESANSP+2
Ampliar as apolíticas públicas de acesso ao alimento às pessoas em situação de rua, nas quais se deve levar em conta a inclusão dos beneficiários em programas socioeducativos e de geração de renda com ênfase na SAN;
Adequar o programa de alimentação do trabalhador (PAT) do Ministério do Trabalho e Emprego em consonância com os princípios de SAN;
Criar programa para implantação de unidades de arrecadação, processamento, distribuição e comercialização a custo acessível de alimentos de âmbito regional, visando a população em situação de vulnerabilidade social e nutricional

Relatos sobre condições identificadas nos municípios paulistas
Em Cruzeiro a dificuldade de acesso à alimentação é observada entre a população de baixa renda, principalmente população negra e população rural. Políticas públicas de SAN não são desenvolvidas adequadamente no município, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
Em Guaraci os principais grupos vulneráveis são famílias de trabalhadores imigrantes que perderam o emprego que almejavam e permanecem na cidade - trabalhadores desempregados; famílias constituídas por trabalhadores abandonadas por seu provedor quando acaba o contrato de trabalho - abandono familiar; idosos com baixa renda pertencentes a famílias carentes; dependentes químicos "abandonados" por suas famílias. São realizadas doações de cestas básicas pela prefeitura e associações religiosas;
Em Ilhabela situação de fome não é identificada, entretanto, observa-se crescente retirada de árvores frutíferas para obras. A qualidade da alimentação é precária em muitas situações. A população de baixa renda, caracterizada por migrantes consome grande volume de ultra processados. Comunidades Tradicionais Caiçara também tem acesso limitado à diversidade de alimentos in natura. Alimentação Adequada, sem agrotóxico, socialmente justa, é praticamente inexistente no arquipélago. As hortaliças são comercializadas unicamente em supermercados, sem garantia de origem, e os orgânicos, também nos supermercados, embalados com plástico e isopor, que são contaminantes e muito caros. Para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade há o fornecimento de cesta básica e refeição escolar, vale alimentação para funcionários públicos. Nas comunidades há um projeto para otimizar o uso do coquinho da juçara. Atualmente, com a construção de um frigorífico e criação de um cargo de supervisão de segurança alimentar, vem-se debatendo a questão de território e fortalecimento da produção alimentar.
Em Mauá , os relatos do grupo da Secretaria de SAN, a dificuldade de acesso à alimentação é observada entre as pessoas carentes que moram em áreas de risco ou em comunidades carentes. Para o enfrentamento dessa condição o município conta com Banco de Alimentos abastecido pelas coletas solidárias nos supermercados do município complementada pelo Governo Federal por meio do PAA e da Companhia Brasileira de Abastecimento (CONAB);
Nova Brasilândia refere que a dificuldade de acesso à alimentação é por parte daquelas famílias que não tem conhecimento dos projetos do município, que recebe do governo federal produtos do PAA que são distribuídos para as escolas e entidades, dentre essas entidades que recebem tem o CRAS que distribui para as famílias de baixa renda;
Em Praia Grande as famílias em situação de risco social também são atendidas pelo banco de alimentos, ações pontuais do fundo social e PAA;
Presidente Prudente , além de utilizar alimentos do PAA lembra que as pessoas em situações de vulnerabilidade são atendidas pelo Programa Bolsa Família;
Em Rio Claro os relatos do grupo da Secretarias de Desenvolvimento Social e Educação referem que os grupos vulneráveis de periferia urbana recebem alimentos provenientes dos programas municipais: PAA, Banco de Alimentos, Distribuição de cestas verdes Viva Leite, Cestas Básicas. Projeto Horta Solidária, Horta Comunitária. Ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) também são desenvolvidas;
Relatos do poder público relativos à cidade de São Paulo identificam que as pessoas que estão em extrema pobreza têm dificuldade de acesso aos alimentos. Muitas estão em situação de rua, e outras em comunidades sem renda para as necessidades básicas. As pessoas em situação de rua estão sendo inseridas no mercado de trabalho através de programas específicos como o POT operação trabalho; há necessidade de ampliar estes tipos de programa e beneficiar aquelas pessoas que moram em comunidades e não possuem renda básica para o acesso a alimentos. Para o grupo representante da sociedade civil atualmente há aumento na quantidade de pessoas sem acesso aos alimentos. Primeiro e mais grave, aquelas que não tem condições financeiras de adquiri-los e em segundo lugar aquelas que não tem o acesso físico aos alimentos de qualidade. De forma geral, esses dois aspectos apontados encontram-se nas periferias da cidade, sendo assim, há necessidade de que haja política que aproximem os alimentos saudáveis a baixo custo dessa população. As iniciativas governamentais têm sido esvaziadas nesse sentido, pois, nos últimos anos as políticas sociais, em especial os voltados à alimentação têm sofrido grandes cortes. Algumas iniciativas exitosas que devem ser expandidas: restaurantes populares; Programa de Aquisição de Alimentos; uma política inovadora de abastecimento público;
No município de Severina foi relatado que a dificuldade de acesso aos alimentos encontra-se entre as pessoas desempregadas. Para o enfrentamento dessa situação o poder público busca de frentes de trabalho, cursos de capacitação, distribuição de cestas básicas, orientação social e psicológica;
Relatos do grupo da Associação Remanescentes do Quilombo São Pedro do município de Eldorado registra que a maior dificuldade é o acesso das comunidades tradicionais nos programas de segurança alimentar, principalmente em nível municipal, muitas famílias carentes e que poderiam ser incrementados a alimentação através de projetos via poder público e o mesmo não dá o devido valor aos agricultores familiares e comunidades tradicionais. Para o enfrentamento da situação relatada as comunidades tradicionais quilombolas vem se unindo para a formação de

cooperativa para poder conseguir acessar alguns programas do governo. Encontram dificuldades para dialogar com o poder público local que se demonstra pouco sensível e inoperante em relação a promoção de SAN;

Em **Itaquaquecetuba**, de acordo com relatos de estudantes de nutrição, existem programas sociais como entrega de leite, entrega de *Marmitex* feito por uma entidade não governamentais para grupos de famílias que tem renda familiar abaixo de um salário mínimo;

Desafio 2: Combater a insegurança alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

Propostas do 5ª CESANSP+2

Ampliar o acesso das comunidades tradicionais aos programas e políticas de alimentação e nutrição;

Respeito à cultura alimentar, que vem sendo violada, quando o pessoal de matriz africana não tem os direitos garantidos, quando os indígenas e quilombolas não têm direito as terras;

Regularização de áreas em terras devolutas no Estado de São Paulo, promover o ordenamento fundiário, a democratização do acesso à terra, e o desenvolvimento rural sustentável;

Fortalecer a metodologia de agroecologia, que trata a terra e o solo, como centros e pilares da segurança alimentar e soberania e de fortalecimento da cultura local.

Relatos sobre condições identificadas nos municípios paulistas

Em **Guaraci** representantes da CATI ressaltaram que apesar de não identificar comunidades tradicionais na região, o projeto de Microbacias II promove o acesso ao Mercado com ações que buscam organizar as comunidades, promover acesso e melhorias na produção e possibilidade de agregação de valor aos produtos produzidos na comunidade, destacando que os recursos para isso em sua maioria são recursos a fundo perdido;

Ilhabela – caiçaras: Não são autossuficientes. Com a falta de chuva houve a necessidade de suprir com água levada do continente. Projeto a instalação de cisternas está em andamento. A Secretária de Desenvolvimento Social de atuado com destaque junto destas comunidades. Existem 3 grandes intervenções em andamento: o projeto do bambu, visa aproveitar a grande quantidade dessa planta em uma das ilhas de difícil acesso do arquipélago, usando-a em artesanatos diversos, a intenção é usá-la em construção e venda. O Juçara estava sendo ameaçado pelo uso do palmito, um longo projeto se desenvolveu no sentido de otimizar a utilização de outras partes da planta, os coquinhos, com os quais se pode realizar diversas receitas, além de incentivar o manejo e plantio da espécie. Por fim, a porção leste da ilha está em vias de receber um frigorífico, para ampliar autonomia dos pescadores tradicionais. Em conjunto com instalação de fontes de energia renovável. Criação de peixe em tanques.

Presidente Prudente - assentamento- Banco da Terra de Tarabai: Não são autossuficientes. Políticas de extensão rural e infraestrutura estão sendo feitas para atingir essa população;

Rio Claro – agricultores familiares: Alguns agricultores não são autossuficientes e encontram apoio em cooperativas e associações que recebem apoio da Sec. Municipal de Agricultura para o fortalecimento desses grupos. O PAA e o PNAE têm contribuído para o aumento da produção local.

Eldorado - Associação Remanescente do Quilombo São Pedro: Comunidades Quilombolas montaram uma COOPERATIVA, para ganhar mais autonomia na produção, compra e venda dos produtos da agricultura familiar, ainda assim existe muita dificuldade ao acesso nos mercados, os demais grupos tradicionais, também tem muita dificuldade para acessar os programas sociais;

Desafio 3: Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

Propostas do 5ª CESANSP+2

Valorizar e proteger territórios da agricultura familiar e camponesa

Fortalecer o Desenvolvimento Rural Sustentável com base na Agroecologia e a Produção Orgânica

Promover a capacitação e assistência técnica de base agroecológica permanente e garantia mercado e preços justos aos produtores de alimentos

Relatos sobre condições identificadas nos municípios paulistas

Cruzeiro: agricultura familiar é a principal produtora, principalmente de leite e oleícolas. A grande maioria produz de maneira convencional, pouco sustentável e pouco saudável e sem planejamento de venda, ficando sujeitos aos atravessadores e às flutuações de preço do mercado. Igualmente ocorre para os produtores de leite. Em 2017 foi iniciada feira do produtor, a maioria agroecológicos. É preciso melhorar a divulgação do conceito de agroecologia

para o consumidor e também incluir este grupo de produtores como potenciais fornecedores para as compras institucionais do município e um corpo técnico com conhecimento sobre produção agroecológica e orgânica e SAN;
Guaraci: comercialização irregular de carnes; hortas urbanas que atendem 1 a 5 % da população; leite e ovos também distribuídos de forma irregular e para poucas pessoas. Estes alimentos irregulares, porém, de boa qualidade, são produzidos por agricultores familiares e trabalhadores rurais. Pouca produção sustentável e agroecológica, 80 a 95 % dos produtores atuam nas explorações de cana de açúcar, pastagem (bovinocultura de corte e mista), seringueira, grãos (milho e soja) e laranja;
Ilhabela: A pesca não está organizada, pouco rentável e favorece atravessadores. A construção de frigorífico é um avanço a partir da mobilização social para constituição do Conselho. O desafio principal é vencer a especulação imobiliária favorecida no plano diretor.
Presidente Prudente; Agricultura familiar é de base tradicional sem a utilização de alternativas sustentáveis. Destaca-se a poluição dos rios e contaminação do solo;
Rio Claro: Apesar do aumento da produção de alimentos mais saudáveis e sustentáveis, ainda há dificuldade de acesso e falta de informação sobre os benefícios e locais de compra com preço mais acessível, principalmente para a população com menor poder aquisitivo.
Santa Fé do Sul: A Agricultura Familiar participa em 90% da produção agropecuária, contudo é difícil acesso à informações e ao mercado para obter renda.
São Paulo: A produção do município é insuficiente para abastecer, mas a agricultura familiar consegue participar de feiras agroecológicas, e alguns conseguem participar de chamamentos públicos da alimentação escolar.
Eldorado: Os alimentos são produzidos na própria comunidade, com a roça de coivara onde se planta arroz, feijão, milho entre outros produtos. O excedente vai para a comercialização, principalmente aos programas de governo, mas há muito a melhorar e acertar com necessidade de formação no local.

Desafio 4: Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável
Propostas do 5ª CESANSP+2
Auxiliar produtores e prefeituras na elaboração de editais, na formulação de dados e compilação de informações para aquisição dos produtos da agricultura familiar, priorizando principalmente o pequeno produtor, aquele que não tem acesso direto ao mercado.
Enfrentar a queda de orçamento para o PAA diante do número reduzidos de associações e cooperativas contempladas. O desafio é buscar mais orçamento e mostrar para o governo Federal a necessidade de recursos.
Sobre a dificuldade de acesso ao mercado de compra por parte dos agricultores é importante a organização institucional para acessar incentivo e aporte financeiro. É preciso buscar qualificação e capacitação.
Relatos sobre condições identificadas nos municípios paulistas
Guaraci: As feiras de produtores rurais foram abandonadas pelo poder público. A mobilização e constituição do COMUSAN são avanços e o grande desafio será a formação da CAISAN e do Plano Municipal de SAN.
Ilhabela: Há escassez de produtores, por causa do custo da terra e zoneamento que favorece a especulação imobiliária. Sugerimos o uso do Cadúnico (documento federal do MDS feito por assistente social), para inibir fraudes e pode favorecer pescadores nas compras institucionais;
Rio Claro: O PAA é um avanço, promove oferta de produtos saudáveis. Alimentação escolar vem reduzindo a oferta de ultra processados. O atendimento à Resolução nº 465, de 2010, que estabelece os parâmetros numéricos para composição do quadro de Nutricionistas na alimentação escolar ainda é um desafio assim como o aumento da capacitação de pessoal técnico para realizar ações de EAN no território.
São Paulo: Feiras agroecológicas e orgânicas são iniciativas importantes para garantir o acesso a alimentos saudáveis para população. Sacolões, mercados municipais e feiras livres precisam voltar a ter caráter social. É necessária a ampliação de pontos de venda de alimentos saudáveis agroecológicos e orgânicos diversificada.
Eldorado: Apesar de a maioria da população ser Quilombola e/ou produtor da agricultura familiar, o município não aderiu ou criou nenhum mecanismo de incentivo à produção orgânica e nem banco de alimentos. Trabalhar com o poder público é um desafio no sentido de garantir que os seus representantes entendam a importância de incentivar a agricultura familiar no município.

Desafio 5: Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias
Propostas do 5ª CESANSP+2

Discutir o valor social dos alimentos, enquanto mecanismo de Soberania Alimentar em fóruns e espaços públicos.
Refletir sobre: o valor nutricional dos alimentos; a disponibilidade de tempo para comprar alimentos e preparar refeições; os comportamentos alimentares; disponibilidade (incentivos?) de locais para aquisição de produtos de qualidade
Aprimorar o desenvolvimento das ações educativas de alimentação e nutrição e segurança alimentar na rede pública de ensino;
Melhorar a rotulagem dos alimentos, combater a falta de informação e enfrentar a dificuldade em compreender os dados nutricionais dos rótulos dos alimentos, com aumento da letra, utilização de linguagem acessível, diminuir a poluição visual, em destaque aos alimentos industrializados que contém açúcar. Aprimorar e ampliar o projeto Rotulagem Adequada -IDEC-
Coibir a propaganda de alimentos dirigida à crianças e adolescentes e compreender que todas são abusivas para o público infantil e juvenil.
Manter e ampliar medidas fiscalizatórias e de regulamentação da propaganda ade alimentos, com destaque ao açúcar e sódio;
Atualização e ampliar os materiais educativos de EAN para públicos específicos associados a estratégias educacionais presenciais e em modo virtual.
Na rede pública de ensino – desafios específicos: Levar a alimentação de qualidade para uma rede tão complexa com segurança alimentar; Garantir o respeito à diversidade cultural do estado de São Paulo; Compras da agricultura familiar para a alimentação escolar => fortalecimento e seriedade nos processos licitatórios; Aprimorar projetos de EAN na rede pública de ensino: Cozinheiros da Educação (educação permanente com cozinheiros escolares para priorizar a segurança e soberania alimentar e nutricional); Saúde do Coração na Escolar (formação de multiplicadores – docentes e discentes – para promover alimentação saudável); projeto Cantina Legal (envolver as Associações de Pais e Mestres); Hortas nas escolas como estratégia educativa e de produção local de alimentos
Relatos sobre condições identificadas nos municípios paulistas
Relatos do grupo de Guaraci apontam que a renda familiar em meu município é relativamente baixa, e não existe produção de legumes, frutas e hortaliças. Estes fatos influenciados por aspectos tradicionais determinam o consumo alimentar local. Há pouca diversificação na alimentação: cereais são a base e são realizadas duas grandes refeições no dia;
Em Ilhabela , de acordo com relatos do grupo da Secretaria de Desenvolvimento Social existe uma tendência de alto consumo de alimentos ultra processados, com alto teor de açúcar e com base de farinha branca. Existem poucas pessoas que resistem a esse padrão e cultivam boa parte do que consomem ou extraem da natureza, principalmente o pescado. É notório o maior consumo de ultra processados entre famílias de menor renda e a busca de alimentos in natura sem veneno é tendência na classe média e alta. Um importante desafio é a cultura escolar que ainda insiste em oferecer doces associados à momentos de festa, alegria e prazer. O que consideramos um desserviço, em especial pelo papel educador da escola. Muitas crianças mantém uma alimentação saudável até o momento que ingressam na instituição, onde tem acesso ao açúcar com apenas um ano de vida. Cabe destacar que esse açúcar não é necessariamente fornecido pela via institucional (secretaria, municipalidade), mas é tido como tão importante pelas diretoras, que acreditando estar agradando pais e alunos levantam fundos para fornecer doces. Para o enfrentamento dessas condições o município iniciou um programa estadual de horta nas escolas associado às ações pontuais e ao esforço do grupo da pastoral que se dedica à nutrição;
Relatos sobre a situação da cidade de São Paulo , identificam que as pesquisas de orçamento familiar e VIGITEL(Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) apontam que a população de SP está consumindo muitos produtos industrializados por isso mais de 50% da população está acima do peso. Muitas doenças crônicas estão relacionadas aos hábitos alimentares. Várias organizações governamentais ou instituições privadas têm trabalhado para promover a alimentação saudável e falar dos riscos do consumo dos alimentos industrializados para a saúde. Além de campanhas muitos filmes foram lançados trabalhando esta temática que deve ser levada para a escola, além de trabalhar com a regulamentação de propagandas de alimentos, que acaba incentivando o consumo de alimentos industrializados;
Em Eldorado o grupo de participantes relatou que o comportamento alimentar basicamente é orgânico, para nossa comunidade isso é cultural, plantar, cultivar para então colher e conseqüentemente poder se alimentar. Contudo, o maior desafio é garantir que todos tenham acesso a uma alimentação saudável pois não há iniciativas do poder público para fortalecimento das cooperativas – Cooperquival (cooperativa dos agricultores quilombolas do vale do Ribeira) e das associações de bairro.

Desafio 6: Controlar e prevenir agravos decorrentes da má nutrição
Proposta do 5ª CESANSP+2
Ações para prevenir a desnutrição infantil e de idosos e impedir o desmonte de programas que tiraram o Brasil do Mapa da Fome, que hoje está em retrocesso, inclusive com o aumento da mortalidade infantil;
Manutenção e ampliação do Programa Bolsa Família e outros programas que colaboram com a prevenção da desnutrição
Manutenção e ampliação das ações, programas e estratégias de incentivo ao aleitamento materno e alimentação de transição (Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil);
Manutenção e ampliação Estratégia de suplementação da Vitamina A e Ferro para prevenção de anemia e hipovitaminose (Programa NutriSUS – apenas 34 cidades participam)
Manutenção e atualização do Plano de Ações com estratégias para o enfrentamento das doenças crônicas-não transmissíveis, com destaque à obesidade e às ações integradas que vai desde hortas comunitárias até o planejamento das cidades com áreas de lazer, mobilidade e de condições para alimentação nos ambientes de trabalho;
Desenvolvimento de estratégias para implementar linhas de cuidado para obesidade para o atendimento integrado e integral de diferentes problemas de saúde vinculados ao excesso de peso
Garantir recursos financeiros e tecnológicos para a realização de pesquisas periódicas para diagnóstico nutricional da população e monitoramento do estado nutricional e consumo de alimentos, com destaque à operacionalização do SISVAN e utilização de seus relatórios para avaliação das ações e da política de SAN
Ampliar o número de nutricionistas para atuar nos Núcleos de Saúde da Família (NASF) e apoiar unidade básicas de saúde para o desenvolvimento do cuidado e das ações de enfrentamento das doenças decorrentes da má alimentação em especial, a obesidade e desnutrição infantil
Relatos sobre condições identificadas nos municípios paulistas
Em Guaraci , dependentes químicos (álcool e drogas) têm deficiência alimentar, mas os grandes problemas sem dúvidas são o sobrepeso e a obesidade;
Também em Ilhabela os agravos nutricionais se associam às doenças crônicas não transmissíveis. Para o atendimento desses agravos os relatos do grupo deste município apontaram que existe apenas uma nutricionista na educação e duas na saúde, entretanto está aberto concurso público para essas profissionais. Foi criado um cargo de supervisor de segurança alimentar e nutricional, dentro do departamento de políticas públicas da secretaria de desenvolvimento e inclusão social, mas monitoramento do estado nutricional ainda não foi implantado;
Em Presidente Prudente e Sorocaba há reconhecimento dos agravos nutricionais nos municípios e as ações são semelhantes para o seu enfrentamento. Existem ações de alimentação saudável nas escolas para educar as crianças e conscientizar os pais, Programa Saúde do Escolar. Na atenção primária, em Sorocaba há um nutricionista que atua no NASF, em locais de maior vulnerabilidade. Não se dá a devida importância para o controle e prevenção dos agravos decorrentes da má nutrição.
Para o grupo de São Paulo , apesar da transição nutricional que sofremos ainda existem pessoas e crianças com desnutrição e que tem a saúde comprometida com as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT') que são decorrentes da má alimentação. O trabalho de prevenção é o principal desafio, promover a alimentação saudável e garantir o acesso de todas as pessoas à alimentação de qualidade e garantir o DHAA, é o principal.

Desafio 7: Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural
Propostas do 5ª CESANSP+2
Elaboração de legislação sobre reuso e reciclagem de água para evitar o desperdício, unindo o meio ambiente sustentável.
Integrar e convergir programas existentes no Estado que promovem o acesso à água e articulação com os planos nacionais.
Conscientização ambiental sobre os efeitos de uma agricultura sem compromissos que inviabilizam o trabalho social com compensação na distribuição desta água. Os produtores precisam ter ações menos impactantes para o meio ambiente.
Por fim ao círculo vicioso que promove a degradação dos recursos naturais, empobrece o pequeno produtor e causa a baixa rentabilidade das explorações.Há necessidade de programas com incentivos aos agricultores com doação de mudas e espécies nativas, controle de voçorocas, recuperação de trechos críticos de estradas rurais até equipamentos comunitários para a execução de uma determinada política pública diagnóstica comunitária.

Relatos sobre condições identificadas nos municípios paulistas
Guaraci: Não há problema de acesso á água. A política de saneamento básico nacional com a constituição dos planos de saneamento é um grande avanço. A falta de análise, tratamento de poços e cisternas rurais, a falta de conscientização (nem toda água rural tem qualidade), são os principais desafios em meu território.
Presidente Prudente: Fiscalização do uso da água é muito importante, já que Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) tem 5 técnicos para fiscalizar 800 mil habitantes na área rural da região
São Paulo: é um recurso disponível para a maioria da população mas há escassez por falta de planejamento para estruturar o abastecimento, com obras que ajudam na preservação, com combate à corrupção dentro das empresas que cuidam do abastecimento.
Taboão da Serra: Aponta a necessidade de proteção dos mananciais, manutenção da rede hídrica, ampliação da rede de coleta de esgoto, orientação com relação ao uso racional da água; estímulo para captação de água de chuva e o reuso correto da água.

Desafio 8: Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade a participação social
Propostas do 5ª CESANSP+2
Criar estratégia de articulação nos diferentes níveis e setores do governo do estado de São Paulo, para que as ações intersetoriais de fato se efetivem com uma CAISAN ativa, com competência para criação da política e elaboração e implementação do plano estadual;
Garantir mecanismos para a eficiência da comunicação, da formação política e da educação continuada envolvendo todo o sistema (CAISAN, CONSEA Estadual e Municipais, CRSANS);
Fortalecer mecanismos que garantam a criação e funcionamento dos COMSEAS em todos os municípios do estado de São Paulo, bem como ampliar o número de CRSANS que atendam regiões identitárias, considerando realidades sócio- econômicas, agrícolas, políticas e geográficas que funcionem como instâncias de monitoramento do DHAA;
Garantir o funcionamento da comissão de monitoramento das políticas públicas de SAN, promovendo sua ampla discussão e publicização junto à sociedade civil, em parceria com as Universidades, com o propósito de monitorar e orientar a execução das políticas públicas de SAN;
Garantir a atuação dos fóruns intermunicipais, intersecretariais, bem como, os fóruns bi e tripartites (município, estado e união) de segurança alimentar e nutricional, garantida a presença dos conselhos em sua composição como forma de consolidar a participação popular e controle social;
Elaborar estudo a partir das experiências e do mapeamento de SAN 2015 visando a alteração do artigo 7º da LOSAN, adotando medidas para o fortalecimento do sistema;
Cabe as CAISAN's, incentivar e apoiar tecnicamente os municípios para adesão ao SISAN, garantindo recursos para a implantação, fortalecimento e pleno funcionamento dos componentes fundamentais do Sistema, sendo tais ações de corresponsabilidade dos entes federados, com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do MDS exercendo o papel de agente de monitoramento e fiscalização do cumprimento adequado de tais ações;
Os conselhos nos seus respectivos níveis deverão desenvolver e implantar programa de formação e capacitação permanente e obrigatório a todos os conselheiros, gestores e lideranças comunitárias para execução do SISAN;
Garantir recursos orçamentários, mediante repasses fundo a fundo, com percentuais definidos para cada ente federado, com o intuito de prover a infraestrutura de funcionamento dos conselhos, câmaras e conferências de SAN, fortalecendo a participação social ao SISAN;
Reestruturar as 30 (trinta) CRSANS a partir da realidade e diversidade regional, com reconhecimento jurídico administrativo e territorialização com vistas à implantação e consolidação do SISAN;
Fortalecer a articulação dos diferentes sistemas de políticas públicas.
Relatos sobre condições identificadas nos municípios paulistas
Realizada de forma descentralizada o Conselho Estadual de Segurança Alimentar (Consea/SP) conta com 16 regionais que trazem as demandas para o plenário. A efetivação desta metodologia de ações garante a discussão sobre o tema em várias partes do Estado;
Dos 645 municípios, apenas 86 contam com conselhos ativos; 156 estão inativos; 151 cidades têm a lei, mas nunca efetivaram o conselho. E, 252 não responderam à pesquisa realizada em 2017 para a identificação dos conselhos no Estado de SP;

A legitimidade de representação é um ponto a ser ressaltado. No Plano Municipal de SAN do município de São Paulo as cinco diretrizes e as 113 metas existentes no Plano foram discutidas e demandadas pela sociedade civil, elaboradas em encontros e conferências para os levantamentos e diagnóstico;
Em Osasco , para desenvolver a política pública de segurança alimentar com a construção do Plano Municipal e das ferramentas de monitoramento para 10 anos de atuação, houve intenso envolvimento para que a cidade conquistasse leis e arranjos possíveis para encontrar soluções para combater a fome e a desigualdade na cidade. A vontade política do gestor tem destaque nesse processo para que o tema SAN ganhe destaque no PPA, que no caso de Osasco foi um grande avanço e garantiu o marco legal da implantação do sistema de segurança alimentar;
Em Cruzeiro , a CATI, por meio da Casa da Agricultura de Cruzeiro, em parceria com Conselheiro Estadual da Igualdade Racial e presidente do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Cruzeiro (CMCN) vem trabalhando na divulgação do tema SAN, por meio de palestras com a comunidade e gestores municipais, uma vez que este conceito é pouco conhecido pelos potenciais atores que irão compor o Conselho. Neste município ainda existe Conselho, CAISAN nem adesão ao SISAN;
Em Guaraci , com contribuições de atuantes da política pública local, vinculados à CATI, identificaram que a lei de constituição do conselho estava aprovada e a portaria de nomeação dos membros estava sendo elaborada. A motivação, a mobilização entorno do tema SAN sem dúvida vêm fortalecendo o SISAN localmente, contudo é observada a dificuldades relativas a falta de interesse dos gestores e envolvimento da população;
Em Ilhabela representantes do poder público local se mobilizaram para o fortalecimento de um fórum que promove a identificação de conselheiros. O conselho foi criado por lei em 2003, mas nunca se materializou. O grupo almeja a mobilização do fórum e criação de cargo de Supervisora de Segurança Alimentar;

3.4. Cenário das políticas de SAN executadas no estado de SP

O Estado de São Paulo não tem ainda um marco legal que institucionalize sua Política de SAN, mas tem muitos programas e ações relacionados à diretrizes da Política Nacional de SAN (Decreto nº 7.272 de 2010). Mesmo que os princípios institucionais da Política Nacional de SAN não se mostrem expressos nos documentos das políticas setoriais do estado, ao longo do tempo, de forma espontânea, algumas ações tem a perspectiva de intersectorialidade, como foi o caso do Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS) e do Programa Viva Leite que, entre outros, que articularam mais de uma secretaria para o seu planejamento e execução.

O PLANASAN/SP surgiu da vontade do povo e do esforço dos gestores para que esses anseios se concretizem, mas aos poucos foi revelando que esse esforço coletivo veio cobrir uma lacuna já percebida pelos técnicos envolvidos nas ações de políticas públicas, naturalmente intersectoriais. Não é preciso muito esforço para evidenciar a natureza intersectorial e participativa das políticas públicas.

3.4.1. Programas relacionados às diretrizes da Política Nacional de SAN

Num levantamento realizado pela secretaria executiva ao CONSEA/SP, foram identificados, entre outros, 13 programas relacionados com as diretrizes da Política Nacional de SAN, conforme segue:

1. **Programa Água Limpa** – Pertence à Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) – Objetiva a universalização do saneamento e implantar sistemas de tratamento de esgotos, preferencialmente por lagoas de estabilização.
2. **Projeto Bompreço do Agricultor Paulista** – Pertence à SAA - facilitar o escoamento da produção, viabilizando a comercialização direta dos produtos oriundos da agricultura familiar ao consumidor final.
3. **Programa Estadual Cozinhamento** – vinculado à SAA - promove a instalação de cozinhas piloto experimentais nos municípios paulistas.

4. **Projeto Horta Educativa** – Vinculado à SAA, Fundo Social de Solidariedade (FUSSESP) e Secretaria Estadual da Educação (SEE) - busca integrar os pais para incentivar toda a família a adotar hábitos saudáveis de alimentação. O curso propicia aulas teóricas e práticas sobre o preparo do espaço onde a horta será instalada, além de palestras com nutricionistas e engenheiros, que focam a importância de uma alimentação saudável. As instituições recebem material pedagógico com manuais de instruções e atividades interativas para os pais, crianças, coordenadores e cuidadores da horta e dois kits de sementes orgânicas que são plantados pelas crianças. Nas hortas educativas, os alunos cultivam alface, rabanete, rúcula, chicória, couve, salsa, abobrinha, abóbora, beterraba, cenoura e cebolinha. Além de fazer a colheita, realizam atividades para o preparo de receitas com os alimentos.
5. **Programa Integra São Paulo**- Coordenado pela Secretaria SAA através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) - objetiva aplicar conceitos estratégicos e dinâmicos de sustentabilidade dos sistemas de produção e conservação do meio ambiente, e viabilizar ações de operacionalidade para, além da oferta dos sistemas vigentes, aliar o conhecimento de novos modelos com tecnologia de última geração produzidos para atender o setor agrícola.
6. **Programa Mais Leite, Mais Renda**- Coordenado pela SAA - objetivo de coordenar a cadeia produtiva do leite, aumentando a produtividade e a qualidade da produção para 2 bilhões de litros por ano nos próximos dez anos. A iniciativa visa atender às demandas de um rebanho de cerca de um milhão de cabeças que já é voltado exclusivamente à pecuária de leite; e de 4,5 milhões de gado misto, destinado tanto à produção de leite quanto ao abate, sendo que este último está localizado principalmente em pequenas propriedades de produtores familiares.
7. **Programa Microbacias** – convênio entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, executado pela SAA por meio da CATI - possibilita o investimento de recursos em incentivos para que os agricultores paulistas adotem práticas conservacionistas e tenham uma produção ecologicamente adequada, bem como favorece por meio de capacitação, organização rural e difusão de alternativas à geração de renda e emprego no meio rural.
8. **Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS)** - Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC) e SAA - objetivo de fortalecer a agricultura familiar e pesca artesanal por meio de política de compra do Estado, na qual os órgãos governamentais devem empregar, no mínimo, 30% dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, para hospitais públicos, presídios, escolas públicas, instituições de amparo social e outras entidades, na compra direta, mediante chamada pública, da produção da agricultura familiar.
9. **Programa Bom Prato** – Governo do Estado de São Paulo Coordenado pela SEDS - objetiva oferecer, à população de baixa renda, refeições saudáveis e de alta qualidade a custo acessível, R\$ 1,00, além de desenvolver ações de EAN à população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Atualmente o Estado de São Paulo possui 52 unidades em funcionamento, com atendimento de segunda a sexta feira. Por dia são servidos em torno de 71 mil almoços e 14 mil cafés da manhã.
10. **Programa de Sanidade em Agricultura Familiar (PROSAF)**- Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) em parceria com as cooperativas e associações de produtores – objetivo de transferir conhecimento e gerar tecnologias nas áreas de sanidade animal, vegetal e ambiental. Em 2017, o programa orientou mais de 800 produtores rurais.
11. **Programa Uso Racional da Água** – Coordenado pela SSRH – objetiva aumentar a disponibilidade hídrica e a vida útil dos mananciais e aliar as mudanças comportamentais e tecnologia para combater o desperdício de água mediante o uso racional da água.

12. **Programa de Uso Racional da Água (PURA)**—vinculado à SEE - objetivo de aprimorar o gasto de água nas escolas estaduais por meio de ações tecnológicas e medidas de conscientização dos pais, alunos e professores.
13. **Programa Viva Leite** – Coordenado pela SEDS – programa social de distribuição gratuita de leite fluido, pasteurizado, com teor de gordura mínimo de 3%, enriquecido com ferro e Vitaminas A e D; com objetivo de oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às pessoas de baixa renda, além de gerar de forma indireta, novos empregos no campo. O Programa é destinado a **crianças** (6 meses a 5 anos e 11 meses) e **idosos** que receba renda mensal de até ¼ de salário mínimo per capita.
14. **Programa Agita São Paulo** - coordenado pelo CELAFISCS - Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul – em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. O corpo de assessores científicos e técnicos recebe a colaboração permanente do grupo de especialistas nacionais e internacionais, o Comitê Científico. As ações são programadas por um Comitê Executivo (Colegiado) que se reúne uma vez por mês, de Fevereiro a Dezembro. Este Colegiado é composto por instituições governamentais, não-governamentais e empresas privadas, realizando ações na comunidade em três focos especiais: escolares, trabalhadores e idosos.
15. **Programa Banco do Povo Paulista - BPP** -O programa é executado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT), em parceria com as prefeituras e sua finalidade é conceder empréstimos de pequeno valor a empreendedores formais e informais, geralmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional, com o objetivo de gerar emprego e renda através do desenvolvimento de pequenos empreendimentos.
16. **Programa Trabalho Decente** - O programa é executado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT), em parceria com outros órgãos que desenvolvem ações e políticas públicas concernentes ao trabalho decente. Seus eixos principais são a promoção dos direitos fundamentais, a geração de mais e melhores empregos, a extensão da proteção social e a promoção do diálogo, do desenvolvimento sustentável e da certificação em boas práticas de trabalho decente.
17. **Programa Nascentes** - que envolve 12 secretarias de estado, otimiza e direciona investimentos públicos e privados para compensação de emissões de carbono ou redução da pegada hídrica, ou ainda para implantação de projetos de restauração voluntários. A atuação do Programa Nascentes relaciona-se com 4 ODS:
- 6- Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
 - 13- Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
 - 15- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
 - 17- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
18. **Programa Município Verde Azul** – tem o objetivo de estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo. As ações propostas pelo PMVA compõem as dez Diretivas norteadoras da agenda ambiental local, abrangendo os seguintes temas estratégicos: Município Sustentável, Estrutura e Educação Ambiental, Conselho

Ambiental, Biodiversidade, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Uso do Solo, Arborização Urbana, Esgoto Tratado e Resíduos Sólidos.

3.4.2. Ações relacionados às diretrizes da Política Nacional de SAN

Foram também identificadas pela secretaria-executiva do CONSEA/SP seis ações de grande relevância relacionadas às diretrizes da Política Nacional de SAN.

1. **Assistência técnica e extensão rural**—pertencente à SAA/CATI- Oferece Assistência técnica e extensão rural, incluindo capacitação e orientação aos produtores rurais e agricultores familiares para acessarem as políticas públicas destinadas ao agricultor familiar, bem como compras públicas e demais informações e apoio para facilitar o acesso às linhas de crédito disponíveis pelo Governo Estadual, incentivando a organização rural, a produção planejada e a agregação de valor.
2. **Cursos e palestras nas áreas de nutrição, economia doméstica e geração de renda** - Centro de Segurança Alimentar e Nutricional (CESANS) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) – atuação na orientação e conscientização das pessoas sobre a necessidade de uma alimentação balanceada e saudável, oferecendo cursos e palestras nas áreas de nutrição, economia doméstica e geração de renda. O atendimento é realizado para entidades sociais, empresas, escolas e prefeituras.
3. **Feira Orgânica do Jabaquara – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA)** - Feira orgânica no espaço da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento ao lado do Terminal Jabaquara do Metrô, em São Paulo, todas as sextas-feiras. Além de ser para os agricultores familiares mais um espaço para comercialização de seus produtos, a feira atende à crescente demanda por uma alimentação livre de agroquímicos.
4. **Identificação e regularização fundiária das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos** - Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania - Promove essas ações que estão associadas a um efetivo programa de apoio ao desenvolvimento socioeconômico desses locais, para que essa população tenha maior qualidade de vida, sem a descaracterização de suas tradições culturais.
5. **Livros de Receitas Saudáveis – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) por meio do Centro de Segurança Alimentar e Nutricional (CESANS)** – Publicações de livros e manuais, visando a promoção da SAN, proporcionando fácil acesso a informações. O CESANS, da Codeagro, atua na orientação e conscientização sobre a necessidade de uma alimentação equilibrada, visando colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população. São 22 publicações com download gratuito que demonstram e problematizam temas importantes de SAN para a população. Trazem orientações sobre o aproveitamento integral dos alimentos, considera também as propriedades nutricionais de folhas, talos, cascas, entrecascas e sementes. No ano de 2017 foram efetuados 114.427 downloads.
6. **Sistema de Editais da SAA por meio do Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA)** ferramenta eletrônica de apoio à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que o ICA coloca à disposição das Prefeituras Municipais, com o objetivo de agilizar e dinamizar a administração do referido Programa por parte da municipalidade.

7. **O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II** – Acesso ao Mercado é uma ação do Governo do Estado de São Paulo, executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Integral (CATI) e pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Tem por objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em todo o Estado de São Paulo, bem como organizações de produtores de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. O Projeto pretende aumentar as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social e promover a conservação dos recursos naturais. É realizado com recursos provenientes do Governo do Estado de São Paulo, e do acordo de empréstimo firmado com o Banco Mundial e com contrapartida de Prefeituras e organizações formais de produtores rurais e comunidades tradicionais.
8. **Capacitações da Rede de ATER** – Da SMA e SAA, para promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e fortalecer e estimular a transição os sistemas de produção agroecológicos no Estado de São Paulo.
9. **O Protocolo de Transição Agroecológica** – da SMA, SAA em parceria com a sociedade civil e tem como objetivo promover a cooperação técnica e institucional entre as partes, de forma a viabilizar ações voltadas ao estímulo à transição agroecológica e à produção orgânica nas propriedades rurais, urbanas e periurbanas do estado de São Paulo, com vistas a promover o uso sustentável dos recursos naturais e incrementar a produção, a oferta e o consumo de alimentos saudáveis.

3.4.3. O Plano Plurianual do Estado de São Paulo

No PPA do Estado de São Paulo foram inicialmente identificados um significativo número de Programas relacionados com as diretrizes da Política Nacional de SAN, conforme tabela seguinte. As propostas das Conferências de SAN foram confrontadas com essas ações no sentido de identificar fontes de financiamento ou avaliar a possibilidade de inclusão de novos programas ou ações no PPA.

Programa	Ação	Descrição
Secretaria da Agricultura e Abastecimento		
1301		Tecnologias sustentáveis para o desenvolvimento rural e agroindustrial
1307		Extensão rural para o desenvolvimento sustentável
1308		Abastecimento, segurança alimentar e dinamização das cadeias produtivas
1. Secretaria da Administração Penitenciária		
3813		Gestão da custódia da população penal
2. Casa Civil		
2828		Desenvolvimento regional integrado
3. Secretaria de desenvolvimento social		
3500		Enfrentamento à extrema pobreza
4. Secretaria da educação		
0805		Parcerias escola, comunidade e sociedade civil
5. Secretaria de desenvolvimento econômico ciência, tecnologia e inovação		

1015		Competitividade para o desenvolvimento regional e territorial
6. Secretaria dos direitos da pessoa com deficiência		
4700		Gestão e implementação da política de inclusão social da pessoa com deficiência
7. Secretaria do emprego e relações do trabalho		
2302		Sistema público de emprego e renda
2308	11.332.2308.4227	Relações do trabalho e empreendedorismo/ Certificação de empresa
	11.333.2302.4225	Banco do povo paulista
8. Secretaria de esporte, lazer e juventude		
4109		São Paulo mais esporte e lazer
9. Secretaria da habitação		
2505		Fomento à habitação de interesse social- casa paulista
10. Secretaria da justiça e da defesa da cidadania		
1730		Direitos humanos e cidadania
1731		Cidadania no campo e na cidade
11. Secretaria do meio ambiente		
2617	18.542.2617.2017	Cidadania ambiental e melhoria da qualidade de vida
2617	18.541.2617.6050	Educação ambiental integrada as políticas públicas ambientais
2618	18.541.2618.2353	Conservação ambiental e restauração ecológica
12. Secretaria de planejamento e gestão		
2924		Assistência médica ao servidor público estadual
	10.128.2924.6044	Desenvolvimento de ensino e pesquisa
13. Secretaria de saneamento e recursos hídricos		
3934		Planejamento, formulação, implementação da Política de Recursos Hídricos
	18.544.3934.1153	Gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
	18.544.3934.2465/69, 2485, 2513/20, 2558/61	Financiamento de Ações nas UGRHs com recursos de Cobrança do Uso da Água
3906		Saneamento Ambiental em Mananciais de interesse regional
	17.541.3906.1599	Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê
	17.541.3906.2562	Recuperação e Conservação dos Mananciais Guarapiranga e Billings
3932		Planejamento, formulação, implementação da Política de Saneamento
	18.541.3932.2081	Recuperação das Águas Paulistas – Reágua
	17.511.3932.2080	Saneamento Rural e Pequenas Comunidades Isoladas - Água é Vida
	17.512.3907.1597	Água limpa
14. Secretaria da saúde		
0944		Recomeço: uma vida sem drogas

3.5. Indicadores de SAN: algumas séries históricas

Com 44 milhões de habitantes, São Paulo é o estado mais populoso do Brasil. O número corresponde a 21,1% da população total do país, que tem 208,5 milhões de habitantes, conforme divulgou o IBGE (2014). O Estado apresenta densidade demográfica de 177,23 habitantes/km² e grau de urbanização em torno de 96,4%. Sua população vive basicamente dentro da área urbana (39.585.251 habitantes), enquanto apenas 1.676.948 habitantes (cerca de 4%) vivem em região rural. Na distribuição por faixa etária, vem sendo observado importante aumento da população idosa e redução da taxa de natalidade, de 30 nascimentos por mil habitantes em 1980 para 15 nascimentos por mil habitantes em 2016. O perfil demográfico apresentado pelo Estado, segue a tendência brasileira, decorrente da melhora da expectativa de vida da população adulta, pela melhoria nas condições de trabalho, emprego, de melhores ofertas de serviços de saúde, principalmente pelos serviços de diagnóstico e terapia.

Em relação a taxa de mortalidade infantil (Figura 3) o estado de São Paulo seguiu a tendência decrescente do país, passando de 51 mortes de crianças menores de 1 ano de idade a cada mil crianças nascidas vivas no início da década de 80, para 10,91 mortes no ano de 2016.



Figura 3. Série histórica taxa de mortalidade infantil no estado de São Paulo, período de 1980 – 2016. Fonte: SEADE, 2018

Um alerta de extrema importância tem sido realizada pelo Ministério da Saúde para esse indicador. No Brasil, a mortalidade infantil interrompeu em 2016 a queda constante que vinha apresentando na morte de bebês. Pela 1ª vez desde 1980, o país apresentou alta na taxa: no Brasil foram 14 mortes a cada mil nascidos em 2016; um aumento de 4,8% em relação a 2015 quando 13,3 mortes (a cada mil) foram registradas (BRASIL, 2018). O estado de São Paulo também apresentou ligeiro aumento do indicador, passando de 10,1 mortes em 2015 para 10,91 mortes em 2016. O Ministério da Saúde relaciona a alta da taxa de mortalidade à emergência do vírus Zika e às mudanças no cenário econômico e de cobertura do calendário vacinal. Cidades do estado de São Paulo estão na lista das cidades com cobertura abaixo de 50% e podem ser visualizadas no link <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/julho/03/lista-polio.pdf>

A crise econômica enfrentada pelo país pode estar refletida no atual cenário de aumento da mortalidade infantil. O aumento do desemprego, a queda da renda, a piora das situações de moradia, a queda do poder de compra de alimentos básicos, podem ter refletido diretamente na qualidade e no acesso aos serviços de saúde das crianças, no primeiro ano de vida.

Condições de vida, saúde e educação:

O Índice de Responsabilidade Social (IPRS) é um indicador inspirado no IDH (utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu relatório anual) e exprime, sinteticamente, um conjunto de dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade. O índice caracteriza a posição de determinada unidade territorial (município, Região Administrativa, Estado) de acordo com sua situação em cada dimensão e também dentro de uma tipologia elaborada a partir da combinação dessas dimensões (SEADEb, 2018)

A figura 4 apresenta a distribuição dos 645 municípios segundo os 5 grupos do IPRS, no estado de São Paulo.

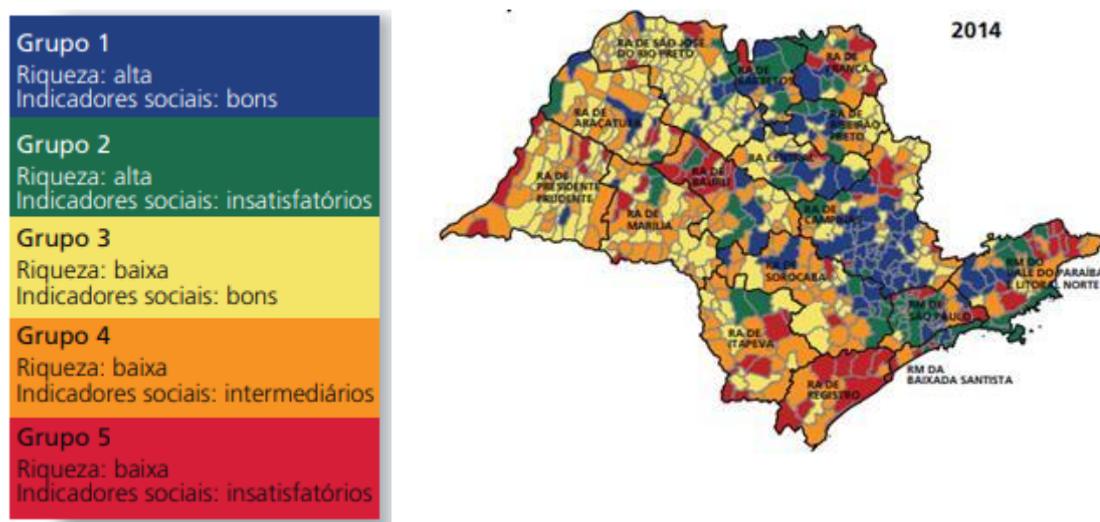


Figura 4. Índice de Responsabilidade Social (IPRS) no ano de 2014 no São Paulo. Fonte: Seade, 2018b.

Na Figura 2 é possível identificar a descrição de cada um dos cinco grupos e as características dos seus municípios, no que confere às dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade.

Grupo 1
Reúne municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais. A maioria deles localiza-se ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (Rodovias Anhanguera e Presidente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Em 2014, os 93 municípios que compunham o grupo abrigavam 12,7 milhões de pessoas, ou aproximadamente 29,7% da população estadual, configurando-se como o segundo maior grupo em população. No conjunto dos dez municípios paulistas mais populosos, seis faziam parte desse grupo: Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba. A Região Administrativa de Campinas é a que concentra mais municípios (37) desse grupo.
Grupo 2
Engloba localidades com bons níveis de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, os quais se situam aquém dos registrados para os municípios pertencentes ao Grupo 1. Em 2014, esse grupo abrangia 74 municípios, totalizando mais de 19,1 milhões de habitantes, 44,9% da população estadual, sendo, assim, o menor grupo em quantidade de municípios, embora seja o mais populoso deles. Analogamente às edições anteriores, destacam-se, nesse grupo, dois importantes subconjuntos: municípios com relevante atividade industrial, como São Paulo, Guarulhos, Osasco, Mauá, Diadema e Cubatão, localizados em regiões metropolitanas; e aqueles com atividade turística, tais como Guarujá, Praia Grande, São Sebastião e Campos do Jordão.
Grupo 3
Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade. Este grupo, caracterizado, principalmente, por pequenos e médios municípios, englobava 209 localidades que abrigavam 4,9 milhões de pessoas em 2014. Quase metade (47,8%) dos municípios deste grupo tem menos de 10 mil habitantes e 70,8% deles possuem até 20 mil habitantes. Estão espalhados por todo o centro e norte do Estado, sendo mais frequentes nas RAs de São José do Rio Preto (59,4% dos municípios da região e 27,3% daqueles classificados nesse grupo), Araçatuba (48,8% da região e 10,0% do grupo) e Presidente Prudente (47,2% da região e 12,0% do grupo), com destaque também, pela quantidade de municípios (27), para a RA de Campinas. Esse tipo de município inexistente na Região Metropolitana da Baixada Santista.
Grupo 4
Com 188 municípios e 3,7 milhões de habitantes em 2014, esse grupo apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. Mogi das Cruzes e Carapicuíba, ambos na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, são os dois maiores municípios desse grupo em termos populacionais, destoando bastante dos demais, já que dois terços das localidades desse conjunto têm menos de 20 mil habitantes. Assim como o Grupo 3, está disperso em quase todas as regiões do Estado, sendo o segundo maior grupo em número de localidades (29,1% dos municípios) e o segundo menor em população, com 8,6% do total de habitantes do Estado.
Grupo 5
Composto por localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade, esse grupo concentra os municípios mais desfavorecidos do Estado. Em 2014, englobava 81 municípios, com população de aproximadamente 2,3 milhões de pessoas. Na comparação com a edição anterior do IPRS, é o grupo que, em termos relativos, mais perdeu municípios, já que 30 deles passaram a compor o Grupo 4, além dos oito que foram para o Grupo 3 e um que agora está classificado no Grupo 2. Por outro lado, dois municípios que integravam o Grupo 3 migraram para o Grupo 5, assim como outros 25 que estavam no Grupo 4. Tais localidades situam-se em áreas bem específicas do Estado, principalmente na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte e na RA de Bauru, no entorno do município de Lins. Este grupo engloba, ainda, mais da metade (57,1%) dos municípios da RA de Registro e um terço da RM da Baixada Santista

Fonte: Seade, 2018b.

O Estado de São Paulo atingiu, em 2014, a marca de 47 pontos no indicador de riqueza do IPRS, um avanço de um ponto em relação a 2012, o que reflete a baixa dinâmica da economia paulista no período. O Estado manteve, em 2012 e 2014, a marca de 70 pontos em longevidade e alcançou 54 pontos no indicador de escolaridade, em 2014, um avanço de dois pontos em relação a 2012. A melhora no indicador é reflexo dos progressos em dois dos três aspectos (cobertura, desempenho e fluxo) tratados nessa dimensão do IPRS. A taxa de atendimento às crianças de 4 e 5 anos, que capta o aspecto da cobertura, foi o único dos componentes que teve variação negativa, passando de 96,8% para 92,2%, entre 2012 e 2014.

Os índices de pobreza e extrema pobreza de São Paulo representam um terço daquele encontrado no Brasil para os brancos e metade para os negros, ou seja, a proporcionalidade de negros entre os pobres de São Paulo é superior que a do Brasil. Ainda, o percentual de negros em estado de pobreza e extrema pobreza é também o dobro do que a encontrada entre os brancos. Temos por volta de 2% de negros e 1% de brancos extremamente pobres e o percentual de pobres de 10% entre os negros e 5% entre os brancos (PNUD; IPEA, 2010). Historicamente enfrentamos a desigualdade racial em nosso país, colocamos os negros, pardos e índios em minorias que se encontram em bolsões de vulnerabilidade. As diferenças são evidenciadas quando desagregamos os indicadores por cor de pele ou raça.

Em 2016, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil foi estimada em 7,2% (11,8 milhões de analfabetos). No estado de São Paulo a taxa foi de 3,53%. A série histórica da taxa apresenta valores descendentes, o que representa melhoria de políticas para erradicação do analfabetismo em maiores de 15 anos. Porém, não se pode deixar de salientar que quase 4% da população paulista não sabe ler e escrever, em idade onde o processo de alfabetização já deveria estar concluído (IBGE, 2014).

Condição de Insegurança Alimentar:

A prevalência de insegurança alimentar em domicílios particulares, aferidas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), um indicador subjetivo da insegurança percebida relativa ao acesso ao alimento, conforme tabela 1, mostra São Paulo com valores que correspondem a metade dos encontrados para o Brasil.

Tabela 1. Prevalência de situação de SAN, em domicílios particulares no Brasil, São Paulo e Paraná

Indicadores	Brasil	São Paulo
Condição de Segurança Alimentar (%)	77,4	88,4
Condição de Insegurança Alimentar Leve (%)	14,8	8,0
Condição de Insegurança Alimentar Moderada (%)	4,6	1,9
Condição de Insegurança Alimentar Grave (%)	3,2	1,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) - Segurança Alimentar, 2013

Estado nutricional:

O Brasil possui mais de 50% da sua população em situação de excesso de peso, ou seja, com diagnóstico nutricional de Sobrepeso e Obesidade. Segundo o VIGITEL (Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), a prevalência de Excesso de peso é de 57% para os homens e 53% para as mulheres, considerando que os homens ultrapassam a média nacional que é de 54% (VIGITEL, 2017).

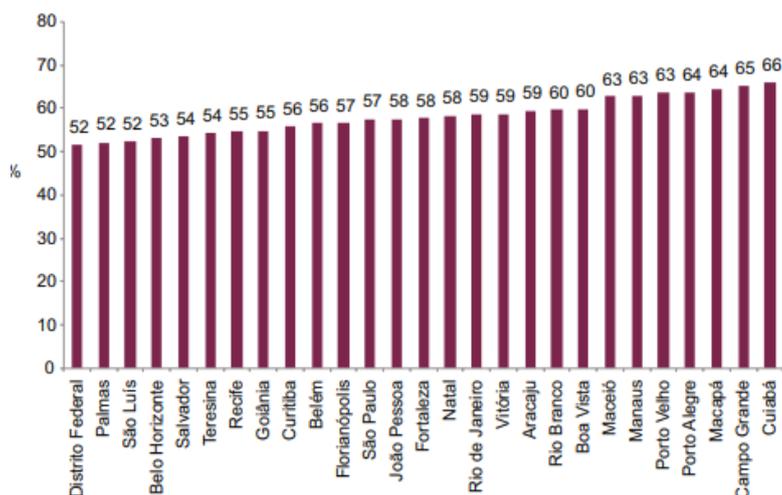


Figura 4. Percentual de homens (≥ 18 anos) com excesso de peso ($IMC \geq 25$ kg/m²), segundo as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal, 2017. Fonte: VIGITEL, 2017

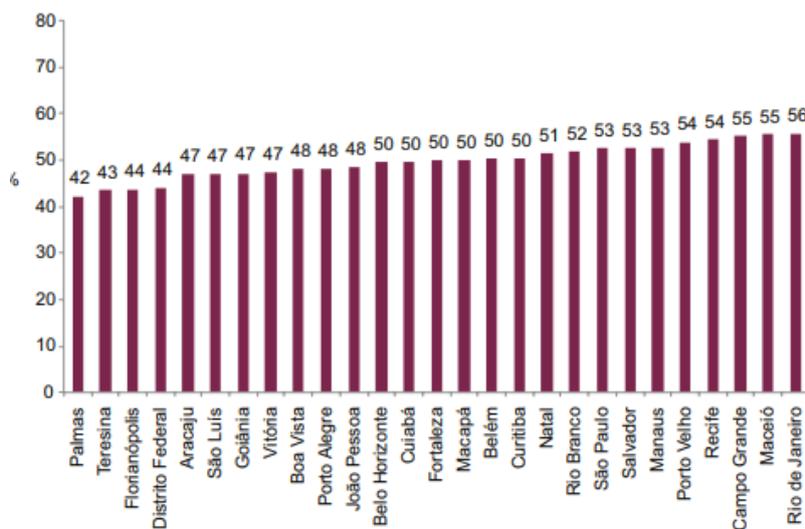


Figura 5. Percentual de mulheres (≥ 18 anos) com excesso de peso ($IMC \geq 25$ kg/m²), segundo as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal, 2018. Fonte: VIGITEL, 2017.

A Prevalência Nacional de obesidade para o ano de 2007 foi de 18,9%. No estado de São Paulo os homens apresentaram valor de 19% de prevalência e as mulheres de 18% (**Figura 6**), valores próximos a média Nacional.

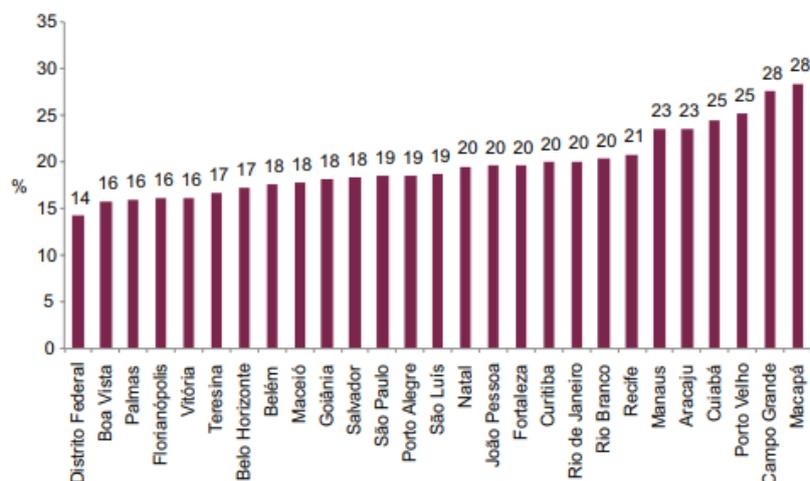


Figura 6. Percentual de homens (≥ 18 anos) com obesidade ($IMC \geq 30$ kg/m²), segundo as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal, 2017. Fonte: Vigitel, 2017

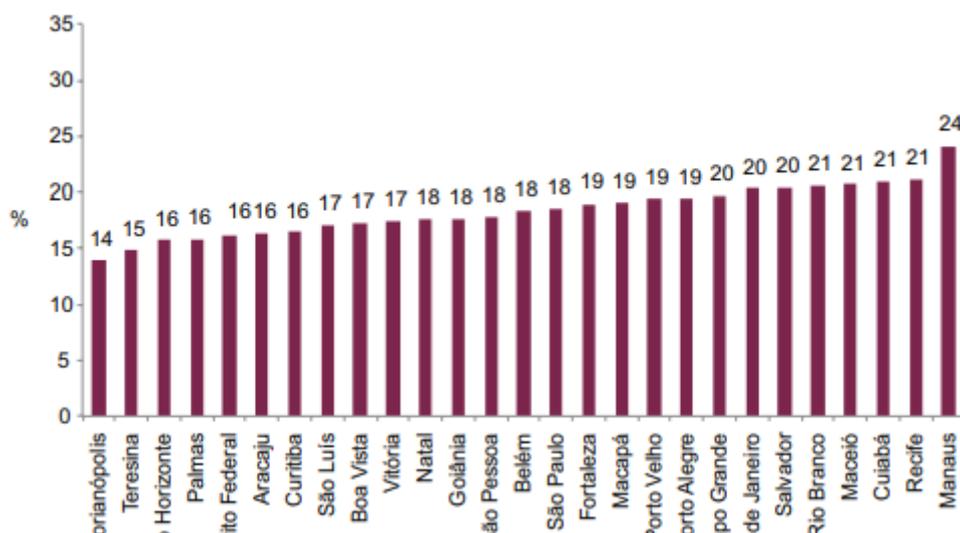


Figura 7. Percentual de mulheres (≥ 18 anos) com obesidade ($IMC \geq 30$ kg/m²), segundo as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal, 2017. Fonte: Vigitel, 2017

Habitação e infraestrutura urbana:

A taxa de coleta de lixo representa o percentual de domicílios particulares permanentes urbanos atendidos por serviço regular de coleta de lixo em relação ao total de domicílios particulares permanentes da mesma região. São Paulo conta com de 99,09% de cobertura de coleta de lixo em área urbana, essa taxa vem se mantendo desde 2002. O desafio posto para o Estado é avançar com a coleta seletiva, a reciclagem de lixo não orgânico e a destinação do lixo orgânico a parceiros e programas que trabalhem com a compostagem e adubação orgânica. O percentual de cobertura do esgoto sanitário de domicílios particulares e permanentes da área urbana tem sido crescente e no ano de 2015 ultrapassou o valor de 91%, segundo dados da Pesquisa Nacional de Domicílios

(IBGE, 2014). A taxa de abastecimento de água em domicílios particulares e permanentes atingiu o valor de 96,12% de cobertura em 2015 e também não se revelou preocupante para o estado de São Paulo.

Emprego e rendimento:

A figura 8 mostra a queda da participação dos empregos formais da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura no total de empregos do estado de São Paulo, para o período de 1991- 2015. No ano de 2015, apenas 2,34 dos empregos formais eram dessa categoria.

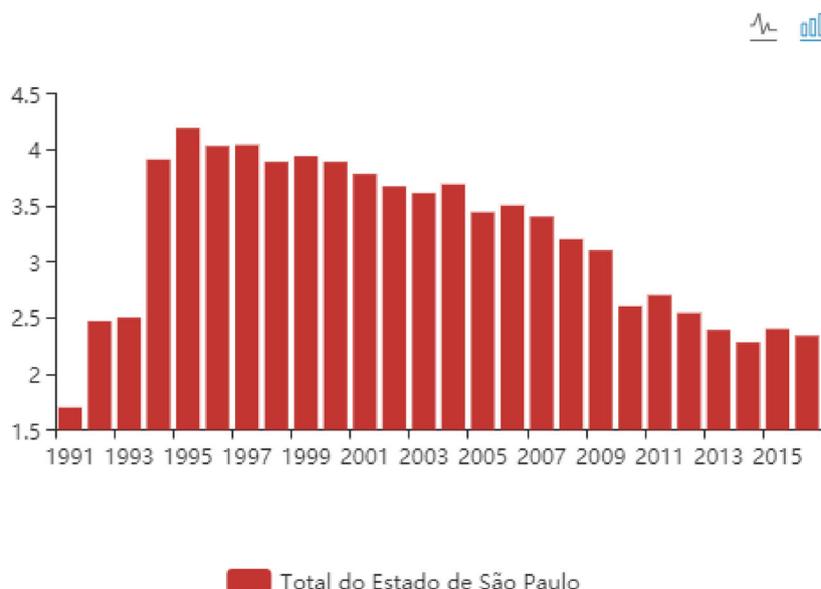


Figura 8. Participação dos empregos formais da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura no total de empregos formais (em %) – 1991-2015. Fonte: SEADE, 2018

Economia:



Figura 9. Produto Interno Bruto (em milhares de reais) - 2002 - 2015. Fonte: SEADE, 2018

O produto Interno Bruto (PIB, em mil reais correntes) de estado de São Paulo, alcançou o valor aproximado de 1 bilhão e 900 milhões de reais no ano de 2015, e o acréscimo de valor é ascendente na série histórica, como visto na figura 9.

Diversificada e complexa, a economia paulista é a grande fornecedora de bens de consumo, bens de capital, insumos e serviços para as demais regiões do Brasil e também para o exterior. De acordo com o IBGE o estado de São Paulo representa 32,12% do PIB brasileiro (2015). A riqueza produzida pelo Estado somou mais de R\$ 1,89 trilhão, em 2015, o equivalente a R\$ 42,7 mil per capita (IBGE, SEADE, 2018)

A análise da participação dos setores de atividade econômica na geração de riquezas indica o significativo predomínio dos serviços (78,46%) em relação à indústria (19,94%) e à agropecuária (1,59%) (INVESTE SP, 2018).

O Estado de São Paulo concentra mais da metade da produção das instituições financeiras brasileiras, sobressaindo-se também nos serviços prestados às empresas (40,84%), serviços de informação (49,64%), saúde e educação (37,30%) (INVESTE SP, 2018).

Produção de alimentos:

Ao avaliar a utilização de área (em mil hectares) dos estabelecimentos do estado de São Paulo, evidencia-se o aumento de área plantada com Cana de Açúcar, outras lavouras e pastagens e aumento das áreas de matas e florestas, como pode ser visualizado na tabela abaixo.

Tabela 2. Uso da área nos estabelecimentos agropecuários do estado de São Paulo, de 1996 a 2006, em mil hectares e porcentagem.

Item	Cana	Outras lavouras	Pastagens	Matas e Florestas	Total
Área 1996	2.125,5	3.130,7	9.062,2	1.949,4	17.369,3
% 1996	12,2	18,0	52,2	11,2	100,0
Área 2006	3.045,8	3.940,0	6.976,2	2.289,8	16.954,8
% 2006	18,0	23,2	41,1	13,5	100,0

Fonte: IBGE, 1998, 2009.

Produção orgânica:

O estado de São Paulo possui uma área de 10.872,72 hectares de área plantada com produção orgânica e 741 unidades de venda controladas. Levantamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre a produção de orgânicos no País revelou que o Brasil tem uma área de 1,5 milhão de hectares e 11,5 mil unidades de produção controlada ligadas ao sistema produtivo de orgânicos, como fazendas e estabelecimentos de processamento (MAPA,2012).

Os estados que possuem as maiores áreas desse tipo de agricultura são Mato Grosso (622,8 mil hectares) e Pará (602,6 mil hectares), seguidos por Amapá (132,5 mil ha), Rondônia (36,7 mil ha) e Bahia (25,7 mil ha). Em relação à quantidade de unidades de produção controlada, os maiores são Pará (3,3 mil), Rio Grande do Sul (1,2 mil), Piauí (768), São Paulo (741) e Mato Grosso (691) (MAPA,2012).

A região Norte (778,8 mil ha e 3,8 mil unidades de produção) é a que possui a maior área dedicada à agricultura orgânica, seguida por Centro-Oeste (650,9 mil ha e 1,1 mil), Nordeste (79,8 mil ha e 2,9 mil), Sul (24,8 mil ha e 2,3 mil) e Sudeste (19,1 mil ha e 1,2 mil) (MAPA,2012).

4. DESAFIOS

Os Desafios podem ser tomados como macro objetivos que no seu conjunto dão conta de todas as dimensões da SAN no que diz respeito ao acesso ao alimento, à água e ao trabalho que garanta o sustento; a disponibilidade de alimentos que envolve todos os processos da cadeia alimentar, os quais sejam convergentes com sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos. Também dizem respeito as especificidades dos grupos populacionais e à governança do SISAN. Seguindo o Plano Nacional, elencamos a seguir os nove desafios, as diretrizes da Política Nacional que cada um atende e os temas correspondentes.

DESAFIO 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
Diretriz correspondente: 1

Temas: Transferência de Renda; Alimentação escolar; Distribuição de alimentos.

DESAFIO 2. Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.

Diretrizes correspondentes: 1,2,4,5 e 6

Temas: Insegurança alimentar e nutricional; Inclusão produtiva rural; Acesso à terra e gestão territorial; Biodiversidade; Saúde indígena; Extrativistas e ribeirinhos; Acesso a políticas públicas.

MACRO DESAFIO: Promoção de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis

Desafios: o conjunto dos desafios 3, 4 e 5 contemplam este macro desafio

DESAFIO 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

Diretriz correspondente: 2

Temas: Fortalecimento da agricultura familiar; Reforma agrária; Transição agroecológica; Mulheres; Juventude; Sementes; Mudanças climáticas.

DESAFIO 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Diretriz correspondente: 2

Temas: Compras públicas; Abastecimento; Legislação sanitária; Economia solidária; Perdas e desperdícios de alimentos; Equipamentos públicos de SAN; Agricultura urbana.

DESAFIO 5. Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias

Diretriz correspondente: 3 e 5

Temas: Promoção da alimentação saudável; Promoção da alimentação saudável no ambiente escolar; Ações regulatórias; Controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos.

DESAFIO 6. Controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação

Diretriz correspondente: 5

Temas: Desnutrição; excesso de peso e obesidade; doenças e agravos relacionados à má nutrição.

DESAFIO 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural

Diretriz correspondente: 6

Temas: Água para consumo humano; Água para a produção de alimentos; Recursos hídricos; Saneamento básico rural

DESAFIO 8. Consolidar a implementação do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social

Diretrizes correspondentes: 3 e 8 (envolve ainda as diretrizes da LOSAN)

Temas: Intersetorialidade nas ações federativas; Participação social; Gestão e financiamento do Sistema; Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA; Exigibilidade e monitoramento do DHAA

DESAFIO 9. Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional

Diretriz correspondente: 7

Temas: Governança global; Cooperação internacional; Participação da sociedade civil

5. OBJETIVOS E METAS

Em relação a numeração do programas e ações no PPA, a lógica estabelecida é a seguinte: NOME DA SECRETARIA: NÚMERO DO PROGRAMA – NÚMERO DA AÇÃO. No caso do número da ação, eles correspondem aos últimos 4 números do código de casa ação expresso no PPA. A lista com siglas, nomes e números completos dos programas e ações constam ao final deste capítulo.

DESAFIO 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

O acesso ao alimento encontra-se atrelado à garantia dos direitos humanos e à proteção social. Cabe ao Estado, respeitar, defender, promover, prover esse direito. A pobreza está diretamente associada à insegurança alimentar. São Paulo, relativamente aos outros estados, encontra-se em situação privilegiada quanto à riqueza, mas tem suas contradições. Preocupa a segurança alimentar para o contingente de pessoas morando nas ruas, só na capital de São Paulo estima-se que sejam em torno de 20 mil. A garantia de preços acessíveis para os alimentos, em especial do preço e acesso à comida para quem fica fora de casa trabalhando nos centros urbanos também é motivo de atenção. Lembrando que a população do Estado está majoritariamente nas cidades. O emprego e a renda para garantia ao acesso universal ao alimento também se fazem presentes como demandas para a agenda de SAN. Os restaurantes populares e o programa de alimentação escolar são formas de garantir o acesso ao alimento. Espera-se que esses benefícios sejam preservados e aprimorados nas ações de SAN do Estado.

DESAFIO 1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.						
Objetivos Específicos	Metas	Responsáveis Técnicos	Responsável Orçamentário	Ações Relacionadas	Parceiros	PPA (Programa e Ação) ¹
1.1 Ampliar as políticas públicas de acesso ao alimento às pessoas em situação de rua em centros urbanos e grupos populacionais em vulnerabilidade social em regiões rurais e urbanas.	1.1.1 Garantir o acesso para beneficiários em situação de vulnerabilidade social e fome em programas socioeducativos para população urbana e rural.	SEDS,SJDC, SDPcD	SEDS	1.1.1 Incentivo pela FAPESP de estudos da situação de insegurança alimentar e nutricional e impacto de programas socioeducativos e socioassistenciais nas populações atendidas.		SEDS: 3517 - 5530
	1.1.2 Criar um programa de incentivo aos municípios para criação de cooperativas de geração de renda com a produção artesanal de alimentos saudáveis, baseado nos princípios da economia solidaria.	SAA,SERT	SAA, SERT, SDECTI, SJDC	1.1.2 Incentivo nos equipamentos públicos e conselhos das políticas de SAN às ações de fortalecimento da produção doméstica de alimentos com identidade cultural. Nós Programas que a SERT contrata ações através de licitações poderão ser inseridos itens ou propostas relativas a Política Publica em destaque de modo atender a Lei.	UNESP, USP, UNICAMP, CONSEASP, SEDS, SJDC, SUTACO e FUSSESP	SAA: 1308-4453; SERT: 2308-4225; SDECTI: 1015-5239 e 1038-2527; SJDC: 1730-4151

¹Em relação a numeração do programas e ações no PPA, a lógica estabelecida é a seguinte: NOME DA SECRETARIA: NÚMERO DO PROGRAMA – NÚMERO DA AÇÃO. No caso do número da ação, eles correspondem aos últimos 4 números do código de casa ação expresso no PPA.

	1.1.3 Fortalecer a criação de pontos de apoio à SAN e garantir o direito aos alimentos a população em situações de vulnerabilidade social e emergenciais (desemprego, imigrantes, dependentes, vítimas de desastres ambientais)	SES, SAA	SAA	1.1.3 Incentivo nos equipamentos públicos e conselhos das políticas de SAN organização comunitária para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e emergenciais em SAN. Reconhecimento de empresas, ONGS e órgão públicos que promovam ações de acesso ao alimento às pessoas em situação de vulnerabilidade.	ONG's	
	1.1.4 Fomentar a Criação de unidades de arrecadação, processamento, distribuição e comercialização de alimentos a custo acessível em âmbito regional, visando a população social e economicamente vulnerabilizadas.	SAA	SAA	1.1.4 Promoção de ações de educação e empoderamento para os usuários dos bancos de alimentos e outros equipamentos locais de SAN.	ONG's, SEDS	
1.2 Ampliar o acesso dos trabalhadores a alimentos de qualidade durante a jornada de trabalho.	1.2.1 Garantir que todas as unidades industriais cumpram os requisitos do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).	SERT, SES	SERT	1.2.1 Instituição pela SEERT de mecanismos de fiscalização das empresas empregadoras para adequação do PAT (indústria, comércio, serviços e trabalho rural). Divulgação das ações de SAN no material de cada Programa existente com informações relativas à legislação.	CONSEA's municipais	
	1.2.2 Criar programa de Alimentação do Trabalhador Paulista para as unidades de trabalhadores do comércio e serviços e de pequenos empreendimentos, incluindo os rurais que não tem acesso ao PAT e desempregados.	SERT, SEDS, SDPcD	SEDS; SERT; SDECTI	1.2.2 Estudo pelo CONSEA-SP de identificação do número de restaurantes populares para melhorar o acesso às refeições fora do lar para trabalhadores do comércio e serviços no meio urbano. Participação da SERT na construção do Programa e realização de publicidade divulgando as ações de SAN.	Sindicatos de trabalhadores do comércio e serviços. SEDS (BOM PRATO), Sindicato de Nutricionistas do Estado de São Paulo, Conselho Regional de Nutricionistas – Crn3	SEDS: 3500-, 6001; SDECTI: 1038- 6126
1.3 Garantir a universalidade de acesso a alimentação a todos os alunos matriculados na rede pública de educação, com prioridade aos	1.3.1 Oferecer alimentação escolar a 100% dos alunos da rede pública de ensino fundamental e médio.	SEE, SAA	SEE, SJDC	1.3.1 Oferecimento pelo PNAE na alimentação escolar de alimentos adequados à cultura alimentar em escolas indígenas e quilombolas. Aquisição de alimentos pelo PPAIS.	CAE's, CONSEA's	SEE: 0815-6172

grupos populacionais vulneráveis e expostos à situação de fome e desnutrição.	1.3.2 Oferecer alimentação escolar a alunos universitários da rede pública	SDECTI, SDPcD	SDECTI			SDECTI: 1043 - 5312
	1.3.3 Transformar em Programa o projeto de uso de aplicativo de celular para monitoramento da Alimentação Escolar do Escolas Estaduais criado pela SEE em fase de consolidação.	SEE	SEE	1.3.3 Garantia de canal de comunicação com os pais sugestões.		
1.4 Garantir informação de qualidade e o acesso aos programas de geração e complementação de renda no território de São Paulo.	1.4.1 Mapear e incluir no Cadastro Único 100% das famílias de comunidades vulnerabilizadas econômica e socialmente no estado de São Paulo.	SEDS, SES	SEDS		CONSEA's, ONG's, SJDC	
	1.4.2 Garantir acompanhamento na saúde e na educação a todas as famílias que recebem recursos do Bolsa Família.	SEDS, SES, SEE, SEDPcD	SEDS		(Comitê do Bolsa Família), SJDC	

DESAFIO 2. Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

O Estado de São Paulo tem uma imensa diversidade de comunidades tradicionais, que historicamente vem cuidando dos territórios onde vivem, preservando nascentes, sementes, entre outros bens e recursos. Essas comunidades têm lutado para permanecer em seus territórios, por vezes em meio a conflitos socioambientais, porque falta ainda regularização das terras, normatização das práticas tradicionais, agregação de valor ao que produzem e promoção do mercado desses produtos; para que com isso se garanta a soberania e o direito humano à alimentação desses povos, entre os quais as taxas pobreza de insegurança alimentar vem se apresentando em maior proporção.

DESAFIO 2. Combater a insegurança alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase e Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.						
Objetivos Específicos	Metas	Responsáveis Técnicos	Responsável Orçamentário	Ações Relacionadas	Parceiros	PPA (Programa e Ação)
2.1 Intensificar as estratégias de regulamentação fundiária e adequação ambiental do Estado de São Paulo das terras de agricultores familiares, assentamentos rurais e povos e comunidades tradicionais, inclusive no interior de UCs.	2.1.1 Regularizar ao menos 40 processos de reconhecimento de comunidades quilombolas, 10 de comunidades indígenas e 2.000 unidades produtivas da agricultura familiar.	SJDC, SMA	SJDC, SMA	2.1.1 Encontros dos povos e comunidades tradicionais para Diagnóstico e Articulação Social; Programa de Regularização Fundiária; Convênios como Prefeituras e MPE; Convênios com Universidades e Institutos de Pesquisa para Assessoria Técnica. Criação de GT Intersetorial para criação de normas e procedimentos para reconhecimento de outros povos e comunidades tradicionais não especificamente citados na constituição Federal.	INCRA, SAA	SJDC: 1731-4959; SMA: 2618-6077
	2.1.2 Criar um programa de apoio à adequação ambiental em áreas de comunidades tradicionais, assentamentos rurais e agricultores familiares.	SJDC, SMA	SMA	2.1.2 Seminários e oficinas intersetoriais para o fortalecimento das práticas tradicionais.	Fundação Florestal, INCRA, SAA	
2.2 Valorizar junto a sociedade a agrobiodiversidade (produtos, métodos e práticas tradicionais) e os territórios dos povos e comunidades tradicionais.	2.2.1 Criar um programa de Incentivo ao uso de instrumentos de identificação e qualificação (certificações de origem, gênero e qualidade de produtos) com vistas ao reconhecimento, valorização e melhoria de acesso a	SJDC, SMA	SMA	2.2.1 Oferecimento de capacitação de lideranças e técnicos. Desenvolve SP.	SAA	

	mercados dos povos e comunidades tradicionais.					
	<p>Criar um programa de valorização dos produtos da agrobiodiversidade das comunidades tradicionais do Estado de São Paulo, incluindo ações educativas nas escolas públicas que atendem os territórios das comunidades tradicionais do Estado de São Paulo e comunicação social em todas as mídias, nas bibliotecas públicas e eventos culturais.</p>	SC, SEE, SJDC, SDPcD	SC; SJDC	Convênios com universidades e instituições da sociedade civil organizada para produção de programas multimídia sobre a cultura quilombola, indígena, caiçara, entre outros povos e comunidades tradicionais.	UNESP, UNICAMP, ONG's, SAA	SEC: 1201-5706, 5709; SJDC: 1731, 4960
2.3 Recuperar, multiplicar, melhorar participativamente e disponibilizar variedades de sementes e raças crioulas	2.3.1 Apoiar o financeiro e estrutural a uma feira estadual de sementes e raças crioulas e 10 feiras regionais de sementes crioulas.	SMA, SAA, SDECTI, SJCD	SMA, SAA	2.3.1 Convênios e parcerias com entidades públicas e da sociedade civil organizada.	ONG's, Universidades, Institutos de pesquisa	
	2.3.2 Atender integralmente as demandas do Programa de Sementes e Mudanças da CATI.	SAA, SMA	SAA		ONG's	SAA: 1307-4435
	2.3.3 Criar o Programa de Resgate, Multiplicação, armazenamento e Melhoria Participativa de Sementes, mudas e Raças Crioulas.	SMA, SAA, SJCD	SMA, SAA	2.3.3 Convênios com institutos de pesquisa, universidades e organizações da sociedade civil para elaboração, execução e monitoramento do Programa.	ONG's	SAA: 1307-4435
	2.3.4 Criar o projeto e implementar um Banco Estadual de Sementes Crioulas articulados a Bancos Comunitários de Sementes Crioulas.	SMA, SAA, SDECTI, SJCD	SMA, SAA, SJDC	2.3.4 Articulação das redes de sementes; Incentivo a bancos comunitários de sementes crioulas.	ONG's	SAA: 1307-4435
	2.3.5 Disponibilizar 20 raças nativas/adaptadas de animais domésticos de pequeno porte às comunidades tradicionais e Descrição de 20 variedades crioulas de sementes da agrobiodiversidade.	SMA, SAA, SDECTI, SJCD	SAA	2.3.5 Convênios com universidades, institutos de pesquisa e sociedade civil organizada.	ONG's	SAA: 1307-4435

2.4 Resolver os conflitos socioambientais entre as comunidades tradicionais e as áreas de unidades de conservação.	2.4.1 Realizar acordos entre o Estado e as Comunidades Tradicionais com a finalidade de garantir o direito às práticas tradicionais e a conservação ambiental, firmando pelo menos um como piloto no primeiro ano.	SMA, SDECTI, SJCD	SMA	2.4.1 Regulamentação do instrumento e Definição de área piloto.	ONG's	
	2.4.2 Criar o programa com previsão de práticas de uso sustentável já reconhecidas nas políticas de Zoneamento (GERCO Litoral Norte).	SMA, SJCD	SMA	2.4.2 Articulação com os atores com influência no território e regulamentação do Programa	ONG's	
2.5 Promover a agrofloresta como metodologias e recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais junto a áreas recuperação e proteção ambiental	2.5.1 Promover 600 Unidades de Referência em Agrofloresta junto as áreas de conflito com a Legislação Ambiental, quintuplicando as Unidades de Referência em Agrofloresta promovidas pela SMA.	SMA, SDECTI, SJCD	SMA	2.5.1 Convênios, parcerias e editais para o desenvolvimento da Rede de Referência em SAF no entorno e dentro das UC's.	ONG's	
2.6 Reduzir o uso de agrotóxicos no Estado de São Paulo, com ênfase em áreas com a presença de Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.	2.6.1 Criar o programa estadual de redução de uso de agrotóxico, com ênfase em áreas com a presença de Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.	SAA, SMA, SJCD	SAA	2.6.1 Regulamentação do Programa Estadual de Redução do Uso de Agrotóxicos.	ONG's, SEDS	
2.7 Reduzir o uso de agrotóxicos na bananicultura do Estado de São Paulo.	2.7.1 Criar um programa de monitoramento e uso de agrotóxicos para a cultura da banana no Vale do Ribeira e áreas do litoral sul de São Paulo.	SMA, SAA	SMA	2.7.1 Convênios com Instituto Biológico e Fundação Osvaldo Cruz para monitoramento da contaminação de agrotóxicos na bananicultura paulista.	ONG's	
	2.7.2 Estabelecer 10 unidades de referência em bananicultura consorciada orgânica sob formato de SAF.	SJDC, SAA, SMA	SJDC	2.7.2 Fomento a universidades para realização de sistematização e intercâmbios de experiências.	ONG's	

2.8 Fortalecer a ATER nos territórios das Comunidades Tradicionais do Estado de São Paulo.	2.8.1 Atender 500 famílias de povos e comunidades tradicionais.	SJDC, SMA, SAA	SJDC, SAA, SMA	2.8.1 Incremento sensível aos recursos do ITESP e INCRA (assentamentos federais) para ATER Agroecológica junto aos agricultores familiares e comunidades tradicionais com equipes interdisciplinares específicas para atuação junto a seus territórios; Parcerias e convênios com centros universitários de referência.	UNESP, UNICAMP, ONG's, SAA	SJDC: 1731-4959
2.9 Fortalecer experiências de referência em produção agroecológica da diversidade de produtos dos povos e comunidades tradicionais.	2.9.1 Desenvolver 10 unidades de referência em Agroecologia em terras quilombolas e 5 unidades de referência em terras indígenas.	SMA, SJDC, SAA	SMA, SJDC	2.9.1 Fomento a redes de referência em Agroecologia e Produção Orgânica nas áreas de comunidades tradicionais. Convênios para mobilidade das comunidades para realização de intercâmbios.	ONG's	SJDC: 1731-4960
2.10 Incluir as comunidades tradicionais de SP nos mercados locais e regionais de produtos agroecológicos e orgânicos e de serviços turísticos.	2.10.1 Criar um programa estadual de fomento a inclusão das comunidades tradicionais nos mercados locais de produtos agroecológicos.	SJDC, SMA	SMA, SJDC, SERT, SDECTI	2.10.1 Capacitações de dirigentes e lideranças sociais.	SAA, ONG's, Universidades, sindicatos	SDECTI: 1015-5239; SERT: 2308, 4225 SJDC: 1731-4960
	2.10.2 Estruturar 100 organizações das comunidades tradicionais para auto-gestão e comercialização.	SAA, SJDC	SAA, SJDC	2.10.2 Incremento sensível aos recursos do ICA-CATI-SAA SP para ampliar o acesso a assessoria para auto-gestão nas organizações dos agricultores de comunidades tradicionais.	ONG's; SINDICATOS	SAA: 1308, 4453 SJDC: 1731-4960
	2.10.3 Criar um programa de desenvolvimento de turismo de base comunitária junto aos territórios de agricultura familiar.	SET, SMA, SAA	SET, SJDC, SAA	2.10.3 Convênios do Estado com universidades para a elaboração do Programa.	ONG's, SJDC.	SAA: 1308-4453; SET: 5001-4739;6059;5502;4136 SJDC: 1731-4960
	2.10.4 Fomentar 10 projetos pilotos de turismo de base comunitária nos territórios de comunidades tradicionais.	SET, SEDS	SET	2.10.4 Convênios com Universidades e Institutos de Pesquisa para a elaboração e execução do Programa.	ONG's	SET: 5001-4739;6059;5502;4136

2.11 Melhorar o atendimento dos órgãos públicos ambientais às comunidades tradicionais do Estado de São Paulo	2.11.1 Criação de órgão licenciador de unidades especiais para o atendimento de Povos e Comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais em territórios estratégicos, sendo uma no Litoral norte e uma no Vale do Ribeira.	SMA, SJDC	SMA	2.11.1 Articulação para regulamentação com a casa civil e a CETESB.	MPE	SJDC: 1731-4960 SMA: 2618-6077
---	---	-----------	-----	---	-----	-----------------------------------

DESAFIO 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

Em São Paulo nas áreas destinadas à produção agrícolas têm prevalecido e ampliado a proporção de terras ocupadas pela cana-de-açúcar. Há um grande desafio para o PLANSAN_SP de criar condições favoráveis para fortalecer a agricultura familiar, resolver conflitos fundiários, manter e ampliar os programas de apoio à produção de alimentos para as compras institucionais, garantir a assistência técnica ao produtor rural, apoiar a permanência de jovens do campo. Criar programas voltados à mulher camponesa também se apresenta como uma ação prioritária, dado a importância da mulher para a garantia da SAN. As iniciativas de produção e transição agroecológica demandam apoio do poder público, seja para o financiamento ou, regulamentação. Todas essas ações convergem para a permanência do agricultor no campo, melhoria da qualidade de vida e, sem dúvidas, a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis por meio de processos inclusivos.

DESAFIO 3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica						
Objetivos Específicos	Metas	Responsáveis Técnicos	Responsável Orçamentário	Ações Relacionadas	Parceiros	PPA (Programa e Ação)
3.1 Valorizar e proteger os territórios da agricultura familiar e camponesa, através de zoneamento específicos e garantia de capacitação e assistência técnica de base agroecológica permanente e garantia mercado e preços justos.	3.1.1 Criar a Política Estadual de Territórios da Agricultura Familiar e Camponesa.	SMA	SMA, SJDC, SDCTI	3.1.1 Diagnóstico sistêmico e participativo do território, sendo Zoneamento Ecológico Econômico mesclando critérios como Culturas Alimentares, etnicidades, atores envolvidos, experiências e iniciativas de referência, entre outros layers, contendo, ainda, levantamento vocacional, atividades necessárias para desenvolvimento da vocação e propostas e programas direcionados a realidade local.	Conselhos de SAN, SAA, SJDC e correlatos	SJDC: 1731-4960

	3.1.2 Atender 1.000 famílias de agricultores familiares em todos os territórios de AF de SP com assessoria técnica agroecológica.	SAA, SJDC	SAA, SJDC	3.1.2 Ampliação do efetivo técnico e dos recursos do DEXTRU-CATI e ITESP. Convênios do Estado com a rede de assessoria técnica agroecológica da sociedade civil. Vinculação das metas de ATER Agroecológica as metas de capacitação.	ONG's, INCRA, SMA; SINDICATOS	SAA: 1307-4437 SAA: 1308-2548, 4453, 4783; 1307-4437; SJDC: 1731-4960
	3.1.3 Criar um programa de incentivo ao jovem rural e às mulheres da agricultura familiar.	SMA, SAA	SAA, SERT	3.1.3 Convênios com organizações da sociedade civil organizadas para ampliação do atendimento aos públicos específicos Jovens e Mulheres e do ITESP para ação de titularidade de terras.	ONG's	SAA: 1301-5925, 4874, 4891; 1307-4437; 1308-2548, 4453; 1315-1334, 1407, 2537; SERT: 2308-4254
3.2 Fortalecer a estrutura de crédito para pequenos agricultores/as familiares Via Banco do Povo Paulista e FEAP.	3.2.1 Facilitar o acesso de agricultores familiares ou pequenos processadores/as de alimentos ao Banco do Povo Paulista.	SERT	SERT	3.2.1 Quantificação dos créditos destinados a pequenos agricultores e processadores de alimentos e divulgação no âmbito da Agricultura Familiar.	SMA, SAA	SERT:2308-4225
	3.2.2 Criar linha de crédito para a Transição Agroecológica no Banco do Povo Paulista	SERT	SERT	3.2.2 Regulamentação do Protocolo de Transição Agroecológica no sistema de crédito do Banco do Povo Paulista.	SMA, SAA	SERT:2308-4225
	3.2.3 Criar uma linha de crédito no FEAP com Subvenção de 50% nos valores tomados para a Transição Agroecológica	SAA, SMA	SAA	3.2.3 Atualização da modalidade de crédito para Agroecologia já existente no FEAP e BANAGRO.	ONG's, Banco do Brasil, Sindicatos; Associações e cooperativas.	SAA: 1315-1407,1334

3.3 Fortalecer as capacidades municipais para o Desenvolvimento Rural Sustentável com base na Agroecologia e na Produção Orgânica	3.3.1 Incentivar o desenvolvimento do Protocolo de Transição Agroecológica nos municípios e no âmbito dos consórcios intermunicipais ou novas formas organizacionais em torno do Protocolo.	SMA, SAA	SMA, SAA	3.3.1 Utilização de recursos de fundos municipais de agricultura, meio ambiente, desenvolvimento social para ações de apoio ao Protocolo. Previsão do Protocolo em regulamentações regionais, como os PDU's (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado) que prevê política para regiões metropolitanas com fomento federal e estadual por meio de fundo.	Prefeituras, SAA, ONGS, CMDRS's, CEDAF.	SAA: 1308 – 2548; 1315-4770;
	3.3.2 Fomentar ao menos 30 fundos municipais de DRS e Meio Ambiente para o fortalecimento da Agricultura Familiar e suas organizações e da Agroecologia e da Produção Orgânica e suas organizações	SMA, SAA	SAA	3.3.2 Convênios com fundos municipais	Prefeituras, ONG's	SAA: 1315-4770;
3.4 Fortalecer o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia Agropecuária envolvendo a pesquisa e extensão para o desenvolvimento da Agroecologia e da Produção Orgânica junto a Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar.	3.4.1 Criar o Programa Estadual de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Agricultura Familiar, da Agroecologia e da Produção Orgânica no âmbito da FAPESP e do Governo do Estado.	SDECTI, SMA	SDECTI	3.4.1 Construção do Marco de Referência do Estado de São Paulo sobre Agroecologia. Reuniões para estabelecimento de comitês do Programa dentro da APTA, CATI, CODEAGRO e ITESP. Criação de uma linha de fomento a C&T em apoio ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Agricultura Familiar, da Agroecologia e da Produção Orgânica, no âmbito da FAPESP. Termos de Parceria entre APTA, CATI, ITESP, Universidades e Sociedade Civil Organizada para implementação e monitoramento do Programa. Desenvolvimento de editais anuais de projetos direcionado aos institutos públicos e privados sem fins lucrativos de Pesquisa, Universidades e	SMA, SAA, UNESP, USP, UNICAMP, FATEC, ONG's, Investe-SP, Desenvolve-SP, Cooperativas, Associações.	SAA: 1301-5925,4874, 4891; SDECTI: 1015-5239; 1016-5992; 1044-4688,4699, 5286,5287

				organizações de extensão rural públicas e privadas. Aumento no mínimo 20% ao ano, nos próximos 5 anos, dos recursos da APTA, CATI, ITESP e CODEAGRO para o atendimento às ações de pesquisa e desenvolvimento da SAN.		
3.5 Adequar a regulamentação sanitária à realidade da Agricultura Familiar, envolvendo os Governos Federal, Estadual e municipais.	3.5. Cooperação técnica para a criação do SIM e adesão ao SISBI, ampliando o quadro de médicos veterinários da Coordenadoria de Defesa Agropecuária para atendimento aos municípios.	SAA	SAA	3.5.1 Instituição de consórcios públicos intermunicipais para efetivação da legislação e certificação sanitária dos empreendimentos familiares. Assessorias especializadas. Criação de Programa de Estágio para apoiar a Ação. Lançamento de editais FAPESP para bolsas TT em apoio a ação.	Municípios, MAPA, Defesa Agropecuária	SES: 0932 - 4127; SAA: 1311-4458; Casa Civil: 2828-4477
3.6 Favorecer a emergência da Agroecologia como paradigma fundamental dentro das Ciências Agrárias, Biologia, Engenharia e Gestão Ambiental, Direito Ambiental e Jornalismo Ambiental, entre outros.	3.6.1 Criar um programa de Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia nas Universidades e Escolas Técnicas Públicas e Instituições Privadas de Ensino, Pesquisa e Extensão sem Fins Lucrativos de Ciências Agrárias via Linha C&T na FAPESP.	SDECTI, SMA	SDECTI	3.6.1 Criação de Comitê Técnico para elaborar o Programa.	UNESP, USP, UNICAMP, FATEC	SDECTI:1015-5239; 5992; 1044-4688, 4699,5286, 5287
	3.6.2 Criar modalidade de Bolsas de Extensão Inovadora na FAPESP.	SDECTI (FAPESP)	SDECTI (FAPESP)	3.6.2 Construção das normas das bolsas ATP, EXP, DTI entre outras	CNPQ, ONGs, Associações Científicas e Técnicas	SDECTI: 1015-5239, 5992; 1044-4688, 4699,5286, 5287

3.7 Fortalecer a Transição Agroecológica no Estado de São Paulo nos termos da PEAPO.	3.7.1 Regularizar a transição agroecológica no Estado, possibilitando a participação de outros órgãos públicos e organizações não-governamentais para uso da metodologia do Protocolo de Transição Agroecológica atualmente vigente no Estado.	SMA, SAA, SJDC	SAA, SMA, SJDC	3.7.1 Desenvolvimento do Protocolo junto à Articulação Paulista de Agroecologia	ONG's e Redes	
	3.7.2 Inserir 1000 agricultores/as no processo de transição agroecológica.	SMA, SAA, SJDC	SMA	3.7.2 Dotação orçamentária para o poder público e organizações da rede agroecológica trabalharem com o protocolo. Organização de 10 unidades regionais de apoio a transição agroecológica pela SMA e 15 unidades de ATER pública (CATI e ITESP) estadual aptas a realizar transição agroecológica.	ONG's, Universidades, Cooperativas, Associações, Sindicatos e Prefeituras	
	3.7.3 Regularizar o Fundo da PEAPO bem como sua dotação orçamentária para garantir a implementação das ações previstas no PLEAPO a partir de mecanismos com finalidades de alimentar permanentemente o Fundo da PEAPO.	SMA	SPG	3.7.3 Estudos tributários e de taxação de atividades específicas, royalties, controle de poluição. Articulação do estatuto, regimento e conselho de administração do Fundo.	SAA, Sec. Fazenda, ONG's	SPG: 2917-6240
	3.7.4 Criar, no âmbito da PEAPO, de um programa de fomento e apoio as iniciativas de certificação da produção orgânica, previstos no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg).	SAA, SMA	SMA	3.7.4 Articulação com organizações que operam no âmbito do SisOrg	ONGS, Sindicatos	
	3.7.5 Criar um programa multimídia de valorização da Agricultura Familiar, da Agroecologia e da Produção Orgânica.	SMA, SC	SMA; SC	3.7.5 Campanhas, peças publicitárias e materiais multimeios.	SAA, ONG's, Agências de Notícias, TV cultura	SC:1206-5460

	3.7.6 Fomentar financeira e estruturalmente encontros locais, micro-regionais e estadual da Articulação Paulista de Agroecologia - Rede APA, garantindo as condições para o desenvolvimento das redes de agroecologia da sociedade civil organizada.	SMA, SAA	SMA	3.7.6 Acordos de cooperação e convênios com a sociedade civil organizada para a promoção dos encontros da APA em todas as regiões do Estado.	ONG's, Associações e Cooperativas	
	3.7.7 Transformar as atuais ações de capacitações de ATER em um programa de Educação em Agroecologia, no âmbito da PEAPO, destinado ao fortalecimento das ações de formação de agricultores/as, técnicos/as, gestores e/ou pesquisadores/as, dos cursos técnicos de Agroecologia e Produção Orgânica e na formação dos professores do ensino médio, com apoio nas Redes de Referência em Agroecologia e Produção Orgânica	SMA, SEE, SAA	SMA, SAA, SDECTI	3.7.7 Envolvimento dos Núcleos de Agroecologia das universidades paulistas mediante convênios e destaques orçamentários do Estado junto as Universidades. Estimulo a emendas parlamentares junto à Frente Parlamentar de Agroecologia. Convênios e termos de parcerias do Estado com universidades, a rede estadual de educação tecnológica, institutos de pesquisa e extensão e organizações da sociedade civil organizada com experiência acumulada em Educação em Agroecologia. Realização das 8 turmas anuais do São Paulo Orgânico.	ONG's, SAA, UNESP, USP E UNICAMP, FATEC, Paula Souza	SDECTI: 1016-5992; SMA: 2604-6247; SMA: 2617-2017 SAA: 1307-4437
	3.7.8 Atender 1000 famílias por ano vinculadas as associações e cooperativas da Agricultura Familiar.	SAA, SEDS	SERT, SAA	3.7.8 Incremento sensível aos recursos do ICA-CATI para ampliar o acesso a assessoria para auto-gestão nas organizações dos agricultores familiares e comunidades tradicionais.	ONGS, Sindicatos	SERT: 2302-4230
3.8 Garantir o apoio a auto-gestão nas organizações da agricultura familiar.	3.8.1 Atender as famílias agricultoras vinculadas a 260 associações, cooperativas ou grupos informais da Agricultura Familiar.	SAA, SEDS	SAA, SERT	3.8.1 Incremento sensível aos recursos do ICA-CATI para ampliar o acesso a assessoria para auto-gestão nas organizações dos agricultores familiares e comunidades tradicionais.	ONGS, Sindicatos	SERT: 2302-4230

3.9 Fortalecer uma rede paulista de unidades de referência em produção agroecológica dos mais diversos produtos da agricultura familiar.	3.9.1 Criar um programa de fomento a uma rede de referência em Agroecologia e Produção Orgânica nas áreas de agricultura familiar.	SMA, SAA	SAA	3.9.1 Provimento, a título de doação e fomento, de insumos agroecológicos para incentivo as experiências agroecológicas, tais como sementes, mudas nativas e principalmente frutíferas. Revalorização e ampliação do Programa de Sementes e Mudas da CATI para atendimento às ações do PLANSAN-SP	Universidade s, ONGS, Sindicatos.	SAA:1307-4435
	3.9.2 Fomentar intercâmbios entre as unidades de referência e agricultores de seus territórios para o escalonamento da produção agroecológica, especialmente em áreas de Agricultura Familiar e seus territórios.	SMA, SAA	SAA	3.9.2 Disponibilização da infraestrutura de transporte, alojamento e alimentação para apoiar os intercâmbios.	Universidade s; ONGS; Sindicatos.	
	3.9.2 Fomentar intercâmbios entre as unidades de referência e agricultores de seus territórios para o escalonamento da produção agroecológica, especialmente em áreas de Agricultura Familiar e seus territórios.	SMA, SAA	SAA	3.9.2 Disponibilização da infraestrutura de transporte, alojamento e alimentação para apoiar os intercâmbios.	Universidade s; ONGS; Sindicatos.	
3.10 Favorecer a relação direta entre produtores agroecológicos e consumidores locais	3.10.1 Criar um programa estadual de fomento aos circuitos curtos de comercialização, incluindo incentivo as novas feiras agroecológicas e grupos de consumo no âmbito da PEAPO.	SMA, SAA	SAA	3.10.1 Disponibilização da infraestrutura de fomento a Feiras. Articulação de feiras agroecológicas em locais de grande circulação de pessoas. Educação do Consumidor (Consumidor Cidadão)	PROCON, ONG's, Sindicatos, Associações e Cooperativas	SAA: 1308-2548,4437, 4453,4783
3.11 Promover a redução do uso de agrotóxicos e monitorar a qualidade da água e dos alimentos quanto a presença de agrotóxicos.	3.11.1 Criar a Política Estadual de Redução do Uso de Agrotóxicos	SMA	SMA	3.11.1 Regulamentação do Programa Estadual de Redução do Uso de Agrotóxicos.	SAA; ONG's, Centros Toxicológicos	
	3.11.2 Eliminação das isenções fiscais à importação de componentes químicos e agrotóxicos no Estado de São Paulo, excetuando-	SMA, SEFAZ	SMA	3.11.2 Estabelecimento de um programa de redução da renúncia fiscal relativa a produção e comercialização de agrotóxicos e suas	ONG's, Universidade s, APTA, EMBRAPA	

	se os produtos fitossanitários regulamentados para a produção orgânica.			formas de monitoramento		
3.12 Regulamentar, restringir e fiscalizar o uso de transgênicos alimentares.	3.12.1 Criação de uma zona de transgênicos de referência.	SMA, SAA	SMA, SAA	3.12.1 Pesquisas sobre zonas livres de transgênicos em outros países.	ONG's, Sindicatos	
	3.12.2 Criação de Lei Estadual de Proibição do Uso de Transgênicos na Alimentação Escolar.	SMA	SMA	3.12.2 Estudos sobre o uso de transgênicos alimentares no mundo e sobre áreas de livres e sobre o impacto na saúde e no ambiente das variedades alimentares de OGM's e redução gradual da utilização de alimentos transgênicos. Envolvimento de famílias dos alunos via CAES no debate e construção da Lei.	Universidades, Institutos de pesquisa	
3.13 Aumentar a segurança jurídica aos produtores e técnicos para incentivar o agroextrativismo sustentável e a produção e a oferta de produtos de espécies nativas.	3.13.1 Adequar o marco regulatório com a definição de normas simplificadas para o desenvolvimento de atividades de exploração sustentável e manejo agroecológico de espécies nativas.	SMA, PGE	SMA	3.13.1 Articulação com conselhos de DRS e com órgão ambientais. Elaboração de lista de produtos e tipos diferentes de sistemas agroecológicos.	ONGS, Sindicatos e OAB	
3.14 Assegurar a sustentabilidade e a viabilidade da produção de produtos de espécies nativas.	3.14.1 Oferecer capacitações específicas para a produção com espécies nativas de 500 pessoas ligadas aos grupos de Agricultura Familiar	SMA	SMA	3.14.1 Fomento a utilização das espécies nativas nos cardápios da alimentação escolar. Inclusão do tema nas capacitações em agroecologia já previstas para técnicos, extensionistas e produtores.	ONG's	SAA: 1308-4876

DESAFIO 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

O Estado de São Paulo tem um dos maiores mercados de alimentos do país. Só na Capital são 12 milhões de pessoas. O abastecimento alimentar corresponde a um imenso desafio para promover a disponibilidade de alimentos adequados e saudáveis e também evitar o desperdício de alimentos no Estado. Garantir alimentos de qualidade em ambientes coletivos, desenvolver mercados alternativos, educar o consumidor, regulamentar e fiscalizar o comércio e a propaganda de alimentos são meios estratégicos para a promoção do abastecimento e acesso regular aos alimentos de qualidade. Além disso, fortalecer os mecanismos de compras institucionais, complementa esse desafio.

DESAFIO 4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.						
Objetivos Específicos	Metas	Responsáveis Técnicos	Responsável Orçamentário	Ações Relacionadas	Parceiros	PPA (Programa e Ação)
4.1 Estimular o abastecimento alimentar com produtos locais, saudáveis e sustentáveis no Estado de São Paulo.	4.1.1 Criar um Programa de Abastecimento Alimentar de Produtos Orgânicos e da Transição Agroecológica no Estado de São Paulo, com vistas ao atendimento a Lei 16.140/2015 e a Transição Agroecológica como disposto na Lei 17.190/2012.	SAA, SMA, SDECTI	SAA	4.1.1 Convênios com municípios e organizações da sociedade civil organizada. Editais específicos das secretarias e dos fundos estaduais socioambientais para o fomento a projetos de capacitação de produtores/as, técnicos/as e microempreendedores sobre Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis e Economia Solidária e Gestão Participativa; Construção de marco legal (normativo e técnico) para ampliação, estruturação, equipagem, diversificação e incremento do número de pontos de comercialização solidária de produtos <i>in natura</i> e processados orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar.		SAA: 1308-4783
	4.1.2 Criar um Programa de Comunicação e Tecnologias da Informação para organização e estímulo as redes agroecológicas de produção e consumo, disponibilizando	SDECTI, SAA, SC, SEE	SAA	4.1.2 Realização de diagnósticos sobre ferramentas existentes; Desenvolvimento de aplicação em TI para aproximação de produtores e consumidores de produtos orgânicos	Associação Pais e Mestres das escolas	

aplicativos virtuais com ênfase no mapeamento da produção e dos pontos de comercialização nos espaços públicos e privados.			e da transição agroecológica.		
4.1.3 Aumentar em 10% ao ano o volume de produtos orgânicos e agroecológicos disponibilizados para a população do Estado de São Paulo.	SMA, SAA	SMA, SAA	4.1.3 Levantamento de dados sobre produção e consumo de orgânicos e da transição agroecológica no Estado de São Paulo	Universidades, ONGS, MAPA; EMBRAPA; Sindicatos	
4.1.4 Produzir série de 10 programas de informação multimídia sobre Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis.	SC, Casa Civil	Casa Civil	4.1.4 Reuniões intersecretariais para elaboração dos roteiros e planejamento do trabalho.	SAA, SMA, ONGS, SINDICATOS, UNIVERSIDADES	SEC:1206-5460
4.1.5 Criar um canal de denúncia direcionado a regiões próximas de áreas com potencial risco de contaminação por agrotóxicos (pulverização aéreas e mananciais).	SMA	SMA	4.1.5 Reuniões intersecretariais para planejamento do trabalho.	SAA, SSP	
4.1.6 Ampliar a oferta de alimentos <i>in natura</i> na Alimentação Escolar em detrimento da oferta de alimentos ultraprocessados.	SEE	SEE	4.1.6 Criação de mecanismos de monitoramento dessa meta.	Redes estadual e municipal de escolas públicas, PROCON, Universidades, ONGS	
4.1.7 Garantir da acessibilidade as comunidades de agricultura familiar a boas estruturas de escoamento incluindo estradas, pontes e centros de expedição.	SLT	SLT	4.1.7 Estimativa nos estudos de diagnóstico e ZEE da política estadual de territórios para quantificar e qualificar as demandas desses territórios quanto a infraestrutura de escoamento e expedição da produção	SAA, ONGS, Cooperativas e associações, CMDRS, CEDAF, Sindicatos	

4.2 Disponibilizar de forma crescente o alimento orgânico ou em transição agroecológica nas escolas públicas e outros órgãos públicos do Estado de São Paulo	4.2.1 Beneficiar 20 municípios ao ano para o atendimento, de forma cumulativa, de 200 mil crianças e jovens por ano com alimentos orgânicos com repasse de 30% do valor para municípios cadastrados no Programa de Abastecimento Alimentar de Produtos Orgânicos e da Transição Agroecológica do Estado de São Paulo.	SEE, SJDC, SPG	SEE, SJDC, SPG	4.2.1 Garantias de reajuste anual do per capita para alimentação escolar no Estado de acordo com a Inflação. Criação de estratégias de divulgação, informação, monitoramento e fiscalização de todas as compras institucionais dentro das políticas públicas com vistas ao fortalecimento do PPAIS e ao PNAE	SAA, ONGS, Conselhos escolares	SPG:2917-6240
	4.2.2 Aumentar em 10% ao ano as compras institucionais de orgânicos no Estado de São Paulo.	SJDC, SAA, SEE	SJDC, SEE	4.2.2 Estimativa dos indicadores atuais de aquisição da agricultura familiar, de orgânicos da agricultura familiar e de transição agroecológica, bem como realização de projeções de produção e aquisição pela Alimentação Escolar da Capital. Estudos de aumento gradual da produção e aquisição. Monitoramento e avaliação da Resolução nº 465, de 2010, que estabelece os parâmetros numéricos para composição do quadro de Nutricionistas na alimentação escolar e levantamento sobre quais secretarias de governo possuem nutricionistas no quadro técnico.	SAA, SEE, SES,	SAA: 1308-4783;
4.3 Ampliar a aquisição de alimentos orgânicos e da transição agroecológica da agricultura familiar do Estado de São Paulo, incluindo produtos da sociobiodiversidade e do	4.3.1 Realizar uma reunião/evento anual em cada uma das 16 CRSANS do Estado para avaliar e melhorar os editais de compras	SJDC, SAA	SAA	4.3.1 Garantia de orçamento na SJDC (Itesp) para execução dos programas de estímulos aos orgânicos dentro do sistema de compras institucionais; Reestruturação	SEE	SAA: 1308-2548,4437,4453,4783

Agroextrativismo sustentável e Plantas Alimentícias Não Convencionais e a Expedição de alimentos da agricultura familiar do Estado de São Paulo no sentido interior-capital-interior	públicas, estimular compras institucionais privadas e promover a regionalização dos cardápios das escolas públicas.			das partes responsáveis nos órgãos responsáveis pelas compras públicas relativas ao PPAIS e PNAE.		
	4.3.2 Implementar o PPAIS Orgânico SP no âmbito da PEAPO com vistas a beneficiar agricultores familiares de 282 associações e cooperativas da agricultura familiar e 500 entidades de assistência social ligadas aos CMDCA nos municípios paulistas, nas modalidades Compra com Doação Simultânea (CDS), Apoio à Formação de estoques (CPR-ESTOQUE) e Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF).	SJDC, SAA, SMA	SJDC		SAA, SMA, ONGS, Sindicatos, Universidades	SAA: 1308-4783
	4.3.3 Inserir produtos da agricultura familiar com prioridade para produtos orgânicos, agroecológicos ou em transição agroecológica no programa "Bom Prato"	SEDS, SJDC, SEE, SAA	SEDS	4.3.3 Articulação entre as organizações das redes de produção agroecológica e orgânica e o Bom Prato	ONG's	SEDS: 3500-6001; SDECTI: 1043-5312
	4.3.4 Inserir produtos da agricultura familiar com prioridade para produtos orgânicos, agroecológicos ou em transição agroecológica nos "Restaurantes Universitários".	SDECTI	SDECTI	4.3.4 Articulação entre as organizações das redes de produção agroecológica e orgânica e as universidades estaduais	SMA, SAA, ONGS, Sindicatos	
	4.3.5 Inserir produtos da agricultura familiar com prioridade para produtos	SEE, SJDC	SEE, SAA	4.3.5 Articulação entre as organizações das redes de produção agroecológica e	SMA, SAA, ONGS, Sindicatos	SAA: 1308-2548,4437,4453,4783

orgânicos, agroecológicos ou em transição agroecológica na alimentação escolar em 50% das escolas estaduais e municipais.			orgânica e as escolas estaduais		
4.3.6 Inserir produtos orgânicos, agroecológicos ou em transição agroecológica da Agricultura Familiar em 50% dos hospitais públicos.	SJDC, SES	SES	4.3.6 Articulação entre as organizações das redes de produção agroecológica e orgânica e os hospitais estaduais	SMA, SAA, ONGS, Sindicatos	
4.3.7 Estruturar 25 centros de organização e expedição dos agricultores familiares orgânicos ou em transição agroecológica nas regiões do Estado de São Paulo.	SLT	SLT, SAA	4.3.7 Diagnóstico e Planejamento da localização dos centros de expedição de forma estratégica no Estado de São Paulo em diálogo com o ZEE, as redes agroecológicas e da SAN. Programa de Investimento em Centros de Expedição para Agricultura Familiar	SAA, SMA, SJDC, REDE APA, Rede-SANS, SMA	SLT: 1606-2478,2510, 4904; SAA: 1308-4783

DESAFIO 5. Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias

A globalização do mercado de alimentos e ampliação da oferta de produtos industrializados altamente processados vem sendo alvo de preocupação, pelo fato de o consumo encontrar-se associado ao aumento do sobrepeso e obesidade em todas as camadas da população. De um lado, há que se regulamentar a indústria e a propaganda de alimentos, de outro, há que se proporcionar opções mais saudáveis de escolha para a população. A escolha precisa ser autônoma e esclarecida, o que se faz com EAN. Assim, a EAN deve ser tomada como tema transversal em todos dos desafios do PLANSAN/SP, no campo, na cidade, nas escolas, nos espaços coletivos, nos programas e equipamentos sociais.

DESAFIO 5. Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.						
Objetivos Específicos	Metas	Responsáveis Técnicos	Responsável Orçamentário	Ações Relacionadas	Parceiros	PPA (Programa e Ação)
5.1 Garantir a visibilidade do valor social, cultural e ambiental dos alimentos, enquanto mecanismo de Soberania Alimentar.	5.1.1 Criar Fórum Participativo com encontros anuais para discussão sobre o valor social, cultura e ambiental dos alimentos, enquanto mecanismo de Soberania Alimentar.	SAA, SEE, SES, SEDS, SMA, SPG	SAA, SPG, SEC, SMA	5.1.1 Prêmio Josué de Castro	UNESP, USP, UNICAMP, CONSEA-SP	SPG: 2917-5939,5940 SEC: 1206-5460; SMA: 2617-6050
	5.1.2 Inserir metodologias de EAN que promovam a visibilidade do valor social dos alimentos e mecanismo de Soberania Alimentar, nos projetos de hortas escolares.	SEE, SAA, SMA	SEE, SAA	5.1.2 Incentivo a atividades relacionadas à agroecologia, valorizando a produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), a compostagem nas escolas públicas da educação básica		
	5.1.3 Disponibilizar um link nos canais de comunicação do Estado, com material educativo que promova a visibilidade do valor social dos alimentos enquanto mecanismo de Soberania Alimentar para acesso de professores, educadores e cidadãos em geral	SEE, SAA, SC	SAA	5.1.3 Reprodução dos materiais educativos produzidos pela SAA/CODEAGRO/CESAN		
5.2 Promover a educação alimentar e nutricional em diferentes cenários de SAN.	5.2.1 Criar um programa de Educação Alimentar e Nutricional (teórico-prático) para a comunidade escolar, com ênfase nos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.	SAA, SES, SEE, SMA, SEDPcD	SEE	5.2.1 Articulação com os Programas Saúde na Escola e Crescer Saudável da SEE e com as ações desenvolvidas pela SAA/CODEAGRO/CESANS	UNESP, USP, UNICAMP, CONSEA-SP, SEDS	SEE: 0800-5156

<p>Criar um programa de Educação Alimentar e Nutricional (teórico prático) para a comunidade em geral, com ênfase nos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.</p>	<p>SES, SJDC, SAA, SEDPcD,</p>	<p>SES</p>	<p>Elaboração de diretrizes estaduais para o programa. Reprodução dos materiais educativos produzidos pelas Secretarias</p>	<p>SEDS</p>	
<p>5.2.2 Ampliação de cursos regionais em EAN para profissionais envolvidos em ações de alimentação, nutrição e SAN.</p>	<p>SAA, SES, SEE, SEDS</p>	<p>SEE, SAA, SEC, SES</p>	<p>5.2.2 Inserção da EAN nas estratégias de ação das Secretarias de Estado. Atualização e ampliação da produção de materiais educativos de EAN e estratégias educacionais presenciais e em ambientes virtuais.</p>	<p>UNESP, USP, UNICAMP, CONSEA-SP</p>	<p>SES: 942-6121; SEC: 1221-5790,5791; SAA: 1308-2548; SEE: 808-6175</p>
<p>5.2.3 Criação de curso EAD de EAN específico para professores da rede estadual de ensino com pontuação para a evolução funcional como incentivo</p>	<p>SEE, SEDPcD, SES</p>	<p>SEE, SES</p>	<p>5.2.3 Estabelecimento de parcerias estratégicas que viabilizem os cursos EAD.</p>	<p>UNESP, USP, UNICAMP, UNIFESP, CONSEA-SP</p>	<p>SES: 942-6121;</p>
<p>5.2.4 Criação de Comissão de Avaliação e Monitoramento para o aprimoramento de metodologias inovadoras de EAN e SAN.</p>	<p>SAA, SES, SEE, SEDS</p>	<p>SAA</p>		<p>UNESP, USP, UNICAMP, CONSEA-SP, UNIFESP</p>	<p>SAA: 1308-4783</p>
<p>5.2.5 Garantir formação de 100% dos cozinheiros das escolas estaduais com gestão centralizada da alimentação escolar (merendeiros) com foco no papel de educador desempenhado por esse grupo em EAN</p>	<p>SEE</p>	<p>SEE</p>			
<p>5.2.6 Ampliar atividades relacionadas à EAN/SAN no programa "Escola da família"</p>	<p>SEE, SES, SEDS</p>	<p>SEE</p>	<p>5.2.6 Aproximação dos estudantes de Nutrição e áreas correlatas de Cursos Universitários privados que participam do Programa Escola da Família</p>		<p>SEE: 0805</p>

5.3 Fortalecer as medidas de regulação e monitoramento da publicidade e propaganda de alimentos e bebidas.	5.3.1 Criar Fórum Participativo com encontros anuais para discussão sobre publicidade, propaganda e rotulagem de alimentos	SJDC, SES	SJDC	5.3.1 Monitoramento da Lei Nº 11.265/2006 no sentido de fiscalização quanto restrição do marketing abusivo e atualização da legislação no sentido de favorecer a característica saudável do alimento, assegurando informação clara, adequada e de qualidade sobre a composição, a origem do alimento, os processos de produção, bem como o grau de riscos do seu consumo	PROCON, UNESP, USP, UNICAMP, CONSEA-SP, SAA,	SJDC: 1730 – 4151
	5.3.2 Regularizar a atuação das cantinas escolares na rede pública e privada, levando em consideração grupos etários específicos, assim como horários de funcionamento, alimentos ofertados e publicidade e propaganda de alimentos e bebidas	SEE, SES	SEE	5.3.2 Formação de cantineiro em EAN com abrangência para a comunidade escolar (Conselho de Escola e APM)	Conselho Estadual de Alimentação Escolar, UNESP, USP, UNICAMP	
5.4 Promover a alimentação saudável e sustentável	5.4.1 Melhorar os indicadores de consumo alimentar da população	CAISAN/SP (todas as Secretarias Estaduais que compõem)	SAA	5.4.1 Campanhas de promoção do consumo de alimentos regionais.		SAA:1308-4783
	5.4.2 Implantar/manter a Estratégia Nacional de promoção do aleitamento materno e 20% dos municípios paulista	SES, SEDS	SES			SES:930 – 6269
	5.4.3 Realizar Vigilância e assistência toxicológica à população exposta ao agrotóxico	SES, SAA	SES, SAA	5.4.3 Publicação de dados relacionados à contaminação da água e de alimentos.	UNESP, CEATOX	

	5.4.4 Criar Programa de Monitoramento da qualidade microbiológica ou outras formas de contaminação	SES	SES	5.4.4 Parcerias com municípios para reforço da capacidade de vigilância a qualidade dos alimentos em estabelecimentos comerciais estáticos ou ambulantes	Universidades; Prefeituras; ONGS	SES: 932-4127
5.5 Garantir que haja nos equipamentos públicos a disponibilidade e o acesso a alimentos adequados às pessoas com necessidades alimentares especiais.	5.5.1 Fortalecer e ampliar os programas de assistência à pessoa com necessidades alimentares especiais.	SES, SDPCD, SJDC, SEE	SES, SDPCD, SEE	5.5.1 Articulação entre secretarias para a avaliação e ajustes nos Programas.	SAA	SEE: 800-5156; SES: 930-6214; SDPCD: 4700-5963

DESAFIO 6. Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação

O modo de vida e alimentação da sociedade contemporânea tem levado ao excesso de peso e obesidade na maioria da população. Mais que 50% dos paulistas estão acima do peso. A desnutrição ainda existe, embora tenha diminuído. Esse é um problema sério, que necessitará de ações inseridas em todas as políticas públicas, assim como adequação do sistema de saúde para atender a demanda de cuidado oriunda das doenças e morbidades associadas à má nutrição. Será preciso fortalecer as ações no território, junto à Atenção Básica à Saúde em parceria com outros equipamentos sociais. Também será preciso fortalecer os meios de monitoramento do estado alimentar e nutricional da população; com isso revitalizar/valorizar o SISAN.

DESAFIO 6. Controlar e prevenir agravos decorrentes da má nutrição.						
Objetivos Específicos	Metas	Responsáveis Técnicos	Responsável Orçamentário	Ações Relacionadas	Parceiros	PPA (Programa e Ação)
6.1 Prevenir e controlar a desnutrição.	6.1.1 Alcançar prevalência menor que 5% de desnutrição infantil por meio do monitoramento e intervenção precoce.	SES, SEDS, SEE	SES, SEDS			SEDS: 3500-6000
	6.1.2 Instituir no Estado de São Paulo da "Chamada nutricional do idoso" a partir da ESF/NASF-AB.	SES, SEDPcD	SES	Ações de responsabilidade da Atenção Básica	UNESP, USP, UNICAMP	
	6.1.3 Garantir acompanhamento do estado nutricional e acesso ao alimento adequado e saudável às gestantes.	SES	SES		SEDS	SEDS: 3500-6000
6.2 Prevenir e controlar as carências nutricionais.	6.2.1 Manter e ampliar as ações, programas e estratégias de incentivo ao aleitamento materno e alimentação de transição (Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil).	SES, SEDPcD	SES	Instituição de Comitê Intersetorial de Alimentação		SES: 930-6269, 932-4722, 942-6121
	6.2.2 Monitorar e Acompanhar os municípios que aderiram ao Programa Nutricional de Suplementação de Vitamina A e NutriSUS, e o Programa Nacional de Suplementação de Ferro.	SES, SEDS	SES			SES: 930-6269, 932-4722, 942-6121
	6.2.3 Ofertar cursos de atualização para as equipes de atenção básica dos municípios paulistas na temática de prevenção e controle de doenças carenciais (deficiências,	SES, SEDS, SEDPcD	SES			UNESP, USP, UNICAMP

	agravos nutricionais).					
6.3 Prevenir e controlar a obesidade e doenças não transmissíveis decorrentes da má nutrição e da ingestão de agrotóxicos.	6.3.1 Manter e atualizar o Plano de Ações com estratégias para o enfrentamento das doenças crônicas-não transmissíveis, com destaque à obesidade e às ações integradas que vai desde hortas comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias até o planejamento das cidades com áreas de lazer, mobilidade e de condições para alimentação nos ambientes de trabalho.	SES, SAA, SELJ, SEDS, SEE	SES, SEDS, SAA	6.3.1 Programa Escola da Família	UNESP, USP, UNICAMP	SES: 930-6269, 932-4722, 942-6122
	6.3.2 Manter o Programa Coração do Estudante de abrangência estadual que envolve escolas estaduais e municipais	SEE	SEE		Sociedade Brasileira de Cardiologia UNESP, USP, UNICAMP, UNIFESP	
	6.3.3 Desenvolver a estratégia intersetorial para implementar linhas de cuidado para obesidade para o atendimento integrado e integral de diferentes problemas de saúde vinculados ao excesso de peso.	CAISAN/SP (todas as Secretarias Estaduais que compõem)	SES		UNESP, USP, UNICAMP	SES: 930-6269, 932-4722, 942-6122
6.4 Monitorar o perfil nutricional da população.	6.4.1 Realizar pesquisas periódicas para diagnóstico nutricional da população e monitoramento do estado nutricional e consumo de alimentos ou utilização de dados estaduais de pesquisas já disponíveis.	ISP, SES, SEE	ISP	6.4.1 Fortalecimento de estratégias em uso tal como a PENSE com a população escolar	UNESP, USP, UNICAMP	SES: 930-6269, 932-4722, 942-6122
	6.4.2 Alimentar o SISVAN com dados de toda a população atendida nas unidades básicas dos municípios.	SES, SEE	SES			SES: 930-6269, 932-4722, 942-6122

6.5 Criar condições técnicas operacionais para o desenvolvimento do cuidado e das ações de enfrentamento das doenças decorrentes da má alimentação.	6.5.1 Ampliar o número de nutricionistas para atuar no desenvolvimento do cuidado e das ações de enfrentamento das doenças decorrentes da má alimentação.	SES, SEE	SES, SEE			SES: 930-6269, 932-4722; 942-6122
	Apoiar os municípios para oferta de espaços de Educação Permanente para profissionais da saúde que atuam na prevenção e controle de agravos nutricionais na assistência e gestão.	SES, SEE	SES, SEE		UNESP, USP, UNICAMP	SES: 930-6269, 932-4722, 942-6122
	6.5.2 Fortalecer e ampliar o Programa Saúde na Escola para a rede estadual e municipal	SES, SEE	SES		Secretarias de Educação e Saúde Municipais	

DESAFIO 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural

No Estado de São Paulo, na temática da água, a tônica das discussões volta-se para as medidas de proteção das nascentes e rios e utilização racional da água. São Paulo entre 2014 e 2016 viveu momentos de escassez de água, isso fez a população refletir sobre as medidas necessárias para que se evite crises futuras.

DESAFIO 7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.						
Objetivos Específicos	Metas	Responsáveis Técnicos	Responsável Orçamentário	Ações Relacionadas	Parceiros	PPA (Programa e Ação)
7.1 Assegurar a recuperação, a conservação e a proteção das nascentes e dos rios.	7.1.1 Regular o PSA no âmbito da PEAPO e realizar 4 projetos estaduais de PSA.	SMA	SMA	7.1.1 Publicação do Decreto que Regulamente a PEAPO e construção do PLEAPO - Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica	Fundação Florestal, Fundação Grupo Boticário, Comitês de Bacia, SAA	SMA: 2618-6077
	7.1.2 Garantir de insumos estratégicos para restauração ecológica	SMA	SMA	7.1.2 Potencialização dos programas de coleta de sementes florestais e produção de mudas nativas	SAA, ONGS, Sindicatos, Viveiros Florestais	SAA: 1315-2537; SMA: 2618-6077
	7.1.3 Estimular aos municípios, por meio de parceria s/convênios, a desenvolverem 50 projetos/programas municipais/regionais de PSA.	SMA	SMA	7.1.3 Trabalho da meta no âmbito do Programa Município Verde-Azul, da SMA.	SMA Fundação Grupo Boticário, Comitês de Bacia, Prefeituras; ONGS; SINDICATOS	SMA: 2617-2017
	7.1.4 Discutir sobre a inclusão/incentivo de restauração por meio de Sistemas Agroflorestais, no âmbito do Programa Nascentes	SMA	SMA	7.1.4 Convênios do Estado com Municípios para o reflorestamento em massa para proteção dos recursos hídricos.	Secretarias parceiras do projeto nascentes, ONGS, Sindicatos	SMA: 2618-6077
	7.1.5 Viabilizar o financiamento de projetos/programas de PSA nos Fundos existentes, como o FECOP, FEHIDRO e FEAP e outros futuros.	SSRH, SMA	SSRH, SMA	7.1.5 Construção dos marcos legais que possibilitem o Estado investir no PSA.	SAA, ONGS, Sindicatos, Municípios, Consórcios intermunicipais	SSRH: 3934-1153, 2465, 2469, 2485, 2513, 2520, 2558, 2561
	7.1.6 Priorizar a conservação de solo agrícola nas áreas de abrangência do Programa Nascentes	SAA, SMA	SAA, SMA	7.1.6 Reuniões entre secretarias, ONGS e outras instâncias para implementar termos de parceria para avanço da conservação de solo nas áreas recuperadas. Definição do Marco Referencial de Orientação aos	Municípios, Consórcios intermunicipais; ONGS; Universidades; Sindicatos.	SAA: 1311-2538; SMA: 2618-6077

				Projetos de Recuperação.		
7.2 Garantir a qualidade e quantidade da água no Estado de São Paulo.	7.2.1 Instituir o Programa Estadual de Análises de Agrotóxicos das Águas do Estado de São Paulo.	SES, SMA	SES, SMA	7.1.1 Definição de classes e parâmetros para monitoramento de resíduos de Agrotóxicos por bacia.	SSRH, SAA	SMA: 2604-5065
	7.2.2 Recuperar e conservar os mananciais do Tietê	SSRH	SSRH	7.2.2 Estabelecimento de um plano de metas e monitoramento.	SAA, SMA, ONGS, Sindicatos, Empresas	SSRH: 3906-1599
	7.2.3 Recuperar e conservar os mananciais Guarapiranga e Billings	SSRH	SSRH	7.2.3 Estabelecimento de um plano de metas e monitoramento.	SAA, SMA, ONGS, Sindicatos, Empresas	SSRH: 3906-2562
	7.2.4 Manter o Programa REÁGUA - Recuperação das Águas Paulistas	SSRH	SSRH	7.2.4 Construção de legislações para o estímulo a captação da água de chuva e sistemas para reuso;	SAA, SMA, ONGS, Sindicatos, Empresas	SSRH: 3922-2081
	7.2.5 Realizar Vigilância ambiental	SES	SES	7.2.5 Estabelecimento de recorte relativo ao PLANESAN. Divulgação dos relatórios de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo SMA-CETESB	SMA, SAA, ONGS, Sindicatos, Empresas	SES: 0932-6244
	7.2.6 Manter o Programa "ÁGUA É VIDA"	SSRH	SSRH	7.2.6 Ações do Programa	SMA, SAA, ONGS, Sindicatos, Empresas	SSRH: 3932-2080
	7.2.7 Manter o Programa de Uso Racional da Água (PURA).	SABESP, SSRH	SABESP, SSRH	7.2.7 Política de incentivo ao uso racional da água com ações tecnológicas, de manejo e mudanças culturais - foco no consumidor da agricultura, indústria e doméstico. Pesquisas sobre ações com foco na perda durante a distribuição.	SMA, SAA, ONGS, Sindicatos, Empresas, Universidades	

	7.2.8 Manter o PROÁGUA – Programa de vigilância da qualidade de água para consumo humano.	SES	SES	7.2.8 Elaboração de relatórios conjuntos sobre a qualidade total da água, incluindo a análise de pesticidas entre outras.	SMA, CETESB, ONGS, Comitês de Bacias, universidades	SES: 0932-6244
7.3 Garantir o aproveitamento das águas residuais e águas pluviais para reuso de forma sustentável.	7.3.1 Instituir a Política Estadual de incentivo ao Reuso de Águas	SSRH, SMA, SES	SSRH, SMA, SES	7.3.1 Construção de legislações para o estímulo a captação da água de chuva e sistemas para reuso;	SAA, SMA, ONGS, Sindicatos, empresas	
7.4 Promover a educação para o consumo responsável da água por parte do setor produtivo e do consumo residencial.	7.4.1 Fortalecer os programas ou ações estaduais de Educação do Consumidor para Uso e Manejo Sustentável das Águas.	SSRH, SMA	SSRH, SMA		ONGS, Sindicatos, Universidades	
7.5 Recuperar, Conservar e Proteger as águas subterrâneas	7.5.1 Realizar o diagnóstico da qualidade e quantidade de água explorada e outorga;	SSRH, SMA	SSRH, SMA	7.5.1 Elaboração de um Plano de Uso Sustentável das Águas Subterrânea, especialmente o Sistema Aquífero Guarani; Vitalização e incentivo ao financiamento do FEHIDRO e outros Fundos para proteção de águas subterrâneas	Institutos de pesquisa, EMBRAPA, ONGS,	-
7.6 Promover o uso mais eficiente da irrigação e garantir o acesso da população de baixa renda no meio rural à sistemas mais eficientes e de baixo custo	7.6.1 Capacitar agricultores familiares para o uso eficiente da irrigação.	SMA, SAA	SMA, SAA	7.6.1 Elaboração de um plano de incentivo para: 1) práticas Sustentáveis no meio rural como fossa séptica, biodigestora, separação de águas negras e águas cinzas, captação de água da chuva, entre outras; 2) adoção do Protocolo de Transição Agroecológica e discussões para simplificação do processo de outorga para agricultores familiares, assentamentos rurais e comunidades tradicionais. 3) Apoio a agricultores	Prefeituras; ONGS, Sindicatos, Universidades	SMA: 2617-6050

				familiares ao processo de outorga da água		
--	--	--	--	---	--	--

DESAFIO 8. Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social

São Paulo começou mais tarde que outros estados o seu processo de institucionalização do SISAN. Tem agora o grande desafio de promover e apoiar a adesão dos municípios ao sistema. Se no âmbito do Estado o SISAN se mostrar efetivo na gestão das políticas de SAN, haverá estímulo aos municípios para aderirem ao Sistema. A governança da SAN no âmbito do Estado passa pela adequada articulação política e por um efetivo processo de comunicação, mas sem dúvidas há que se garantir a estrutura de funcionamento da CAISAN e do CONSEA para que todas essas ações se viabilizem.

DESAFIO 8. Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.						
Objetivos Específicos	Metas	Responsáveis Técnico	Responsável Orçamentário	Ações Relacionadas	Parceiros	PPA (Programa e Ação)
8.1 Promover a intersetorialidade para viabilizar o plano paulista de SAN.	8.1.1 Garantir reuniões sistemáticas da CAISAN-SP com participação de ao menos 80% de representantes das secretarias, visando o monitoramento e a implementação do PLANSAN-SP.	SAA, CAISAN/SP	SAA	8.1.1 Criação de mecanismo de educação permanente para os membros da CAISAN potencializar a integração dos diferentes setores representados.		SAA: 1308-4783
	8.1.2 Criar mecanismo de comunicação e formação em SAN, envolvendo todo o sistema (CAISAN/SP, CONSEA/SP e Municipais, CRSANS).	SAA, CAISAN/SP	SAA	8.1.2 Inserção de mecanismos de formação continuada e mecanismos inovadores de comunicação, como vídeos curtos via Whatsapp		SAA: 1308-4783
	8.1.3 Realizar diagnóstico bianual da situação da implantação do SISAN nos municípios do Estado de São Paulo.	SAA, SPG, CAISAN/SP	SAA	8.1.4 Apoio a estudos das experiências de mapeamento de em São Paulo, visando a alteração do artigo 7º da LOSAN (trata da participação no SISAN).		SAA: 1308-4783
	8.1.4 Criar uma agenda de ações articuladas dos sistemas de políticas públicas SISAN, SUASA, SUAS e SUS, em vista de sua maior efetividade na SAN.	SAA, CAISAN/SP	SAA			SAA: 1308-4783
8.2 Potencializar a adesão ao SISAN com criação gradativa de seus componentes no Estado de São Paulo, como forma	8.2.1 Apoiar a criação de Conselhos de SAN, em ao menos 30% dos municípios que não têm esse componente.	CAISAN/SP	SAA			SAA: 1308-4783

de garantir a realização do DHAA, conforme artigo 6º a Constituição Brasileira.	8.2.2 Apoiar a criação de Câmaras Intersetoriais de SAN, em ao menos 30% dos municípios que tem Conselhos SAN.	CAISAN/SP	SAA			SAA: 1308-4783
	8.2.3 Monitorar a elaboração dos Planos de SAN em 100% dos municípios que aderiram ao SISISAN no Estado de São Paulo.	CAISAN/SP	SAA			SAA: 1308-4783
	8.2.4 Ampliar a representatividade dos municípios nas CRSANS, através da criação de subcomissões de monitoramento e fortalecimento do SISISAN.	CAISAN/SP	SAA			SAA: 1308-4783
	8.2.5 Criação de mecanismos de exigibilidade do DHAA junto aos gestores municipais.	CAISAN/SP	SAA	8.2.5 Formação do Ministério Público para defesa do DHAA.		SAA: 1308-4783
8.3 Monitorar as políticas e o PLANSAN-SP.	8.3.1 Realização de seis reuniões anuais do Comitê Técnico criado no âmbito da CAISAN/SP, com a finalidade de monitorar e revisar o PLANSAN-SP.	CAISAN/SP	SAA	8.3.1 Projetos e parcerias para fazer o monitoramento das políticas de SAN e sua divulgação.		SAA: 1308-4783
	8.3.2 Avaliação de políticas públicas e desempenho de programas do PPA	SPG	SPG	8.3.2 Coleta, tratamento e análises das informações geradas no monitoramento dos programas ou a partir da produção de novas informações. Realização de encontros		SPG: 2900-4483
	8.3.3 Subsídios técnicos em planejamento e orçamento	SPG	SPG	8.3.3 Realização de estudos e análises sobre programas e políticas públicas, projeções e cenários macroeconômicos, análise de indicadores socioeconômicos e ambientais, elaboração de relatórios, pareceres e publicações técnicas.		SPG: 2917-6240

	8.3.4 Produção e organização e disseminação de Informações, estudos e análises	SPG	SPG	8.3.4 Organização e disseminação de informações de qualquer fonte, mas sistematizadas, normatizadas e organizadas pela Fundação SEADE disponibilizadas em sistemas de recuperação de informações e transferidas via web.		SPG: 2917-5940
	8.3.5 Iniciativas de Inovação em SAN	SEG	SEG	8.3.5 Iniciativas utilizando a tecnologia para fortalecer o monitoramento e controle das ações do plano		
8.4 Consolidar a participação popular e controle social nas políticas estaduais de SAN.	8.4.1 Institucionalizar fóruns bi e tripartites (município, estado e união) de SAN, garantindo a presença dos conselhos em sua composição.	CAISAN/SP, Casa Civil	Casa Civil	8.4.1 Atuação do CONSEA-SP junto aos entes federados para que exerçam o papel de agente de monitoramento e fiscalização do cumprimento adequado das ações.		Casa Civil: 2828-4477
8.5 Garantir assessoria técnica aos municípios para adesão e operacionalização do SISAN.	8.5.1 Incentivar à adesão ao SISAN pelos municípios, facilitando o acesso às Políticas Públicas do Estado.	CAISAN/SP	SAA	8.5.1 Campanhas de sensibilização dos gestores municipais quanto ao papel e importância do SISAN.		SAA: 1308-4783
	8.5.2 Prover recursos orçamentários a fundos a serem criados, mediante repasses fundo a fundo, com percentuais definidos para cada ente federado (Estado e Municípios), com o intuito de prover a infraestrutura de funcionamento dos conselhos, câmaras e conferências de SAN, fortalecendo a participação social ao SISAN.	CAISAN/SP, Casa Civil e SPG	Casa Civil			Casa Civil: 2828-4477; SAA: 1308-4783
8.6 Garantir a realização das conferências estaduais de SAN.	8.6.1 Realizar Conferências Estaduais de SAN, Conferência+2 e Conferências Regionais de SAN, além de apoiar a realização de conferências municipais de SAN.	CAISAN/SP, CONSEA/SP	CONSEA/SP, SAA			Casa Civil: 2828-4477; SAA: 1308-4783

8.7 Garantir o funcionamento do CONSEA-SP.	8.7.1 Realizar reuniões bimestrais do CONSEA/SP garantindo o ressarcimento das despesas da sociedade civil.	SAA, CONSEA/SP	SAA, SEFAZ			Casa Civil: 2828-4477; SAA: 1308-4783
8.8 Garantir o funcionamento da CAISAN-SP.	8.8.1 Realizar reuniões bimestrais da CAISAN/SP.	SAA	SAA			Casa Civil: 2828-4477 SAA: 1308-4783
8.9 Garantir a inserção da SAN na pesquisa-ensino-extensão do Estado de São Paulo.	8.9.1 Criar edital específico para ensino-pesquisa-extensão voltado à governança da Política de SAN.	SEFAZ, CAISAN, SDCTI(Fapesp)	Casa Civil, SAA			Casa Civil: 2828-4477; SAA: 1308-4783

DESAFIO 9. Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

No que diz respeito as relações diplomáticas, o Estado de São Paulo mantém-se em consonância com os tratados internacionais em suas práticas, ao mesmo tempo, abre-se para as trocas de experiência com outros países buscando o fortalecimento da SAN e a garantia universal do DHAA. De outra parte, não é alheio a questões de direitos humanos envolvendo imigrantes e refugiados, buscando medidas de proteção e acolhimentos.

DESAFIO 9. Apoiar iniciativas de promoção a soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.						
Objetivos Específicos	Metas	Responsáveis Técnicos	Responsável Orçamentário	Ações Relacionadas	Parceiros	PPA (Programa e Ação)
9.1 Promover a troca de experiências entre as comunidades de matriz africana brasileiras e dos países africanos da CPLP.	9.1.1 Criar um programa de intercâmbio entre as comunidades quilombolas e comunidades camponesas nos países africanos da CPLP.	SET, SC, SEE, SJDC	SJDC	9.1.1 Desenvolvimento de ações culturais de valorização da cultura afro-brasileira na alimentação		SJDC: 1731-4960
9.2 Promover o intercâmbio no âmbito do Pacto de Milão.	9.2.1 Incentivar a adesão dos municípios ao Pacto de Milão.	CAISAN/SP, SMA, SAA	SMA	9.2.1 Premiação dos Municípios que atenderem pressupostos do Pacto	ONGS; Sindicatos; Municípios.	SMA: 2511-2315; SMA: 2618-2353
9.3 Promover a inclusão do tema das mudanças climáticas na discussão sobre SAN no âmbito da América Latina.	9.3.1 Criar grupo de pesquisa sobre os futuros impactos das mudanças climáticas sobre a produção agrícola, os recursos hídricos e a questão da SAN no estado de São Paulo.	UNESP, USP, UNICAMP, SDECTI	SDECTI	9.3.1 Reuniões com redes de pesquisa latino-americanas; Elaboração de Plano de Trabalho Interinstitucional em Rede.	Institutos de pesquisa, EMBRAPA, ONGS, REDAGRES, SOCLA	SDECTI: 1043- 5305, 5790
9.4 Promover trabalhos relacionados à promoção da SAN dos refugiados, imigrantes e demais grupos vulneráveis.	9.4.1 Fortalecer programas voltados para grupos vulneráveis no contexto do programa Trabalho Decente e estimular Políticas Públicas voltadas para o empreendedorismo por meio do Banco do Povo Paulista.	SERT, SJDC	SERT, SJDC	9.4.1 Elaboração de ação específica para refugiados com a participação de seus representantes, consulados e embaixadas dos países de origem dos refugiados. A SERT poderá inserir informações sobre SAN nos materiais dos programas, participar de eventos, discussões e certificar empresas que cumpram as	Embaixadas; ONGS	SERT: 2308- 4227;5790

				demandas ligadas a Segurança Alimentar através da diplomação em boas práticas de trabalho Decente.		
--	--	--	--	--	--	--

SIGLAS, NOMES E NUMERAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO PPA

Sigla	Secretaria	Programa	Ação
Casa Civil: 2828 - 4477	Casa Civil	2828 Desenvolvimento Regional Integrado	412728284477 Articulação Municipal e Consórcios de Municípios
SAA: 1301 - 4874	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1301 Tecnologias Sustentáveis para o Desenvolvimento Rural e Agroindustrial	20.573.1301.4874 Insumos Tecnológicos Estratégicos
SAA: 1301 - 4891	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1302 Tecnologias Sustentáveis para o Desenvolvimento Rural e Agroindustrial	20.573.1301.4891 Transferência de Conhecimento e Tecnologias Sustentáveis
SAA: 1301 - 5925	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1301 Tecnologias Sustentáveis para o Desenvolvimento Rural e Agroindustrial	20.571.1301.5925 Geração de Conhecimento e Tecnologias Sustentáveis
SAA: 1307 - 4435	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1307 Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável	20.608.1307.4435 Abastecimento de Sementes e Mudanças no Estado de São Paulo
SAA: 1307 - 4437	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1307 Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável	20.606.1307.4437 Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável
SAA: 1308 - 2548	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1308 Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas	20.128.1308.2548 Qualificação de Agentes da Agricultura Paulista
SAA: 1308 - 4453	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1308 Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas	20.606.1308.4453 Assessoria na criação e consolidação de associações e cooperativas

SAA: 1308 - 4783	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1308 Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas	20.306.1308.4783 Ações Integradas em Abastecimento e Segurança Alimentar
SAA: 1308 - 4876	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1308 Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas	20.606.1308.4876 Poupatempo Produtor Rural
SAA: 1311 - 2538	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1311 Defesa Agropecuária para Proteção Ambiental, Saúde Pública e Segurança	20.609.1311.2538 Conservação de Solo Agrícola nas áreas de Abrangência do Programa Nascentes
SAA: 1311 - 4458	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1311 Defesa Agropecuária para Proteção Ambiental, Saúde Pública e Segurança	20.609.1311.4458 Vigilância Sanitária Animal e Inocuidade de Alimentos
SAA: 1315 - 1334	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1315 Gestão das Agropolíticas Públicas	20.606.1315.1334 Subvenção do Prêmio do Seguro
SAA: 1315 - 1407	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1315 Gestão das Agropolíticas Públicas	20.606.1315.1407 Crédito para Expansão no Agronegócio Paulista
SAA: 1315 - 2537	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1315 Gestão das Agropolíticas Públicas	20.601.1315.2537 Insumos Estratégicos para Restauração Ecológica
SAA: 1315 - 4770	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1315 Gestão das Agropolíticas Públicas	20.606.1315.4770 Parceria Estado-Município para o Desenvolvimento Rural Local e Regional
SDECTI: 1015 - 5239	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1015 Competitividade para o Desenvolvimento Regional e Territorial	19.661.1015.5239 Fomento e Apoio aos Arranjos Produtivos Locais

SDECTI: 1015 - 5992	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1015 Competitividade para o Desenvolvimento Regional e Territorial	19.572.1015.5992 Fomento ao Desenvolvimento Regional
SDECTI: 1038 - 2527	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1038 Fomento ao Ensino Profissionalizante	19.572.1038.2527 Fomento e Apoio à Economia Criativa
SDECTI: 1038 - 6126	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1038 Fomento ao Ensino Profissionalizante	11.363.1038.6126 Via Rápida Emprego
SDECTI: 1038 - 5835	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1038 Fomento ao Ensino Profissionalizante	12.363.1038.5845 Formação Inicial e Continuada/Qualificação Profissional
SDECTI: 1039 - 1515	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1039 Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica	12.364.1039.1515 Exânsão da Educação Profissional Tecnológica
SDECTI: 1039 - 1515	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1039 Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica	12.363.1039.2226 Expansão da Educação Profissional Técnica
SDECTI: 1043 - 5305	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1043 Ensino Público Superior	12.364.1043.5305 Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa nas Universidades e Faculdades Estaduais
SDECTI: 1043 - 5312	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1043 Ensino Público Superior	12.364.1043.5312 Restaurantes Universitários
SDECTI: 1043 - 5790	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação		

SDECTI: 1044 - 4688	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1044 Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia	19.571.1044.4688 Concessão de Bolsas de Estudo
SDECTI: 1044 - 4699	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1044 Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia	19.572.1044.4699 Inovação Tecnológica
SDECTI: 1044 - 5286	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1044 Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia	19.571.1044.5286 Concessão de Auxílio à Pesquisa
SDECTI: 1044 - 5287	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1044 Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia	19.571.1044.5287 Programação Especial
SEDPcD: 4700 - 5963	Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	4700 Gestão e Implementação da Política de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	14.422.4700.5963 Formulação e Implementação de Programas e Projetos para a Pessoa com Deficiência
SEC: 1201 - 5706	Secretaria da Cultura	1201 Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura	13.392.1201.5706 Atividade Cultural em Parceria com Municípios e Entidades
SEC: 1201 - 5709	Secretaria da Cultura	1201 Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura	13.392.1201.5709 Circulação Cultural
SEC: 1206 - 5460	Secretaria da Cultura	1206 Rádios, Tvs Educativas e Novas Mídias	13.392.1206.5460 Produção e Transmissão das Rádios, Tvs e Novas Mídias
SEC: 1221 - 5790	Secretaria da Cultura	1221 Integração das Culturas Latino-Americanas	13.392.1221.5790 Cátedra Memorial da América Latina

SEC: 1221 - 5791	Secretaria da Cultura	1221 Integração das Culturas Latino-Americanas	13.392.1221.5791 Centro de Estudos da América Latina
SEDS: 3500 - 6000	Secretaria de Desenvolvimento Social	3500 Enfrentamento à Extrema Pobreza Multidimensional	08.306.3500.6000 Viva Leite
SEDS: 3500 - 6001	Secretaria de Desenvolvimento Social	3500 Enfrentamento à Extrema Pobreza Multidimensional	08.306.3500.6001 Bom Prato
SEDS: 3517 - 5530	Secretaria de Desenvolvimento Social	3517 Proteção Social	08.244.3517.5530 Proteção Social Básica
SEE: 0800 - 5156	Secretaria da Educação	0800 Gestão Pedagógica da Educação Básica	12.367.0800.5156 Atendimento Especializado a alunos da Educação Básica e Inclusão de Públicos Específicos
SEE: 0805 - 5146	Secretaria da Educação	0805 Parcerias Escola, Comunidade, e Sociedade Civil	12.244.0805.5146 Escola da Família
SEE: 0808 - 6175	Secretaria da Educação	0808 Formação e Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação	12.128.0808.6175 Formação dos Profissionais da Educação
SEE: 0815 - 6172	Secretaria da Educação	0815 Manutenção e Suporte da Educação Básica	12.368.0815.6172 Fornecimento de Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica
SERT: 2302 - 4230	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho	2302 Sistema Público de Emprego e Renda	11.333.2302.4230 Qualificação e Requalificação Profissional do Trabalhador

SERT: 2302 - 5790	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho	2302 Sistema Público de Emprego e Renda	11.331.2302.6109 Frentes de Trabalho
SERT: 2308 - 4225	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho	2308 Relações do Trabalho e Empreendedorismo	11.333.2308.4225 Banco do Povo Paulista
SERT: 2308 - 4227	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho	2308 Relações do Trabalho e Empreendedorismo	11.332.2308.4227 Promoção do Emprego e Trabalho
SERT: 2308 - 4254	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho	2308 Relações do Trabalho e Empreendedorismo	11.332.2308.4254 Comissões de Emprego
SES: 0930 - 6269	Secretaria da Saúde	0930 Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP	10.301.0930.6269 Apoio à Atenção Básica de Competência Municipal
SES: 0932 - 4127	Secretaria da Saúde	0932 Vigilância em Saúde	10.304.0932.4127 Ações de Vigilância Sanitária
SES: 0932 - 4722	Secretaria da Saúde	0932 Vigilância em Saúde	10.305.0932.4722 Vigilância Epidemiológica
SES: 0932- 6244	Secretaria da Saúde	0932 Vigilância em Saúde	10.304.0932.6244 Vigilância Ambiental
SES: 0942 - 6121	Secretaria da Saúde	0942 Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas na área da Saúde	10.128.0942.6121 Capacitações Técnicas e Administrativas

SET: 5001 - 4136	Secretaria de Turismo	5001 Incremento do Turismo Paulista	23.695.5001.4136 Turimos Integrado Regional
SET: 5001 - 4739	Secretaria de Turismo	5001 Incremento do Turismo Paulista	23.128.5001.4739 Certificação do Turismo
SET: 5001 - 5502	Secretaria de Turismo	5001 Incremento do Turismo Paulista	23.695.5001.5502 Incremento do Turismo Municipal
SET: 5001 - 6059	Secretaria de Turismo	5001 Incremento do Turismo Paulista	23.695.5001.6059 Promoção do Turismo
SJDC: 1730 - 4151	Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	1730 Direitos Humanos e Cidadania	14.422.1730.4151 Gestão e Aprimoramento dos Centros de Integração da Cidadania
SJDC: 1731 - 4959	Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	1731 Cidadania no Campo e na Cidade	21.631.1731.4959 Regularização Fundiária Urbana e Rural
SJDC: 1731 - 4960	Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	1731 Cidadania no Campo e na Cidade	21.631.1731.4960 Fortalecimento da Agricultura Familiar em Assentamentos e Quilombos
SLT: 1606 - 2478	Secretaria de Logística e Transportes	1606 Adequação da Malha Rodoviária	26.782.1606.2478 Logística e Transportes dos Estado de São Paulo - MIGA
SLT: 1606 - 2510	Secretaria de Logística e Transportes	1606 Adequação da Malha Rodoviária	26.782.1606.2510 Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - BID Fase III

SLT: 1606 - 4904	Secretaria de Logística e Transportes	1606 Adequação da Malha Rodoviária	26.782.1606.4904 Recuperação/Pavimentação por Administração Direta
SMA: 2511 - 2315	Secretaria do Meio Ambiente	2511 Habitação Sustentável e Recuperação Ambiental na Serra do Mar e Litoral	18.543.2511.2315 Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica
SMA: 2604 - 5065	Secretaria do Meio Ambiente	2604 Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada ambiental	18.542.2604.5065 Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar e das Águas do Estado de São Paulo
SMA: 2604 - 6247	Secretaria do Meio Ambiente	2604 Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada ambiental	18.542.2604.6247 Capacitação e Difusão do Conhecimento Ambiental - Escola Superior da CETESB
SMA: 2617 - 2017	Secretaria do Meio Ambiente	2617 Cidadania Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida	18.542.2617.2017 Município VerdeAzul - Protocolo de Conduta Ambiental
SMA: 2617 - 6050	Secretaria do Meio Ambiente	2617 Cidadania Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida	18.541.2617.6050 Educação Ambiental Integrada as Políticas Públicas Ambientais
SMA: 2618 - 2353	Secretaria do Meio Ambiente	2618 Conservação Ambiental e Restauração Ecológica	18.541.2618.2353 Sustentabilidade Ambiental - Microbacias
SMA: 2618 - 6077	Secretaria do Meio Ambiente	2618 Conservação Ambiental e Restauração Ecológica	18.541.2618.6077 Adequação Ambiental dos Imóveis Rurais e Restauração de Ecossistemas
SPG: 2900 - 4484	Secretaria de Planejamento e Gestão	2900 Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento	04.121.2900.4483 Avaliação de Políticas Públicas e Desempenho de Programas do PPA

SPG: 2900 - 6236	Secretaria de Planejamento e Gestão	2900 Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento	04.121.2900.6236 Subsídios Técnicos em Planejamento e Orçamento
SPG: 2900 - 6236	Secretaria de Planejamento e Gestão	2900 Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento	04.121.2900.6237 Gestão do Plano Plurianual
SPG: 2917 - 5939	Secretaria de Planejamento e Gestão	2917 Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental	04.121.2917.5939 Organização e Disseminação de Informações
SPG: 2917 - 5940	Secretaria de Planejamento e Gestão	2917 Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental	04.121.2917.5940 Produção e Disseminação de Novas Informações
SPG: 2917 - 6240	Secretaria de Planejamento e Gestão	2917 Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental	04.121.2917.6240 Produção de Estudos e Análises
SSRH: 3906 - 2562	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3906 Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional	17.541.3906.2562 Recuperação e conservação dos Mananciais Guarapiranga e Billings
SSRH: 3906 - 1599	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3907 Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional	17.541.3906.1599 Recuperação e Conservação dos Mananciais do Tietê
SSRH: 3907- 1597	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3907 Infraestrutura Hídrica, Combate a Enchentes e Saneamento	17.512.3907.1597 Água Limpa
SSRH: 3922 - 2081	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3932 Planejamento, formulação e implementação da política do saneamento do estado	18.541.3932.2081 Recuperação das Águas Paulistas (Reágua)

SSRH: 3932 - 2080	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3932 Planejamento, formulação e implementação da política do saneamento do estado	17.511.3932.2080 Saneamento Rural e de Pequenas Localidades Isoladas (Água é Vida)
SSRH: 3934 - 1153	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3934 Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos	18.544.3934.1153 Gestão do Fundo Estadual de Recursos HÍDRICOSFEHIDRO
SSRH: 3934 - 2465	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3934 Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos	18.544.3934.2465 Financiamento de ações na UGRHI Alto Tietê com Recursos de Cobrança do Uso da Água
SSRH: 3934 - 2469	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3934 Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos	18.544.3934.2469 Financiamento de ações na UGRHI/Piracicaba/Capivari/Jundiá-REC. Cob. Uso de Água
SSRH: 3934 - 2485	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3934 Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos	18.544.3934.2485 Financiamento de Ações na UGRHI Baixo Tietê-Recursos de Cobrança do Uso da Água
SSRH: 3934 - 2513	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3934 Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos	18.544.3934.2513 Financiamento de ações na UGRHI Baixo Pardo Grande Rec. Cobrança do Uso da Água
SSRH: 3934 - 2520	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3934 Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos	18.544.3934.2520 Financiamento de Ações na UGRHI Tietê Jacaré-Recursos de Cobrança do Uso da Água
SSRH: 3934 - 2558	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3934 Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos	18.544.3934.2558 Financiamento de Ações na UGRHI Pontal do Paranapanema c/ Rec. Cobr. Uso de Água
SSRH: 3934 - 2561	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	3934 Planejamento, Formulação e Implementação da Política de Recursos Hídricos	18.544.3934.2561 Financiamento de Ações na UGRHI Turvo Grande c/ Recur. de Cobrança do Uso da Água

6. INDICADORES DE MONITORAMENTO

Nesse item apresentamos a Matriz de Indicadores de Monitoramento para as ações de SAN, propostas no atual Plano Paulista de SAN. Os indicadores estão distribuídos dentro dos nove desafios propostos no PLANASAN/SP, nas dimensões que mensuram o Produto/Processo e Contexto/Resultado.

6.1 Indicadores de produto/processo a serem monitorados no SISPLANSAN

Desafio	Indicadores de produto/processo a serem monitorados no SISPLANSAN	Fonte	PPA
1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	1. Número de famílias que recebem PBF (com desagregação para Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos).	MDS Plataforma SAGI	
	2. Percentual (%) de famílias beneficiárias do PBF acompanhadas na atenção básica de saúde.	MDS Plataforma SAGI	
	3. Número de pessoas que recebem o BPC.	MDS Plataforma SAGI	
	4. Número de estudantes atendidos pelo PNAE.	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	
	5. Número de estudantes quilombolas atendidos pelo PNAE.	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	
	6. Número de estudantes indígenas atendidos pelo PNAE.	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	
	7. Percentual (%) de origem de agricultura orgânica para o alimento escolar		
	8. Número de famílias com crianças e idosos atendidos pela Viva Leite.		
	9 - Numero de refeições servidas no bom prato.		
2. Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em	1. % de crianças menores de 7anos beneficiárias do PBF com registro de dados nutricionais.	SISVAN	

grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.	2. Percentual (%) de crianças indígenas menores de 7 anos beneficiárias do PBF com registro de dados nutricionais.	SISVAN	
	3. Percentual (%) de crianças quilombolas menores de 7 anos beneficiárias do PBF com registro de dados nutricionais.	SISVAN	
	4. Número de reservas indígenas constituídas.	FUNAI	
	5. Número de reservas indígenas delimitadas.	FUNAI	
	6. Número de hectares titulados em benefício de comunidades quilombolas.	INCRA	
	7. Percentual (%) de crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas pela vigilância alimentar e nutricional.	SISVAN	
	8. Número de sistemas de abastecimento de água em aldeias reformados e/ou ampliados.		
	9. Número de sistemas de abastecimento de água implantados em aldeias com população acima de 50 habitantes.		
	10. Termos de autorização de uso sustentável cadastrados entregues às famílias ribeirinhas.		
	11. Indicadores para população quilombola - entidades específicas		
	3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de	1. Número de famílias da AF atendidas com ATER.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios
2. Número de jovens rurais atendidos com ATER específica.		MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	

sistemas de produção de base agroecológica.	3. Percentual (%) das ações de ATER destinado às mulheres.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	4. Número de famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas atendidas com ATER qualificada.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	5. Número de agricultores familiares atendidos com o Seguro da Agricultura Familiar SEAF	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	6. Número de famílias assentadas pelo INCRA e ITESP.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	7. Número de famílias beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA atendidas com ATER de base agroecológica.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	8. Número de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica em instituições de ensino de educação profissional e superior ampliados.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	9. Número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	10. Número de famílias atendidas com políticas de apoio à produção orgânica e de base agroecológica.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	11. Percentual (%) de mulheres atendidas no total de operações de crédito efetivadas do PRONAF.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	12. Percentual (%) dos novos lotes da reforma agrária destinados para a juventude rural.	MDA - Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios	
	13 - Número de agricultores familiares no estado reconhecidos oficialmente.		

4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.	1. Valor total das compras públicas da Agricultura Familiar por ano.	Relatório INTERSSAN Governo Federal/Portal de Compras - Agricultura Familiar.	
	2. Percentual (%) do total de recurso do PNAE destinado à compra de gêneros alimentícios da AF;	FNDE	
	3. Percentual (%) de recursos financeiros transferidos pelo PNAE adquiridos da Agricultura Familiar;	FNDE - PNAE - Dados da Agricultura Familiar	
	4. Consulta - CEAGESP/CEASA produção comercializada	CONAB	
	5. POLÍTICA DE PREÇO MÍNIMO Indicador = somatório do volume aplicado nos instrumentos (AGF, COV, Pep, Pepro, Vendas e VEP) / Pelo somatório do volume nacional dos produtos. Obs: Indicador será medido apenas na Principal UF de produção.	Consulta especial ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
	6- Número de equipamentos públicos de SAN	Relatórios CONSEA	
5. Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.	1. Percentual (%) de redução do consumo Do grupo de refrigerante e suco artificial em pó.	IBGE -SIDRA-POF	
	2. Percentual (%) de aumento do consumo do grupo de frutas e hortaliças.	IBGE -SIDRA-POF	
	3. Número de Unidades Básicas de Saúde com a Estratégia Nacional de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar implementada.	Não disponibiliza relatório público. Fazer contato com tutora da Estratégia Alimentação Brasil do estado de São Paulo	
	4. Número de educandos cobertos pelo PSE (Programa de Saúde Escolar).	Ministério da Saúde Departamento Atenção Básica e-SUS	

	5. Número de escolas apoiadas pelo PSE que executam ações de Promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e combate à obesidade infantil, por ano.	Ministério da Saúde Departamento Atenção Básica e-SUS	
6. Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação.	1. Grau de implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade.	Atenção Básica do Município	
	2. Municípios que implantaram LC Obesidade	Atenção Básica do Estado e Município	
	3. Número de crianças que receberam suplementação de Ferro	NutriSUS Micronutrientes -Fe	
	4. Número de crianças que recebem suplementação de Vitamina A.	NutriSUS Micronutrientes - Vit A	
7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.	1. Água - percentual de domicílios com cobertura de água na área rural.	IBGE ; PNAD	
	2. Hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes conservadas e recuperadas.	Relatórios SMA	
	3. Ações de saneamento básico em comunidades rurais e tradicionais implementadas.	Planos de Bacia e Relatórios de Situação de Recursos Hídricos	
	4. Ações de abastecimento de água em domicílios rurais dispersos implementadas.	Planos de Bacia e Relatórios de Situação de Recursos Hídricos	
	5. Esgotamento em zona rural, cobertura SMA	Relatórios SMA	
8. Consolidar a implementação do SISAN, aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social	1. Número de municípios aderidos.	CONSEA Estadual	
	2. CONSEA municipal em funcionamento	CONSEA Estadual	
	3. Grau de implementação dos Mecanismos de financiamento para a gestão do SISAN estabelecidos.	CONSEA Estadual	

	4. Estratégias de formação continuada em SAN e DHAA daseimplantadas.	CONSEA Estadual	
	5. Fluxo de exigibilidade para a garantia do DHAA estabelecido.	CONSEA Estadual	
9. Apoiar iniciativas de promoção da soberania, da SAN, do DHAA e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.	Pontuar tipos de apoio que o Brasil manifestou em acordos internacionais para o recebimento de refugiados, apatridos, etc.	Conselho Nacional de Refugiados – CONARE	
	Número de Refugiados recebidos no estado de São Paulo	Conselho Nacional de Refugiados – CONARE	

Obs. Referente aos ODS para o desafio 2

Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos

Proporção da população adulta total, por sexo e por tipo de mandato, com direitos seguros de posse da terra, que tem documentação legalmente reconhecida relativa a este.

6.2. Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN

Desafio	Indicadores para avaliação de contexto e resultado de SAN	ODS	Fonte	PPA
1. Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	1. Evolução da taxa de pobreza e extrema pobreza (urbano/rural, gênero, raça/cor);	<p>Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, desagregada por sexo e idade;</p> <p>Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.</p> <p>Hiato de pobreza ou nível de severidade da pobreza (% da distância da renda média dos pobres em relação à linha da pobreza).</p>	<p>Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil</p> <p>SEADE</p> <p>SEADE</p>	

		Parcela da renda apropriada pelos 20% mais pobres.		
2. Evolução do Índice de GINI (urbano/rural, grandes regiões, gênero, raça/cor).		Índice de GINI da renda domiciliar total.	SEADE	
3. Evolução do rendimento médio domiciliar per capita (urbano/rural, gênero, raça/cor).		Proporção de pessoas, total e por sexo e faixa etária com renda domiciliar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo. Proporção de pessoas, total e por sexo e faixa etária com renda domiciliar per capita inferior a 1/2 do salário mínimo.	SEADE SEADE	
4. Participação percentual da despesa monetária e não monetária com alimentação (quintis de rendimento, urbano/rural, grandes regiões, gênero, raça/cor).				
5. Custo da Cesta Básica de Alimentos no Estado e na Região Metropolitana de São Paulo.			Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE	
6. Peso do Grupo Alimentação e Bebidas (dentro e fora do domicílio) no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - percentual acumulado no ano.			IPCA	
7. Peso do Grupo Alimentação e Bebidas (dentro e fora do domicílio) no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - percentual acumulado no ano.			INPC	
8. % de municípios paulistas distribuídos nos 4 grupos de IPRS			SEADE	

		1.3.1 Proporção da população abrangida por níveis mínimos ou sistemas de proteção social, desagregados por sexo, distinguindo entre crianças, desempregados, idosos pessoas com deficiência, gestantes, recém nascidos, vítimas de acidentes de trabalho e os grupos pobres e vulneráveis. Proporção de ocupados de 14 anos e mais, que recebem menos de 1 salário mínimo de renda do trabalho.	CAD-único MDS SEADE	
		Proporção da despesa pública total em serviços essenciais (educação, saúde e proteção social).		
2. Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.	1. Evolução do déficit de peso para idade de crianças quilombolas de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.		SISVAN Relatório Estado Nutricional	
	2. Evolução do déficit de peso para idade de crianças indígenas de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.		SISVAN Relatório Estado Nutricional	
3. Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.	1. Comercialização anual de agrotóxicos e afins, por área plantada.		MINISTERIO AGRICULTURA- ADEF	
	2. Número de produtores orgânicos certificados no estado de SP.		Cadastro Nacional de Orgânicos	
	3. Área ocupada pela agricultura familiar em relação à área total de produção.			

	4. Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e produção de alimentos.		Censo Agropecuário - IBGE	
	5. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.		Censo Agropecuário - IBGE	
	7. Número de produtores de orgânicos cadastrados.		MAPA - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos	
	8. Produção de alimentos pela agricultura familiar.		Censo Agrícola - IBGE	
		Volume de produção por unidade de trabalho de acordo com o tamanho da empresa agrícola / pastoral / silvicultura.	SEADE Construir o indicador a partir de informações o IBGE, em especial as edições do Censo Agropecuário, que tem um intervalo de dez anos.	
		Rendimento médio dos pequenos produtores de alimentos, desagregado por sexo e status indígena	Construir o Neste ponto dá para construir indicadores a partir de informações o IBGE, em especial as edições do Censo Agropecuária, que tem um intervalo de dez anos	
		Proporção da área agrícola em que é praticada agricultura produtiva e sustentável. % de municípios com plano de desenvolvimento rural sustentável e implantado.	SEADE	
4. Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.		Índice de orientação agrícola para despesas públicas.	SEADE - O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (sua assessoria econômica) costuma fazer este levantamento para o Brasil, através da análise	

			das rubricas orçamentárias. É possível fazer algo semelhante para o orçamento do estado de São Paulo (função agricultura e função organização agrária).	
		2 Fluxos oficiais totais (assistência oficial ao desenvolvimento mais outros fluxos oficiais) para o setor agrícola.	SEADE - O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (sua assessoria econômica) costuma fazer este levantamento para o Brasil, através da análise das rubricas orçamentárias. É possível fazer algo semelhante para o orçamento do estado de São Paulo (função agricultura e função organização agrária).	
		3 Indicador de instabilidade nos preços dos alimentos.	SEASA	
5. Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.	1. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana.		SISVAN	
	2. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem alimentos doces em cinco ou mais dias da semana.		POF / SISVAN	
	3. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consomem refrigerantes em cinco ou mais dias da semana.		POF / SISVAN	
	4. Percentual de adultos (≥ 18 anos) que consideram seu		POF / SISVAN	

	consumo de sal alto ou muito alto.			
	5. Percentual (%) de micronutrientes no total de calorias na alimentação domiciliar.		POF	
	6. Disponibilidade de alimentos no domicílio - Quantidades adquiridas de alimentos para consumo no domicílio.		POF	
	7. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, que costumam comer a comida oferecida pela escola, por sexo e dependência administrativa da escola.		Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE (IBGE)	
	8. Número de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e percentual, em escolas que informaram possuir horta, por dependência administrativa da escola.		Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE (IBGE)	
	9. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por consumo alimentar (feijão, legumes, frutas frescas, salgados fritos, guloseimas, refrigerantes e industrializados) na última semana, segundo o alimento consumido.		Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE (IBGE)	

	10. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de legumes e/ou verduras, nos 7 dias anteriores à pesquisa.		Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE (IBGE)	
	11. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de frutas frescas, nos 7 dias anteriores à pesquisa.		Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE (IBGE)	
	12. Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por frequência de consumo de salgados fritos, nos 7 dias anteriores à pesquisa.		Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE (IBGE)	
	13. Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, total e percentual, em escolas que informaram possuir água potável (adequada para beber), por dependência administrativa da escola.		Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE (IBGE)	
6. Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação.	1. Percentual (%) crianças menores de 5a, com magreza acentuada e magreza, segundo IMC para idade. Percentual (%) crianças menores de 5a, com magreza acentuada e magreza segundo Peso para Altura.	Prevalência de desnutrição. Prevalência de desnutrição (peso por altura, desvio padrão > +2 ou 2 da mediana dos padrões de crescimento infantil da OMS) entre crianças menores de 5 anos.	PNDS / SISVAN	

	2. Percentual (%) crianças menores de 5a, com Altura Muito Baixa para a Idade e altura baixa para idade, segundo Altura para Idade.	2.2.1 Prevalência do retardo do crescimento (altura-a-idade, desvio padrão <- 2 da mediana dos padrões de crescimento da criança da Organização Mundial de Saúde (OMS)).	PNDS / SISVAN	
	3. Percentual (%) crianças menores de 5a com Peso Elevado para a Idade, segundo Peso para idade.		PNDS / SISVAN	
	4. Percentual (%) crianças menores de 5a em excesso de peso e obesidade, segundo IMC para Idade.		PNDS / SISVAN	
	5. Percentual (%) adolescentes em sobrepeso, segundo IMC para Idade.		PNS/ SISVAN	
	6. Percentual (%) adolescentes em obesidade e obesidade grave, segundo IMC para Idade.		PNS/ SISVAN	
	7. Percentual (%) adultos com excesso de peso, segundo IMC.		PNS/ SISVAN	
	8. Percentual (%) de adultos com obesidade, segundo IMC.		PNS/ SISVAN	
	9. Aleitamento materno.		Fazer contato com tutora da Estratégia Amamenta Brasil do estado de São Paulo	
	10. Número de cirurgias bariátricas realizadas no estado de SP.		Ministério da Saúde DATASUS SIHSUS	
		Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população, de acordo com a Escala de Experiência em Insegurança Alimentar.	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil	

7. Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.	1. Percentual (%) de domicílios dotados de esgotamento sanitário por rede de esgoto ou fossa séptica no total de domicílios particulares permanentes.		IBGE PNAD	
	2. Percentual (%) de tratamento do esgoto.		Informação Estadual/Municipal	
8. Consolidar a implementação do SISOAN, aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social.	1. Número de municípios que realizaram Conferências de SAN.		Relatório CONSEA Estadual	
	2. Número de municípios que consolidaram PLANSAN.		Relatório CONSEA Estadual	
	3. Nº de denúncias procedência de negligência em alimentação recebidas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos a cada ano		Rede de ouvidoria no estado de SP	
9. Apoiar a iniciativas de promoção da soberania, da SAN, do DHA e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.				

9.3 Estratégias de monitoramento do PLANSAN/SP 2019-2023

A execução do PLANSAN/SP será monitorada pela CAISAN/SP e CONSEA/SP com apoio especial da Secretaria Estadual de Planejamento.

A CAISAN/SP tem a competência de estabelecer estratégias e um cronograma das ações de monitoramento e avaliação dos objetivos e metas do Plano Paulista, a partir de relatórios de atividades e de avaliações normativas. As Secretarias Estaduais que compõem a CAISAN/SP farão relatórios sucintos de atividades, a cada semestre, com indicação proporcional da execução das metas e planos de trabalho. Em 2019 a CAISAN/SP acompanhará as Secretarias Estaduais na elaboração do PPA e revisão do PLANSAN/SP 2019-2023 para os ajustes que se fizerem

necessários. Após os ajustes, o PLANSAN/SP será submetido à apreciação do CONSEA/SP. Em 2021, será elaborado um relatório analítico de dois anos da execução do PLANSAN/SP 2019-2023. No ano de 2023 a CAISAN/SP irá trabalhar na elaboração do PLANSAN II, já recolhendo subsídios para a avaliação crítica final do PLANSAN/SP 2019-2023 que será publicada em 2024 junto com o PLANSAN II.

Ao CONSEA/SP compete o monitoramento do PLANSAN/SP nos territórios, cabendo aos conselheiros levantar as pautas que se façam necessárias as discussões nas plenárias do CONSEA/SP relativas aos programas e ações de SAN. O CONSEA/SP deverá estabelecer as estratégias de monitoramento, solicitando quando for o caso, os relatórios de atividades e das avaliações. Esses relatórios deverão ser apreciados pela plenária.

A Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão será responsável pelo monitoramento físico da execução das metas, o que será feito a partir de um sistema específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Alerta: 312 cidades têm baixa cobertura vacinal da pólio. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43797-ministerio-da-saude-alerta-para-baixas-coberturas-vacinais-para-polio>. Acessado em: 22 out 2018b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel Brasil 2017: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2017 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel Brasil 2017: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico : estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2017, VIGITEL 2017. Brasília, 2018. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2017_vigilancia_fatores_riscos.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Monitoramento integrado de alterações no crescimento e desenvolvimento relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas, até a Semana Epidemiológica 30 de 2018. Boletim Epidemiológico N38. Volume 49 | Set. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Projeto%20UNASUL%204/Documents/Plano%20SAN%20SP/Vol.%2049%20N%C2%BA%2038.pdf>. Acessado em: 22 out 2018.

GADELHA, 2004 - GADELHA, E. [Carta] 2004, 3f. Tópicos da história do movimento de segurança alimentar e nutricional no Brasil, entre 1940 a 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa da Pecuária Municipal* – séries históricas. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=series-historicas>. Acessado em 23 out 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio. Segurança Alimentar. RIO DE JANEIRO, 1998-2009.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicilio. RIO DE JANEIRO, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>. Acessado em 22 out 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicilio. Segurança Alimentar. RIO DE JANEIRO, 2013.

INVESTE SP. Produto Interno Bruto. Disponível em: <http://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/economia-diversificada/pib/>. Acessado em: 22 out 2018.

IPEA; PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acessado em: 25 out 2018.

LOSAN, lei nº11.346/2006 - BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm.

MAPA. Mato Grosso e Pará têm maiores áreas de orgânicos do País, revela pesquisa do Mapa. 2012. Disponível em : <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/mato-grosso-e-para-tem-maiores-areas-de-organicos-do-pais-revela-pesquisa-do-mapa>. Acessado em: 23 out2012.

MORELLI, M. [Carta] 17 ago. 1997, Duque de Caxias. 8f. Memória e legado do Betinho. SÃO PAULO. *Diagnóstico Paulista sobre Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional: ações prioritárias na perspectiva econômica*” - <http://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/arquivos/diagnostico-paulista-consea-iea.pdf>

SEADE. Entenda o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS. São Paulo, 2018. Disponível EM: <http://www.iprs.seade.gov.br/iprs2016/view/pdf/iprs>. Acessado em: 22 out 2018b.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise dos dados. Disponível em <http://www.perfil.seade.gov.br/>. Acessado em 22 out 2018.

APENDICE 1 – CONCEITOS²

Soberania Alimentar (SA) – A soberania alimentar é um princípio crucial para a garantia de segurança alimentar e nutricional e diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Garante a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza. Cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos. De acordo com a LOSAN a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos. (Art.5º)

Intersetorialidade - significa ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto. Se os diferentes setores do governo e da sociedade civil agirem isoladamente, não teremos uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional efetiva. Recursos dispersos e aplicados sem um planejamento global são mais facilmente desperdiçados ou utilizados por grupos isolados para seus interesses particulares.

Direito humano à Alimentação Adequada (DHAA) - O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada, entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social . O conceito está fortemente relacionado ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, que foram definidos por um pacto mundial, do qual o Brasil é signatário. Esses direitos referem-se a um conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igualitária e sem nenhum

² Todos os conceitos foram baseados e/ou extraídos do texto de criação da Lei de SAN, Lei no. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília; 2010. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/lei_11346-06.pdf

tipo de discriminação, existam, desenvolvam suas capacidades e participem plenamente e dignamente da vida em sociedade.

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - A Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto estratégia ou conjunto de ações, deve ser intersetorial e participativa, e consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Insegurança Alimentar (IA) - É a falta de disponibilidade e o acesso das pessoas aos alimentos. Uma casa é considerada como tendo segurança alimentar quando todos os membros, todo o tempo, têm acesso a alimentos suficiente para uma vida ativa e saudável. A insegurança alimentar pode ser categorizada como crônica ou transitória: crônica - se traduz em uma grande vulnerabilidade para fome e assegurar acesso para segurança alimentar pressupõe a eliminação dessa vulnerabilidade. Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural.

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Também conhecida como Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, - que criou o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tem como objetivo primordial assegurar a alimentação adequada. Além das definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do SISAN, estabelece uma política pública que deve ser realizada por todos os entes federativos: Nacional, Estados e municípios, com a meta de promover acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) – É o Sistema instituído pela LOSAN que tem como objetivo primordial de garantir, por meio de ações intersetoriais, o DHAA, para todas as pessoas que se encontram no Brasil, pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN (art. 1ª e 3ª da LOSAN), cujo instrumento é o PLANASAN. Dois importantes princípios desse sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são: a participação social e a intersetorialidade. São integrantes do SISAN:

Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - A Conferência indica diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar. A realização do

evento faz parte do SISAN, garantida em Lei. A Lei prevê ainda que a Conferência Nacional faça uma avaliação do SISAN. A Conferência Nacional é precedida de Conferências Estaduais, Distrital e Municipais, nas quais são escolhidos os delegados para o evento nacional.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - O CONSEA é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Instalado no dia 30 de janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o País garanta o direito humano à alimentação. O Conselho é formado por conselheiros – representantes da sociedade civil organizada e ministros de Estado e representantes do Governo Federal –, além de observadores convidados. O patrono do Conselho é o cientista social Josué de Castro, pioneiro das abordagens científicas sobre o fenômeno da Fome. O CONSEA convoca a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a quatro anos; Define parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência, por meio de regulamento próprio e propõe ao Poder Executivo Federal as deliberações do evento, diretrizes e prioridades.

Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CAISAN/SP: A CAISAN é a instância responsável por tornar públicas as informações relativas à SAN da população brasileira (§3º, art. 21, decreto 7.272/2010). Para isso, instituiu um Comitê Técnico permanente cuja atribuição é definir instrumentos e metodologia para monitorar, avaliar e divulgar as análises a respeito dos determinantes da SAN e da implementação dos objetivos e metas dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito nacional, estadual ou municipal. Destaca-se o papel da CAISAN no monitoramento da execução dos planos (nacionais, estaduais e municipais), cumprindo sua atribuição de ser a instância governamental responsável pela coordenação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em nível nacional e também nas esferas estaduais e municipais.